A POPULAÇÃO BRASILEIRA

(Estudo e Interpretação)

Coordenação e redação
de
Alceu Vicente W. de Carvalho

Conselho Nacional de Estatística — I. B. G. E.
1960

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (IBGE)

Presidente: Jurandyr Pires Ferreira

Secretário Geral: Hildebrando Martins

LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA

Diretor: Alceu Vicente W. de Carvalho

ALCEU VICENTE W. DE CARVALHO

A POPULAÇÃO BRASILEIRA

(ESTUDO E INTERPRETAÇÃO)

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (IBGE)

1960

PREFÁCIO

ANTES do recenseamento demográfico de 1940, muito pouco se sabia acêrca das características quantitativas, qualitativas e estruturais da população brasileira. Quando os primeiros resultados daquele censo se tornaram conhecidos, foi iniciada, no "Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento", sob a responsabilidade e a orientação técnica do eminente demógrafo Professor GIORGIO MORTARA, uma série de estudos e análises que até o presente não sofreu solução de continuidade. Terminados os trabalhos do recenseamento de 1940, transformou-se o antigo "Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento" no "Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística", onde a obra iniciada foi prosseguida pela análise dos resultados do recenseamento demográfico de 1950, que evidenciaram novos e interessantes aspectos da população brasileira, permitindo fixar as linhas mestras de suas tendências evolutivas.

O número das "Análises de Resultados do Censo Demográfico", de 1940, subiu acima de quatro centenas, e o dos "Estudos Demográficos", de 1950, já se aproxima de três centenas.

O presente trabalho constitui uma primeira tentativa de resumo e coordenação dos principais resultados dos estudos já realizados, complementados, quando necessário, por resultados de pesquisas de outras fontes que não o Laboratório de Estatística, de modo a tornar mais precisos e salientes os contornos do panorama demográfico brasileiro.

Não é, portanto, uma obra original de pesquisa. Resultado de diversos trabalhos anteriores, realizados para entidades diversas de utilidade pública, bem como de palestras e conferências adrede pronunciadas, êle representa, apenas, um esfôrço de síntese e interpretação.

Tôdas as obras consultadas estão devidamente citadas em notas bibliográficas, das quais constam o nome do autor e a entidade responsável.

O trabalho está fartamente ilustrado com gráficos, cuja execução ficou a cargo da desenhista NAMYR ESCOBAR, os quais constituem inestimável auxílio para a mais rápida e perfeita compreensão dos assuntos abordados.

Rio de Janeiro, janeiro de 1960.

ALCEU VICENTE W. DE CARVALHO
Diretor do Laboratório de Estatística

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

Pág.

1 — O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO CURSO DO ÚLTIMO SÉCULO 9

O crescimneto e a variação da distribuição territorial da população nas diferentes Regiões Fisiográficas e Unidades Políticas nos últimos 60 anos 12

2 — A POPULAÇÃO ATUAL E SUA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL 14

3 — OS FATÔRES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO 20

A natalidade 22
A mortalidade 25
As migrações internacionais 36

4 — A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO 38

Sexo e idade 38
Modificações da composição por idade 42
Côr 44
Estado conjugal 45
Nacionalidade 47
Atividades econômicas 49
Alfabetização 53

5 — A POPULAÇÃO URBANA E A POPULAÇÃO RURAL 55

As aglomerações urbanas 63
As aglomerações urbanas, segundo o tamanho, por Regiões Fisiográficas 67
As aglomerações urbanas nas diversas Unidades da Federação 68
A marcha da urbanização no decênio 1940/1950 69
Os fatôres do crescimento das populações urbanas 75
O crescimento demográfico das maiores cidades do Brasil no decênio 1940/1950 76

6 — MIGRAÇÕES INTERNAS, PRINCIPAL FATOR DO CRESCIMENTO DAS POPULAÇÕES URBANAS 78

Influência das migrações internas sôbre a variação da população urbana e da população rural 92
As migrações internas e a variação da população ativa no decênio 1940/1950 92
As migrações internas e sua relação com o aparecimento das favelas 95

7 — PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E URBANIZAÇÃO 99

8 — O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A DEFICIÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS OU DE UTILIDADE COLETIVA NAS SEDES MUNICIPAIS 108

9 — PREVISÕES DO DESENVOLVIMENTO DEMOGRÁFICO 111

Previsões do desenvolvimento demográfico das Unidades da Federação e dos Municípios de algumas de suas Capitais no decênio 1950/1960 111
Previsões do desenvolvimneto demográfico do Brasil até o ano 2000 113

10 — TENDÊNCIAS DA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO (1950/1980) ... 115

11 — CONCLUSÕES 119

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Título

Fig.		*Pág.*
1	— Desenvolvimento da população do Brasil no curso do último século, segundo os recenseamentos gerais	11
2	— Os dez países mais populosos do mundo, segundo a ordem de importância das respectivas populações	11
3	— Divisão política e regional do Brasil	15
4	— As Unidades Políticas do Brasil, segundo a ordem de importância das respectivas populações em 1.º de julho de 1959	16
5	— Densidade demográfica do Brasil (habitantes por km²), segundo o Censo Demográfico de 1950	18
6	— O contraste entre o conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste e o conjunto das regiões Nordeste, Leste e Sul quanto às respectivas áreas e populações	19
7	— Comparações internacionais da natalidade e da mortalidade	27
8	— Vida média, segundo a mortalidade do período 1940/1950, em alguns países	28
9	— Vida média, segundo a mortalidade do período 1940/1950, nos diversos Estados do Brasil	30
10	— Mortalidade, segundo as principais causas de óbito, no Distrito Federal (1949-51), no Município de São Paulo (1940-51), e em alguns países estrangeiros	34
11	— Entrada de imigrantes no Brasil, de 1851 a 1950	37
12	— Composição da população do Brasil por sexo e idade, em 1.º de julho de 1955	41
13	— Proporções dos diversos grupos de idade na população do Brasil em diferentes épocas	43
14	— Composição, segundo a côr, da população das diversas regiões fisiográficas do Brasil	45
15	— Composição, segundo o estado conjugal, por sexo, da população do Brasil	46
16	— Distribuição dos estrangeiros presentes no Brasil, segundo as principais nacionalidades	48
17	— Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo grandes classes de atividade, por sexo	50
18	— Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividades, por sexo	53
19	— Proporção da área das propriedades agrícolas na superfície total de diversos países	56
20	— Distribuição das terras dos estabelecimentos agrícolas, segundo a utilização em alguns países	56
21	— Utilização em lavouras, das terras dos estabelecimentos agrícolas, nas diversas regiões fisiográficas do Brasil	58
22	— Valor da produção agrícola, por hectare, em alguns países	59
23	— Proporções de população urbana e rural em diversos países	60
24	— Proporções de população urbana e rural nas diversas regiões fisiográficas do Brasil	62
25	— Localização das maiores cidades do Brasil (cidades de mais de 50 000 habitantes)	64
26	— Aumento das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950	76
27	— Naturais da Unidade da Federação indicada, presentes em outras Unidades, em 1950	82
28	— Naturais de outras Unidades da Federação, presentes na Unidade indicada, em 1950	83
29	— Naturais da região fisiográfica indicada, presentes em outras regiões, em 1950	84
30	— Naturais de outras regiões fisiográficas, presentes na região indicada, em 1950	84
31	— Distribuição dos naturais da região Leste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença em 1950	85
32	— Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Leste, segundo a região de nascimento, em 1950	86
33	— Distribuição dos naturais da região Sul, presentes em outras regiões, segundo a região de de presença, em 1950	87
34	— Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Sul, segundo a região de nascimento, em 1950	88
35	— Distribuição dos naturais da região Nordeste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950	89

Pág.

36 — Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Norte, segundo a região de nascimento, em 1950 90

37 — Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Centro-Oeste, segundo a região de nascimento, em 1950 91

38 — Variação da população ocupada nos principais ramos de atividade entre 1940 e 1950 94

39 — Variação da população ocupada na agricultura nas diversas regiões fisiográficas entre 1940 e 1950 94

40 — Comparação entre o aumento da produção agrícola e o da população, de 1940 a 1952 100

41 — Comparação entre o aumento da produção dos principais grupamentos de produtos agrícolas destinados ao consumo humano e o da população, de 1952 a 1958 102

42 — Comparação entre o aumento da produção do conjunto dos principais produtos destinados ao consumo humano e o da população, de 1952 a 1958 102

43 — Proporções de trabalhadores na agricultura, indústria e outras atividades, em diversos países .. 104

44 — Aumento da produção agrícola "per capita", nas diversas regiões fisiográficas, de 1940 a 1950 107

45 — Distribuição das sedes municipais dotadas de serviços de utilidade coletiva, segundo a espécie, por regiões fisiográficas, em 1954 110

46 — Desenvolvimento da população do Brasil, observado no período de 1850 a 1950 e estimado para o de 1950 a 2000 114

47 — Densidade demográfica do Brasil em 1950 (observada) e em 1980 (estimada) 118

1. O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO CURSO DO ÚLTIMO SÉCULO

Nos últimos cem anos, a América, em geral, e o Brasil, em particular, experimentaram um crescimento demográfico de excepcional importância.

Em estudo sôbre os fatôres demográficos do crescimento das populações americanas, o eminente demógrafo Professor GIORGIO MORTARA observa que "a população dêste continente aumentou com rapidez muito maior do que as dos demais, de modo que hoje constitui mais de um oitavo da população do mundo, enquanto há um século não chegava a constituir um vigésimo".[1]

No que se refere ao Brasil, verificou-se, no curso de um século, um aumento de 44,8 milhões de habitantes. Efetivamente, a população dêste País, que, segundo avaliação retrospectiva, atingia apenas 7,2 milhões de habitantes em 1850, elevou-se a 52,0 milhões em 1.º de julho de 1950, data do sexto recenseamento geral da República.

A imigração foi sòmente um fator secundário dessa notável expansão demográfica. No aumento de 44,8 milhões de habitantes, "apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente das imigrações sôbre as emigrações, enquanto 41,4 milhões, ou sejam mais de nove décimos, corresponderam ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos".[2]

Conclui-se, pois, que êste rápido crescimento natural tornou-se possível em virtude do nível excepcionalmente elevado da natalidade, apesar do elevado nível da mortalidade.

O excedente anual dos nascimentos sôbre os óbitos foi da ordem de 16 por 1 000 habitantes na segunda metade do século XIX, de 19 por 1 000 habitantes na primeira metade do século XX, sendo, atualmente, da ordem de 24 por 1 000 habitantes[3]. Como se vê, houve um progressivo aumento da velocidade de crescimento demográfico a partir de 1850 até nossos dias. Essa aceleração mostra tendência de aumentar ainda mais em conseqüência da contínua diminuição da mortalidade, graças aos recentes e brilhantes sucessos da medicina moderna, no campo da terapêutica, com o aparecimento dos antibióticos e bacteriostáticos, e da quase estagnação da natalidade em altos níveis, em quase todo o País, com exceção das grandes cidades.

Comparando o desenvolvimento da população do Brasil com o dos três países americanos para os quais afluíram as mais amplas correntes imigratórias, verifica-se que de 1850 a 1950 o número dos habitantes aumentou de 552% nos Estados Unidos, de 618% no Brasil, de 644% no Canadá e de 1 597% na Argentina. O extraordinário crescimento relativo dêsse último país resultou, principalmente, da contribuição imigratória.

---

[1] "Os fatôres demográficos do crescimento das populações americanas nos últimos cem anos", GIORGIO MORTARA — *Estudos Brasileiros de Demografia*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1947.

[2] "Desenvolvimento, composição e distribuição da população do Brasil", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 120*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

[3] "O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940", GIORGIO MORTARA — Pesquisas sôbre o desenvolvimento da população do Brasil, *Estatística Demográfica, n.º 13*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1951.

Tabela I

Desenvolvimento da população — 1800/1955

ANO	POPULAÇÃO EM 1.º DE JULHO (Milhares)					
	Brasil	Argentina	Canadá	Estados Unidos	Inglaterra e Gales	França
1800.....	3 620	334	500	5 300	8 840	27 130
1850.....	*7 234*	*1 013*	*1 842*	*23 260*	*17 773*	*35 630*
1900.....	17 984	4 761	5 301	76 129	32 249	38 900
1950.....	*51 976*	*17 189*	*13 712*	*151 677*	*43 830*	*41 944*
1955.....	58 456	19 110	15 601	165 248	44 441	43 300

Comparando, de outro lado, o desenvolvimento da população do Brasil com o verificado em velhos países da Europa, vê-se que êle foi acentuadamente mais rápido do que nesses países. Quando, em 1850, o Brasil contava apenas 7,2 milhões de habitantes, a França já possuía 35,6, a Itália 18,4, a Inglaterra 17,8, e a Espanha 15,3. Em 1950, o Brasil, com 52,0 milhões de habitantes, superava a França com 41,9, a Itália com 46,3, a Inglaterra com 43,8 e a Espanha com 27,9.

Estima-se o número de habitantes do Brasil, em 1.º de julho de 1956, em 59,8 milhões de habitantes. Com essa população ocupamos o oitavo lugar entre os dez mais populosos países do mundo.

Os dez países mais populosos do mundo, segundo a ordem de importância de sua população [4]

1.º	China (1953)	582,6 milhões de habitantes
2.º	Índia (1954)	377,0 " " "
3.º	URSS (1954)	216,0 " " "
4.º	Estados Unidos (1955)	165,2 " " "
5.º	Japão (1955)	88,9 " " "
6.º	Indonésia (1954)	81,1 " " "
7.º	Paquistão (1954)	80,2 " " "
8.º	BRASIL (1956)	59,8 " " "
9.º	Reino Unido (1955)	51,0 " " "
10.º	Alemanha Ocidental (1955)	50,0 " " "

Segundo dados publicados pelas Nações Unidas [4], em 1954 a população do mundo subia a 2 652 milhões de habitantes, a das Américas alcançava 357 milhões, a da América Latina montava a 209 milhões e a da América do Sul atingia 122 milhões. Assim, na população do mundo a do Brasil já representa mais de 2%; na das Américas, cêrca de 17%; na da América Latina, aproximadamente 29%, e, na da América do Sul, mais de 49%.

Entre os países de cultura latina, o Brasil é hoje o mais populoso. Na América do Sul, o nosso País, com 59,8 milhões de habitantes, ocupa um destacado primeiro lugar, seguido a distância pela Argentina, com 19,1 milhões, Colômbia, com 12,7, Peru, com 9,4, Chile, com 6,6, Venezuela, com 5,8, [5] e pelos demais países, dos quais nenhum atinge ainda 5,0 milhões de habitantes.

[4] *Demographic Yearbook*, United Nations, 1955.
[5] Estimativas para 1955.

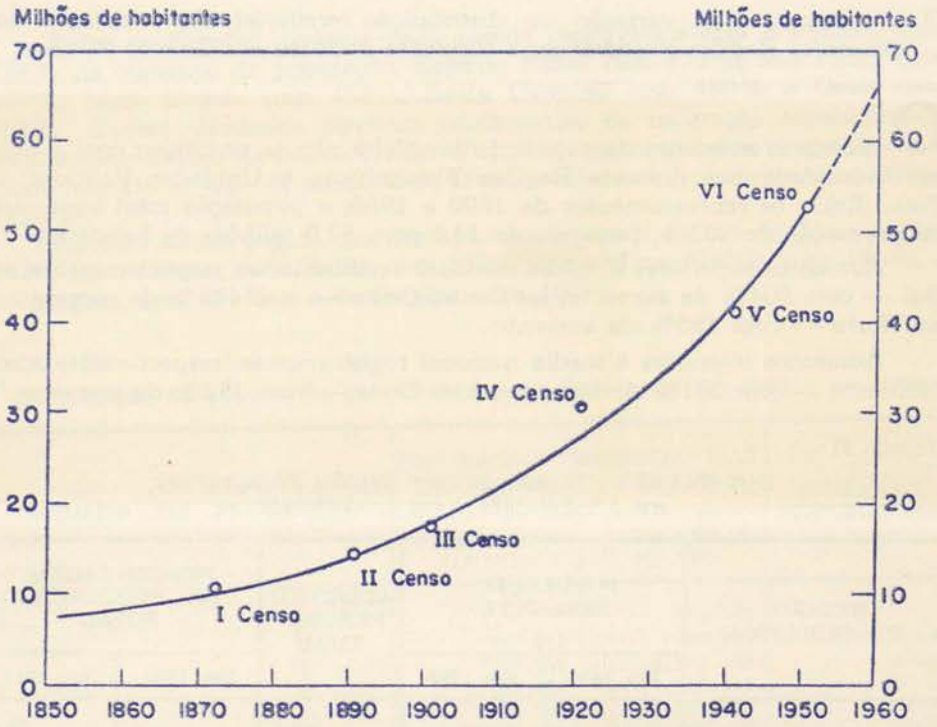

Fig. 1 — *Desenvolvimento da população do Brasil no curso do último século, segundo os recenseamentos gerais*

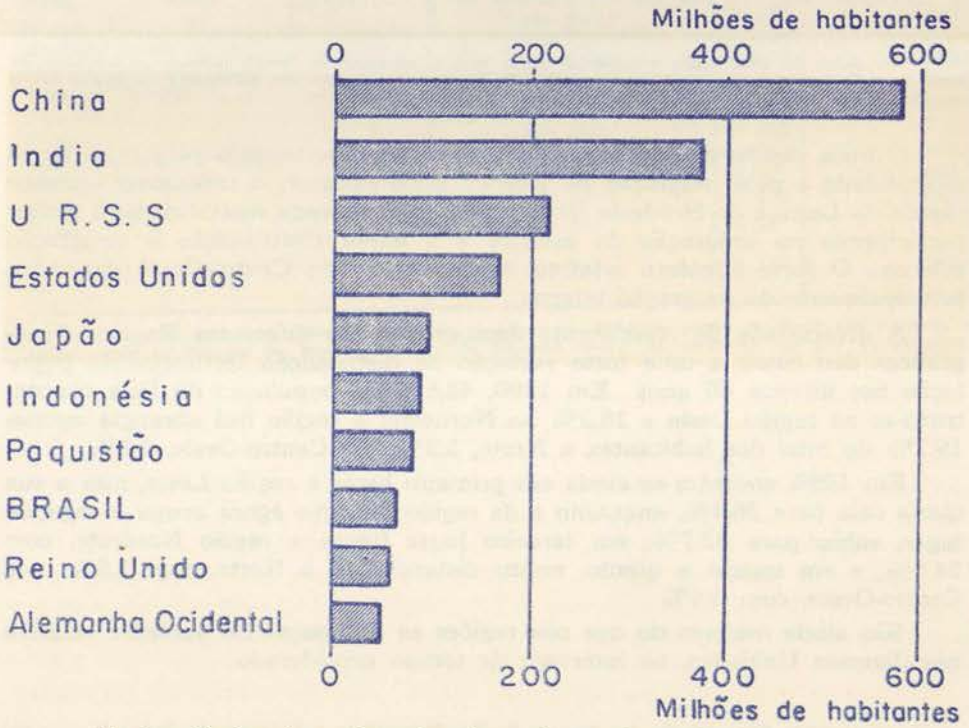

Fig. 2 — *Os dez países mais populosos do mundo, segundo a ordem de importância das respectivas populações*

O crescimento e a variação da distribuição territorial da população nas diferentes Regiões Fisiográficas e Unidades Políticas nos últimos 60 anos

O FORTE crescimento da população brasileira não se processou com a mesma velocidade nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades Políticas do País. Entre os recenseamentos de 1890 e 1950, a população total aumentou na proporção de 263%, passando de 14,3 para 52,0 milhões de habitantes.

Aumentos superiores à média nacional verificaram-se, respectivamente, no Sul — com 504% de aumento; no Centro-Oeste — com 448% de aumento; e no Norte — com 283% de aumento.

Aumentos inferiores à média nacional registraram-se, respectivamente, no Nordeste — com 231% de aumento; e no Leste — com 172% de aumento.[6]

Tabela II

Distribuição da população, por Regiões Fisiográficas, em 1.º-XII-1890 e em 1.º-VII-1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO PRESENTE		AUMENTO PERCENTUAL	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL	
	Em 1890	Em 1950		Em 1890	Em 1950
Norte (1)	476 370	1 824 789	283,1	3,3	3,5
Nordeste	3 771 319	12 494 477	231,3	26,3	24,0
Leste	6 950 359	18 903 468	172,0	48,5	36,4
Sul	2 815 468	16 996 792	503,7	19,7	32,7
Centro-Oeste	320 399	1 756 831	448,3	2,2	3,4
BRASIL (1)	*14 333 915*	*51 976 357*	*262,6*	*100,0*	*100,0*

[1] Os dados de 1950, para a região Norte e para o conjunto do Brasil, incluem o Território do Acre que não pertencia a êste País em 1890. Excluindo-o, o número dos habitantes da região Norte em 1950 desce para 1 710 034 e o aumento percentual para 259,0.

O mais rápido desenvolvimento do Sul foi determinado pela mais baixa mortalidade e pela imigração do interior e do exterior; o crescimento menos rápido do Leste e do Nordeste foi devido à mais elevada mortalidade, à menor participação na imigração do exterior e à maior contribuição à emigração interna. O forte aumento relativo da população do Centro-Oeste dependeu principalmente da imigração interna.

A diversidade de crescimento demográfico nas diferentes Regiões Fisiográficas deu causa a uma forte variação da distribuição territorial da população nos últimos 60 anos .Em 1890, 48,5% da população do País concentrava-se na região Leste e 26,3% na Nordeste; a região Sul abrangia apenas 19,7% do total dos habitantes, a Norte, 3,3%, e a Centro-Oeste, 2,2%.

Em 1950, encontra-se ainda em primeiro lugar a região Leste, mas a sua quota caiu para 36,4%, enquanto a da região Sul, que agora ocupa o segundo lugar, subiu para 32,7%; em terceiro lugar figura a região Nordeste, com 24,0%, e em quarto e quinto, muito distanciadas, a Norte, com 3,5%, e a Centro-Oeste, com 3,4%.

São ainda maiores do que nas regiões as diferenças do aumento relativo nas diversas Unidades, no intervalo de tempo considerado.

[6] "Incremento da população das diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação de 1890 a 1950", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 124*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1955.

Entre os Estados, tiveram mais rápido desenvolvimento o Paraná, com 754% de aumento de população, Espírito Santo com 573%, São Paulo com 560%, Mato Grosso com 484%, Santa Catarina com 450% e Goiás com 434%. Destas Unidades, atraíram contingentes de imigração especialmente amplos São Paulo, Paraná e Goiás. Foi também de máxima importância o fluxo migratório que demandou o Distrito Federal, cujo aumento atingiu 355,0%.

Tiveram menos rápido desenvolvimento o Estado do Rio de Janeiro, com 162% de aumento, o da Bahia, com 152%, o de Minas Gerais, com 146%, o de Alagoas, com 114% e o de Sergipe, com 107%.

Tabela III

Distribuição da população, por Unidades da Federação, em 1890 e em 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE NAS FRONTEIRAS DE 1890		AUMENTO PERCENTUAL
	Em 1890 (1.º-XII)	Em 1950 (1.º-VII)	
Acre	...	114 755	...
Amazonas	147 915	549 284	271,4
Pará	328 455	1 160 750	253,4
Maranhão	430 854	1 583 248	267,5
Piauí	267 609	1 045 696	290,8
Ceará	805 687	2 695 450	234,6
Rio Grande do Norte	268 273	967 921	260,8
Paraíba	457 232	1 713 259	274,7
Pernambuco	1 030 224	3 395 766	229,6
Alagoas	511 440	1 093 137	113,7
Sergipe	310 926	644 361	107,2
Bahia	1 919 802	4 834 575	151,8
Minas Gerais (1)	3 184 099	7 834 968	146,1
Espírito Santo (1)	135 997	914 919	572,8
Rio de Janeiro	876 884	2 297 194	162,0
Distrito Federal	522 651	2 377 451	354,9
São Paulo	1 384 753	9 142 011	560,2
Paraná	249 491	2 129 458	753,5
Santa Catarina	283 769	1 560 502	449,9
Rio Grande do Sul	897 455	4 164 821	364,1
Mato Grosso	92 827	541 910	483,8
Goiás	227 572	1 214 921	433,9
BRASIL	*14 333 915*	*51 976 357*	*262,6*

[1] Para a comparação acima, a população presente em 1950 na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuída em 2/3 ao primeiro e em 1/3 ao segundo dêsses Estados.

2. A POPULAÇÃO ATUAL E SUA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

SUPONDO-SE que a população de cada Unidade da Federação tenha continuado a aumentar com a mesma taxa de crescimento verificada entre os dois últimos censos, determina-se, a seguir, o número de habitantes das diversas Regiões Fisiográficas do País, em 1.º de julho de 1959.

A região Leste, com 22,6 milhões de habitantes (35,0% da população total) é a mais populosa do Brasil; vêm, em seguida, na ordem decrescente de suas respectivas populações, a região Sul, com 22,0 milhões (34,1% da população total), a Nordeste, com 15,4 milhões (23,8% da população total), a Centro-Oeste, com 2,4 milhões (3,6% da população total) e, finalmente, a Norte, com apenas 2,3 milhões (3,5% da população total).

Tabela IV

Distribuição territorial da população em 1.º de julho de 1959

REGIÃO FISIOGRÁFICA (1)	POPULAÇÃO PRESENTE		SUPERFÍCIE TERRESTRE	DENSIDADE DA POPULAÇÃO
	Número de habitantes	Em % do total	(km2)	(hab/km2)
Norte	2 267 879	3,5	3 573 718	0,6
Nordeste	15 372 780	23,8	969 736	15,9
Leste	22 638 634	35,0	1 261 027	18,0
Sul	22 034 857	34,1	825 357	26,7
Centro-Oeste	2 364 559	3,6	1 884 006	1,3
BRASIL	(2) *64 678 709*	*100,0*	*8 513 844*	*7,6*

[1] NORTE: Rondônia, Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará, Amapá.
NORDESTE: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Fernando de Noronha.
LESTE: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal.
SUL: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.
CENTRO-OESTE: Mato Grosso, Goiás.

[2] O dado para o Brasil é a soma dos dados estimados para as 26 Unidades da Federação. Calculando-se diretamente a população do Brasil em 1.º-VII-1959, por extrapolação, obtém-se um número um pouco menor, de 64 216 485 habitantes.

Entre as Unidades da Federação, as mais populosas são o Estado de São Paulo, com 11,4 milhões de habitantes, o Estado de Minas Gerais, com 9,0, o da Bahia, com 5,9, o do Rio Grande do Sul, com 5,1, e o de Pernambuco, com 4,2. A essas Unidades seguem-se as demais na seguinte ordem decrescente de população: [7]

1.º São Paulo	11 390 296 hab	5.º Pernambuco	4 205 558 hab
2.º Minas Gerais [8]	9 000 029 hab	6.º Paraná	3 502 342 hab
3.º Bahia	5 860 086 hab	7.º Ceará	3 400 610 hab
4.º Rio Grande do Sul	5 124 226 hab	8.º Distrito Federal	3 123 984 hab

[7] População em 1.º-VII-1959.

[8] A população da Serra dos Aimorés — região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo — que é de 355 253 habitantes, foi atribuída em 2/3 àquele primeiro Estado e em 1/3 ao segundo.

Fig. 3 — *Divisão política e regional do Brasil*

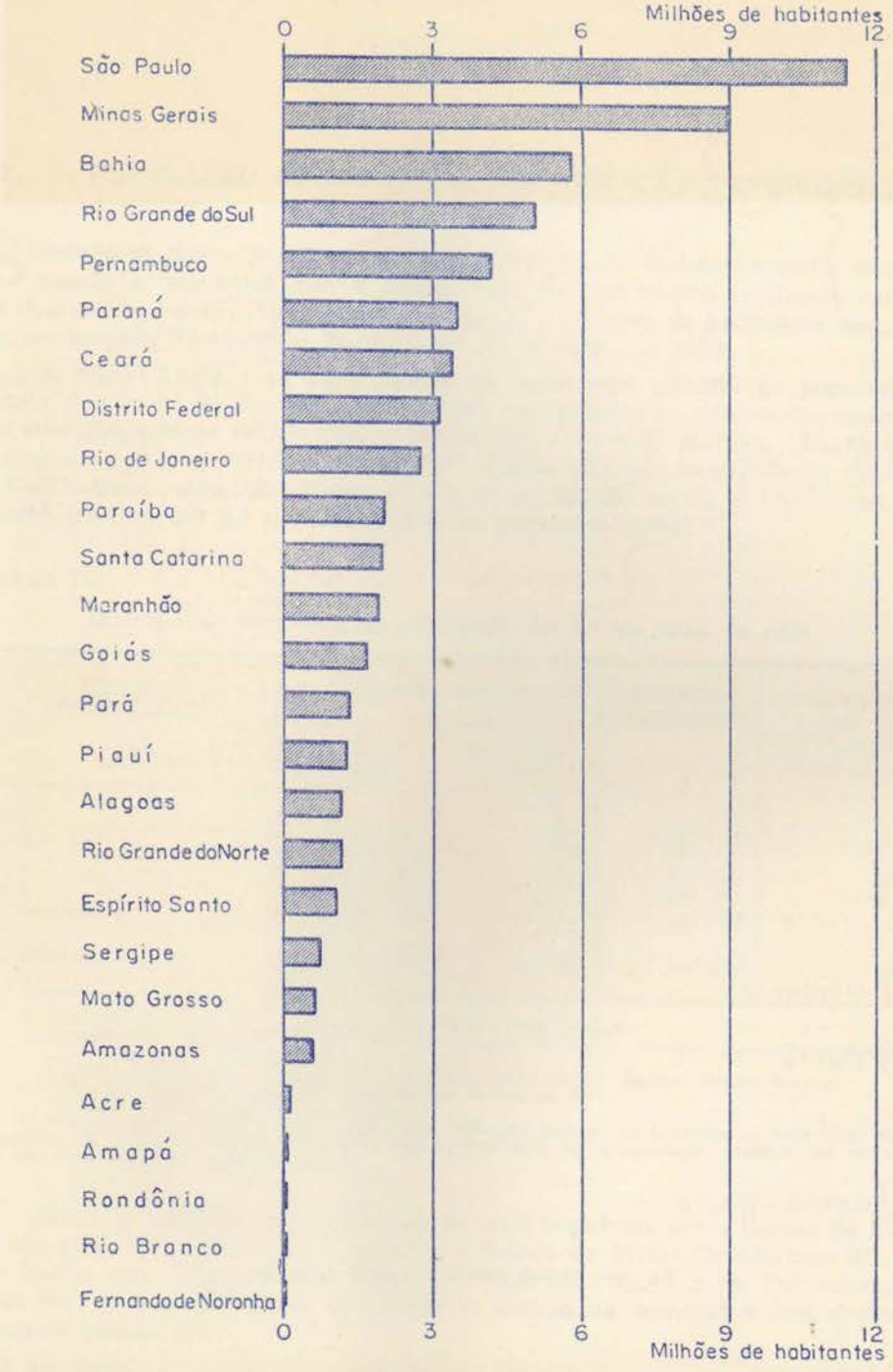

Fig. 4 — *As Unidades Políticas do Brasil, segundo a ordem de importância das respectivas populações em 1.º de julho de 1959*

9.º Rio de Janeiro	2 803 599 hab	18.º Espírito Santo[8]	1 096 446 hab
10.º Paraíba	2 031 467 hab	19.º Sergipe	754 490 hab
11.º Santa Catarina	2 017 993 hab	20.º Mato Grosso	635 873 hab
12.º Maranhão	1 987 165 hab	21.º Amazonas	613 899 hab
13.º Goiás	1 728 686 hab	22.º Acre	160 077 hab
14.º Pará	1 344 326 hab	23.º Amapá	62 168 hab
15.º Piauí	1 309 811 hab	24.º Rondônia	61 257 hab
16.º Alagoas	1 241 414 hab	25.º Rio Branco	26 152 hab
17.º Rio Grande do Norte .	1 196 174 hab	26.º Fernando de Noronha	581 hab

Apesar dos seus 64,7 milhões de habitantes, o Brasil é um País fracamente povoado. A população que possui, embora vultosa em cifra absoluta, é escassa para a sua imensa extensão territorial. Em relação aos 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície da República — cêrca de 6,3% da superfície habitável da Terra — os 64,7 milhões de habitantes representam apenas uma densidade média de 7,6 habitantes por quilômetro quadrado.

Êste valor é bastante inferior ao da densidade média da população da Terra, que já em 1954 se estimava em 20, aproximadamente.[9]

Além de relativamente escassa, a população do Brasil se apresenta muito irregularmente distribuída no território nacional. Enquanto a região Sul apresenta uma densidade de 27 habitantes por quilômetro quadrado, e as regiões Leste e Nordeste densidades de 18 e 16, respectivamente, a região Centro-Oeste conta apenas 1 e a Norte menos de 1 habitante por quilômetro quadrado.

As regiões Norte e Centro-Oeste, com 5 458 000 km², em conjunto, ocupam quase 2/3 do território nacional, mas possuem apenas 4,6 milhões de habitantes, isto é, 7,1% da população do País.

As outras três regiões, Nordeste, Leste e Sul, com 3 056 000 km², em conjunto, pelo contrário, abrangem apenas 1/3 do território, mas contam 60,0 milhões de habitantes, isto é, 92,9% da população do País.

A densidade média no conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste é sòmente de 0,8 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto no conjunto das regiões Nordeste, Leste e Sul ela atinge 19,6 habitantes por quilômetro quadrado.

Conclui-se, do exposto, que continuamos vivendo, em grande maioria, numa estreita faixa litorânea de 500 e menos quilômetros de largura, na qual a densidade demográfica apresenta-se, em geral, cada vez menor a partir da orla marítima para o interior.

[9] *Demographic Yearbook*, United Nations, 1955.

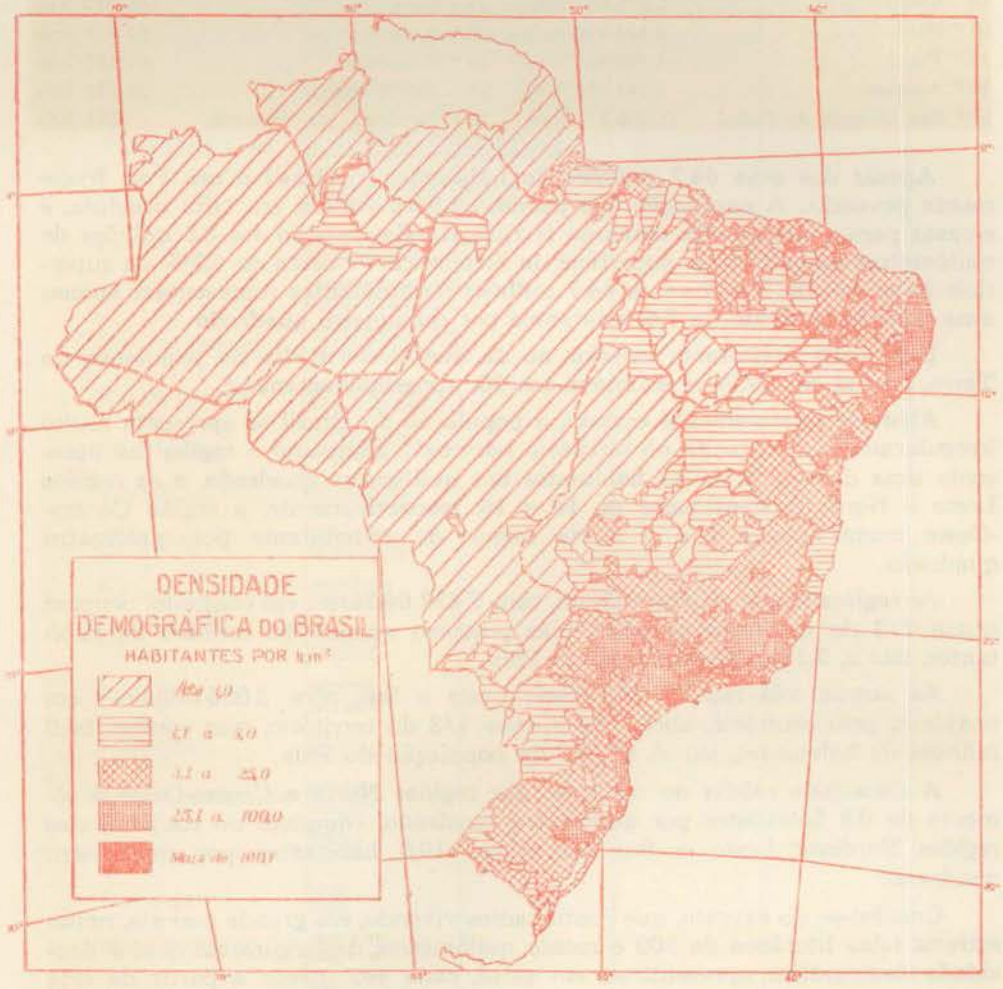

Fig. 5 — *Densidade demográfica do Brasil (habitantes por km², segundo o Censo Demográfico de 1950*

Fig. 6 — *O contraste entre o conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste e o conjunto das regiões Nordeste, Leste e Sul quanto às respectivas áreas e populações*

3. OS FATÔRES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Como se viu anteriormente, a população brasileira caracterizou-se, nos últimos cem anos, por um vigoroso e incessante crescimento vegetativo, constituindo a imigração internacional apenas um fator secundário, embora não desprezível, de sua expansão.

O aumento total e o médio anual da população brasileira, entre os diversos censos realizados no País, foram os constantes da tabela abaixo.[3]

DATA DO CENSO	POPULAÇÃO PRESENTE (retificada) (1)	AUMENTO DA POPULAÇÃO (retificado)	
		Total	Médio anual
1.º-VIII-1872	10 112 061		
		4 221 854	229 241
31-XII-1890	14 333 915		
		3 866 085	386 609
31-XII-1900	18 200 000		
		9 300 000	472 881
1.º- IX -1920	27 500 000		
		13 752 944	687 647
1.º- IX -1940	41 252 944		
		10 723 413	1 090 517
1.º- VII -1950	51 976 357		

[1] Foram retificadas as populações dos censos de 1900 e de 1920 que parecem estar afetados, o primeiro por falta, e o segundo por excesso.

As migrações internacionais contribuíram para o crescimento da população na medida aproximada das estimativas expostas nos cálculos abaixo.[3]

PERÍODO	NÚMERO DOS IMIGRANTES	NÚMERO DOS EMIGRANTES (1)	AUMENTO DA POPULAÇÃO PELO EXCEDENTE DAS IMIGRAÇÕES SÔBRE AS EMIGRAÇÕES	
			Absoluto	Em percentagem do aumento total (retificado)
1.º-VIII-1872 a 31-XII-1890	712 832	142 566	570 266	13,5
1.º- I -1891 a 31-XII-1900	1 129 317	225 863	903 454	23,4
1.º- I -1901 a 31-VIII-1920	1 446 081	506 128	939 953	10,1
1.º- IX -1920 a 31-VIII-1940	1 146 456	286 614	859 842	6,3
1.º- IX -1940 a 30- VI -1950	(2) 119 532	12 298	(3) 107 234	1,0

[1] Correspondente, por hipótese, a 20% do número dos imigrantes no 1.º e no 2.º períodos, a 35% no 3.º e a 75% no 4.º. [2] Imigrantes chegados nos anos de 1941 a 1949, mais um têrço dos chegados em 1940 (de setembro a dezembro), mais a metade dos chegados em 1950 (de julho a dezembro). [3] Correspondente a 1% do aumento total (retificado) da população no período, tendo sido de 99% dêsse aumento o excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, conforme se vê em "As variações da população urbana, suburbana e rural do Brasil entre 1940 e 1950", GIORGIO MORTARA — Pesquisas sôbre as populações urbanas e rurais do Brasil, Estatística Demográfica, n.º 17, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

O crescimento natural, resultante do excesso de nascimentos sôbre os óbitos, é expresso pela diferença entre o aumento total da população e o crescimento migratório, sendo representado pelas cifras abaixo.[3]

PERÍODO	AUMENTO DA POPULAÇÃO		
	Total	Pelo excedente das imigrações sôbre as emigrações	Pelo excedente dos nascimentos sôbre os óbitos
1.º-VIII-1872 a 31-XII-1890.....	4 221 854	570 266	3 651 588
1.º- I -1891 a 31-XII-1900.....	3 866 085	903 454	2 962 631
1.º- I -1901 a 31-VIII-1920.....	9 300 000	939 953	8 360 047
1.º- IX -1920 a 31-VIII-1940.....	13 752 944	859 842	12 893 102
1.º- IX -1940 a 30- VI -1950.....	10 723 413	107 234	10 616 179

Desta maneira, o crescimento da população brasileira nos diversos períodos considerados, verificou-se de acôrdo com os seguintes excedentes médios anuais dos nascimentos sôbre os óbitos.[3]

PERÍODO	EXCEDENTE MÉDIO ANUAL (retificado) DOS NASCIMENTOS SÔBRE OS ÓBITOS	
	Absoluto	Por 1 000 habitantes (1)
1.º-VIII-1872 a 31-XII-1890.....	198 276	16,3
1.º- I -1891 a 31-XII-1900.....	296 264	18,2
1.º- I -1901 a 31-VIII-1920.....	425 087	18,6
1.º- IX -1920 a 31-VIII-1940.....	644 655	18,7
1.º- IX -1940 a 30- VI -1950.....	1 079 611	23,8

[1] As proporções por 1 000 habitantes foram calculadas com referência à população média dos diversos períodos.

Conhecendo-se o excedente da natalidade sôbre a mortalidade, bem como a taxa de natalidade nos diversos períodos considerados [10], ficam *ipso facto* determinadas as correspondentes taxas de mortalidade.

PERÍODO	TAXAS POR 1 000 HABITANTES		
	Natalidade	Excedente da natalidade sôbre a mortalidade	Mortalidade
1.º-VIII-1872 a 31-XII-1890.....	46,5	16,3	30,2
1.º- I -1891 a 31-XII-1900.....	46,0	18,2	27,8
1.º- I -1901 a 31-VIII-1920.....	45,0	18,6	26,4
1.º- IX -1920 a 31-VIII-1940.....	44,0	18,7	25,3
1.º- IX -1940 a 30- VI -1950.....	43,5	23,8	19,7

[10] Vejam-se "Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais", *Estatística Demográfica, n.º 4*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1948, e as pesquisas de GIORGIO MORTARA, publicadas na *Revista Brasileira de Estatística* (ns. 1 a 7 e 8), anos 1940/42), sob o título de "Estudos sôbre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população", especialmente os "Cálculos suplementares" expostos no n.º 6 dessa *Revista*, págs. 275 e 276.

Como se vê, a natalidade tem diminuído apenas lentamente através do tempo — como aliás é normal nos países em fase inicial de evolução demográfica, como o Brasil — enquanto a mortalidade tem decrescido com rapidez, especialmente nos últimos lustros, ficando cada vez maior a diferença entre as duas taxas, e, portanto, cada vez mais acentuada a velocidade de crescimento da população.

A natalidade

VARIANDO a natalidade apenas lentamente através do tempo, pode-se admitir que o seu nível atual pouco difere do verificado para o último período intercensitário de 1940 a 1950, atingindo, assim, 42 a 44 por 1 000 habitantes a proporção média anual dos nascidos vivos, no Brasil. Êsse nível é muito elevado em comparação com os predominantes em países da Europa Ocidental e da América Anglo-Saxônica, mas não é excepcional na América Latina. As taxas de natalidade no México, nos países da América Central, e nos da América do Sul — com exceção da Argentina, do Chile e do Uruguai — são igualmente muito elevadas, e, como no Brasil, ainda não mostram acentuada tendência para o declínio.

A natalidade nìtidamente inferior da Argentina, do Chile e do Uruguai em relação à do Brasil e à dos demais países latino-americanos parece estar ligada a diferenças culturais. Efetivamente, aquêles três citados países contam, em suas populações, com maiores proporções de imigrantes europeus e seus descendentes do que os demais, sendo por isso mesmo mais influenciados pelos hábitos e costumes que prevalecem na Europa.[11]

Tabela V

Comparações internacionais da natalidade — 1950 [1]

PAÍS	NASCIDOS VIVOS POR 1 000 HABITANTES	PAÍS	NASCIDOS VIVOS POR 1 000 HABITANTES
BRASIL	(2) 43,5	Honduras	40,3
Bolívia	43,0	México	44,1
Colômbia	48,3	Nicarágua	47,1
Equador	48,8	Panamá	39,4
Peru	46,3		
Venezuela	46,5	Argentina	25,1
		Chile	33,3
Costa Rica	43,7	Paraguai	47,1
El Salvador	42,7	Uruguai	20,9
Guatemala	49,4		

[1] As taxas de natalidade desta tabela, com exceção da para o Brasil, foram transcritas do estudo citado na nota 11. Essas taxas foram adotadas nas estimativas de população apresentadas nos volumes "The Population of Central America (including Mexico), 1950/1980", e "The Population of South America, 1950/1980", *Population Branch*, Bureau of Social Affairs, United Nations, 1955. [2] Estimativa do Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil.

A elevada natalidade é comum a tôdas as Unidades da Federação, com exceção do Distrito Federal. Nos Estados, os valores estimados da taxa de

[11] Veja-se "The Population of the Latin American Republics", WALTER HECHT, *Population Branch*, Bureau of Social Affairs, United Nations, 1955.

natalidade variam entre os máximos de 48 por 1 000 habitantes no Piauí e no Ceará, e o mínimo de 38 em São Paulo. No Distrito Federal essa taxa desce para 25 por 1 000 habitantes.[12]

Tabela VI

Cálculo do número de nascidos vivos em 1957, de acôrdo com as estimativas da população média dêsse ano e das taxas de natalidade

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO MÉDIA DE 1957	TAXA DE NATALIDADE ESTIMADA POR 1 000 HABITANTES	NÚMERO ESTIMADO DOS NASCIDOS VIVOS EM 1957
Rondônia	54 743	47	2 573
Acre	148 664	47	6 987
Amazonas	590 166	47	27 738
Rio Branco	24 103	47	1 133
Pará	1 291 715	46	59 419
Amapá	55 555	47	2 611
Maranhão	1 889 313	46	86 908
Piauí	1 245 874	48	59 802
Ceará	3 229 453	48	155 014
Rio Grande do Norte	1 141 195	47	53 636
Paraíba	1 955 997	47	91 932
Pernambuco (1)	4 010 779	45	180 485
Alagoas	1 206 815	47	56 720
Sergipe	728 494	47	34 239
Bahia	5 614 852	46	258 283
Minas Gerais (2)	8 720 187	46,5	405 489
Espírito Santo (2)	1 050 048	47	49 352
Rio de Janeiro	2 682 191	44	118 016
Distrito Federal	2 940 045	25	73 501
São Paulo	10 847 095	38	412 190
Paraná	3 135 687	43,5	136 402
Santa Catarina	1 905 932	45	85 767
Rio Grande do Sul	4 893 518	38,5	188 400
Mato Grosso	608 603	46	27 996
Goiás	1 598 375	46	73 525
BRASIL	*61 569 399*	*(3) 43,01*	*2 648 118*

[1] Inclusive 581 habitantes do Território de Fernando de Noronha. [2] A população estimada da região da Serra dos Aimorés foi atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo. [3] Taxa calculada pela razão entre as somas da terceira e da primeira coluna.

Embora as taxas de natalidade para as diversas Unidades, constantes da terceira coluna da tabela VI, sejam deduzidas da experiência do período intercensitário de 1940 a 1950, achou-se lícito aplicá-las para se estimar o número de nascimentos em 1957,tendo em vista a limitada variação da natalidade no País.

O número estimado de nascidos vivos no referido ano varia entre cêrca de 1 000 no Território de Rio Branco, e de 400 000 em Minas Gerais e em São Paulo, respectivamente.

Somando os números de nascidos vivos em cada Unidade da Federação, obtém-se o total de 2 648 118 para o conjunto do Brasil, ou seja, por arredondamento, 2 650 000.

Em se tratando de estimativa apenas largamente aproximada, convém dizer que o número dos nascidos vivos no Brasil em 1957 foi de 2 500 000 a 2 800 000.

[12] "Estimativas da natalidade no Brasil, segundo as Unidades da Federação", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 118*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

À forte natalidade observada no Brasil corresponde uma elevada fecundidade feminina. A proporção média anual das crianças nascidas vivas por 1 000 mulheres em idade fecunda (15 a 49 anos) ascende a 170-175 neste País, em comparação com 92 nos Estados Unidos, 83 na França, 61 na Inglaterra e Gales, e 59 na Alemanha Ocidental. Já na Venezuela e em Pôrto Rico, por exemplo, essas taxas são da mesma ordem de grandeza que no Brasil.

Tabela VII

Comparações internacionais da fecundidade feminina

PAÍS	ANO	NASCIDOS VIVOS POR 1 000 MULHERES DE 15 A 49 ANOS	PAÍS	ANO	NASCIDOS VIVOS POR 1 000 MULHERES DE 15 A 49 ANOS
BRASIL.....	1950	174	Estados Unidos.....	1950	92
Venezuela.....	1950	178	França.....	1950	83
Pôrto Rico.....	1950	170	Itália.....	1951	70
Canadá.....	1951	110	Inglaterra e Gales...	1951	61
Japão.....	1950	110	Alemanha Ocidental	1950	59

NOTA — As taxas para os países estrangeiros foram tiradas das edições de 1952 a 1955 do *Demographic Yearbook, United Nations,* ou calculadas com base nos dados sôbre os nascimentos e a população nelas publicados.

A elevada fecundidade é uma característica comum dos diferentes grupos étnicos que formam a população do País: ela é um pouco mais alta entre as pardas, às quais correspondeu a proporção média anual de 196 filhos, nascidos vivos, por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos, no período intercensitário 1940/1950, do que entre as brancas e as pretas, cujas proporções médias anuais de filhos, nascidos vivos, foram de 171 e 167 por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos, respectivamente. Entre as amarelas a taxa de fecundidade foi ainda mais elevada do que entre as pardas (200 por 1 000), mas a sua representação na população do País é muito pequena.

A ligeira inferioridade da fecundidade das pretas pode ser atribuída, em parte, à menor duração média de sua vida conjugal, que depende de sua mais elevada mortalidade, e, em parte, à uma certa desvantagem na seleção sexual e matrimonial das mulheres dêsse grupo. Efetivamente, a proporção de pretas que participam na reprodução é um pouco menor do que a de brancas e a de pardas.[13] Certo é, entretanto, que as diferenças de fecundidade entre os três principais grupos de côr não dependem de uma influência sistemática e sensível do fator étnico — de ordem biológica —, nem do fator físico — de ordem topográfica e climática —, mas resultam, principalmente, de desigualdades que prevalecem nos padrões econômicos, sociais e culturais dêsses três grupos.[13]

O número médio de filhos, nascidos vivos, gerados por 100 mulheres, até o fim do período fértil de sua existência, aos 50 anos de idade, elevava-se, em tôrno de 1950, a cêrca de 600, variando de 630, entre as pardas, e 605 entre as brancas, a 565 entre as pretas.[14]

O número médio de 6 filhos, nascidos vivos, tidos pela mulher brasileira durante o período fértil de sua existência, aparece, no confronto internacional, entre os mais elevados.

A fecundidade feminina no Brasil apresenta-se, entretanto, muito menor nas populações urbanas, onde a proporção média anual de nascidos vivos por

[13] "The Brazilian Birth Rate: Its Economics and Social Factors", GIORGIO MORTARA — Coletânea "Culture and Human Fertility", organizada por F. LORIMER, Unesco, Paris, 1954.

[14] "A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos nos diversos grupos de côr", GIORGIO MORTARA — *A fecundidade da mulher no Brasil,* IBGE, Rio de Janeiro, 1957.

1 000 mulheres de 15 a 49 anos foi de 121 no período intercensitário 1940/1950, do que nas populações rurais, onde essa proporção ascendeu a 202.[13] A inferioridade da taxa urbana em relação à rural depende da mais alta proporção de solteiros e da mais elevada idade média no casamento (início da atividade reprodutora) nas cidades; a limitação voluntária da prole é apenas um fator secundário, embora não desprezível, dessa diferença. Nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde êste fator se tornou mais importante, a taxa de fecundidade, no mesmo período (respectivamente 86 e 87 filhos, nascidos vivos, por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos, por ano), foi muito menor do que a verificada no conjunto da população urbana do País (121 por 1 000).[13]

As causas acima apontadas da menor fecundidade urbana são confirmadas pelo estudo da fecundidade masculina segundo a ocupação. A fecundidade mais elevada se observa entre aquêles que trabalham na agricultura e pecuária — ocupações tìpicamente rurais —, enquanto a mais baixa corresponde aos que se dedicam a ocupações tìpicamente urbanas, tais como o comércio de valores, as profissões liberais e os serviços e atividades sociais.[13] O número médio de filhos, nascidos vivos, gerados por 100 mulheres, até o fim do período fértil de sua existência, aos 50 anos de idade, elevava-se, em tôrno de 1950, a cêrca de 455 no quadro urbano, 575 no suburbano e 690 no rural.[15]

Em virtude da elevada fecundidade da mulher no Brasil, cada geração reproduzida, neste País, resulta pouco inferior ao dôbro da reprodutora, segundo cálculo para 1950.

Especificam-se abaixo os valores da taxa de reprodução (coeficiente de BOECKH) de alguns países, para fins de comparação internacional[16]:

BRASIL (1950)	1,876
Canadá (1951)	1,550
Japão (1950)	1,516
Estados Unidos (1950)	1,435
França (1950)	1,323
Inglaterra e Gales (1951)	1,001
Alemanha Ocidental (1950)	0,933

Por volta de 1950, cada geração brasileira reproduzia-se numa geração de 85% a 90% mais numerosa, enquanto a proporção correspondente era apenas de 30% a 35% na França. Na Inglaterra e Gales a geração reproduzida apenas substituía a reprodutora, e na Alemanha Ocidental não chegava mesmo a substituí-la.

A mortalidade

APESAR da melhoria do nível da saúde pública nos últimos lustros, o Brasil ainda se coloca entre os países de alta mortalidade, em situação bastante desvantajosa no plano internacional.

Constitui expressivo índice de nossa insatisfatória situação sanitária a elevada proporção média anual de 18,5 óbitos por 1 000 habitantes, correspondente ao ano de 1950.[17] Mesmo na América Latina uma mortalidade dessa ordem, ou superior, é encontrada apenas em alguns poucos países, como a Guatemala (24,3 óbitos anuais por 1 000 habitantes), a Bolívia (19,5 por

---

[15] "A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos nas populações urbanas e rurais", GIORGIO MORTARA — *A fecundidade da mulher no Brasil*, IBGE, Rio de Janeiro, 1957.

[16] "Ensaio de cálculo da taxa de reprodução para a população do Brasil", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 184*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1956.

[17] "Estimativa do número de óbitos para o Brasil", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 143*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1956.

1 000) e o Equador (18,5 por 1 000). Já na Argentina, no Uruguai e no Panamá, por exemplo, as taxas de mortalidade são comparáveis às dos países econômicamente desenvolvidos de outras partes do mundo.

Tabela VIII

Comparações internacionais da mortalidade — 1950 [1]

PAÍS	ÓBITOS POR 1 000 HABITANTES		PAÍS	ÓBITOS POR 1 000 HABITANTES	
BRASIL	(2)	18,5	Argentina		8,9
Bolívia		19,5	Chile		15,3
Colômbia		14,3	Paraguai		12,3
Equador		18,5	Uruguai		8,3
Peru		14,1			
Venezuela		14,0	Canadá	(3)	9,0
Costa Rica		11,3	Estados Unidos	(3)	9,6
El Salvador		14,1	Alemanha Ocidental	(3)	11,9
Guatemala		24,3	Espanha	(3)	10,9
Honduras		14,9	França	(3)	12,8
México		16,1	Inglaterra e Gales	(3)	11,6
Nicarágua		14,4	Itália	(3)	9,8
Panamá		9,1	Portugal	(3)	12,2

[1] As taxas de mortalidade desta tabela, com exceção das para o Brasil e para os países da América do Norte e da Europa, foram transcritas do estudo citado na nota 11. Essas taxas foram adotadas nas estimativas de população apresentadas nos volumes "The Population of Central America (including Mexico), 1950/1980", e "The Population of South America, 1950/1980", *Population Branch*, Bureau of Social Affairs. United Nations, 1955. [2] Estimativa do Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil. [3] *Demographic Yearbook*, United Nations, 1956.

Outro expressivo índice da posição pouco satisfatória do Brasil na luta contra as doenças e a morte é a relativamente pequena duração média da vida em nosso meio. Segundo a mortalidade verificada no decênio 1940/1950, a vida média no Brasil atingia apenas 46 anos, enquanto nos países mais adiantados da América do Norte, da Europa e da Oceânia já alcançava e excedia 65 anos. Alcançava, por exemplo, no período decenal referido, 66 anos nos Estados Unidos, era de 67 anos no Canadá, subia a 68 anos na Austrália, limite já ultrapassado na Nova Zelândia e na Suécia onde a vida média beirava os 70 anos.

Tabela IX

Vida média, segundo a mortalidade verificada no período de 1940 a 1950, em alguns países

PAÍS	VIDA MÉDIA (Anos)		
	Homens e mulheres	Homens	Mulheres
Índia	32,1	32,5	31,7
BRASIL (população natural)	43,7	41,5	46,0
Chile	45,3	43,9	46,8
Tailândia	50,3	48,7	51,9
Portugal	54,4	52,1	56,7
Argentina	59,1	56,9	61,4
Estados Unidos	65,9	63,5	68,4
Canadá	66,6	64,6	68,6
Austrália	68,3	66,1	70,6
Nova Zelândia (população européia)	68,7	67,0	70,5
Suécia	69,3	68,1	70,7

NOTA — Calculada segundo os dados publicados no *Demographic Yearbook*, United Nations, edições de 1953 a 1955.

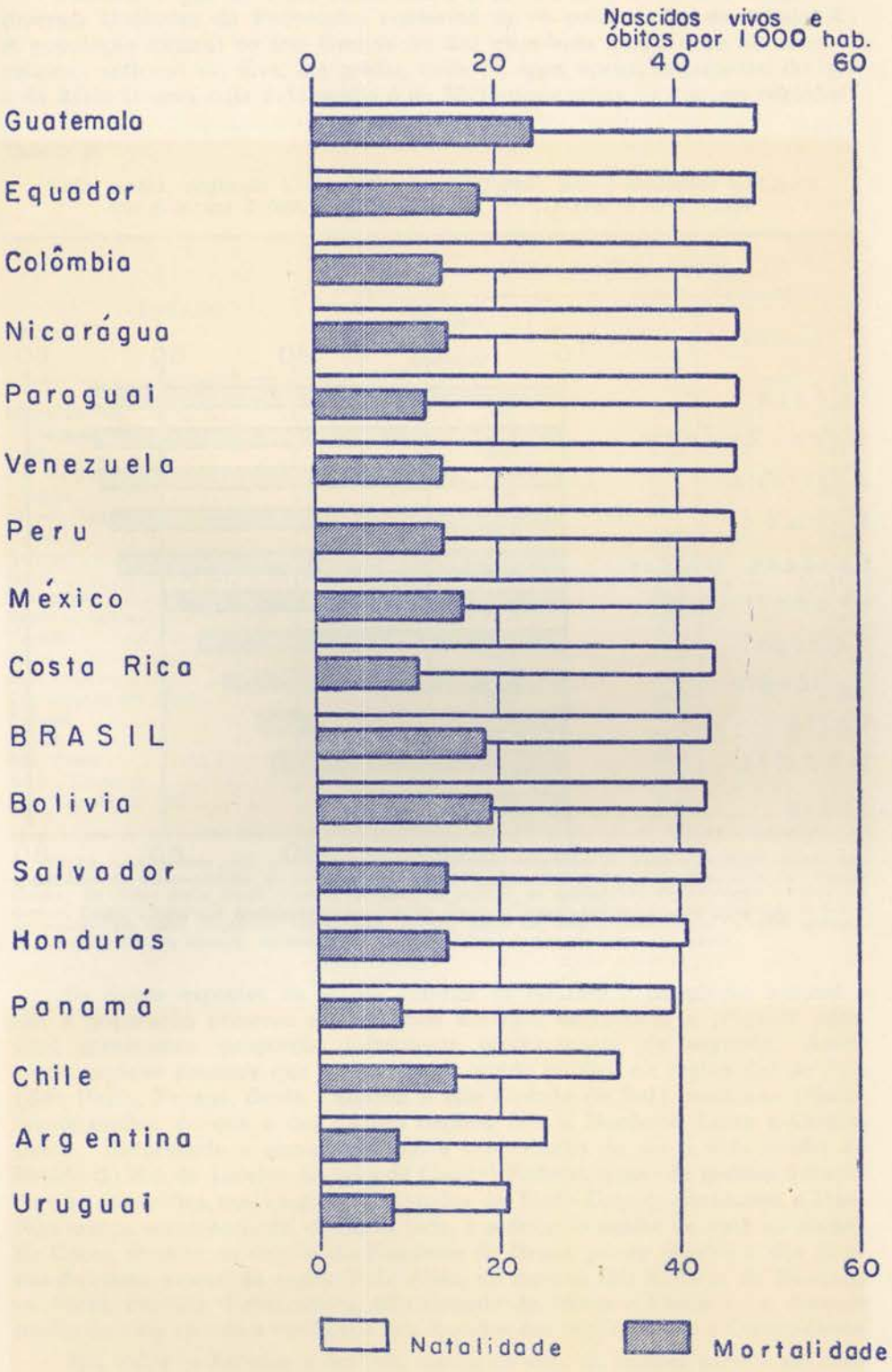

Fig. 7 — *Comparações internacionais da natalidade e da mortalidade*

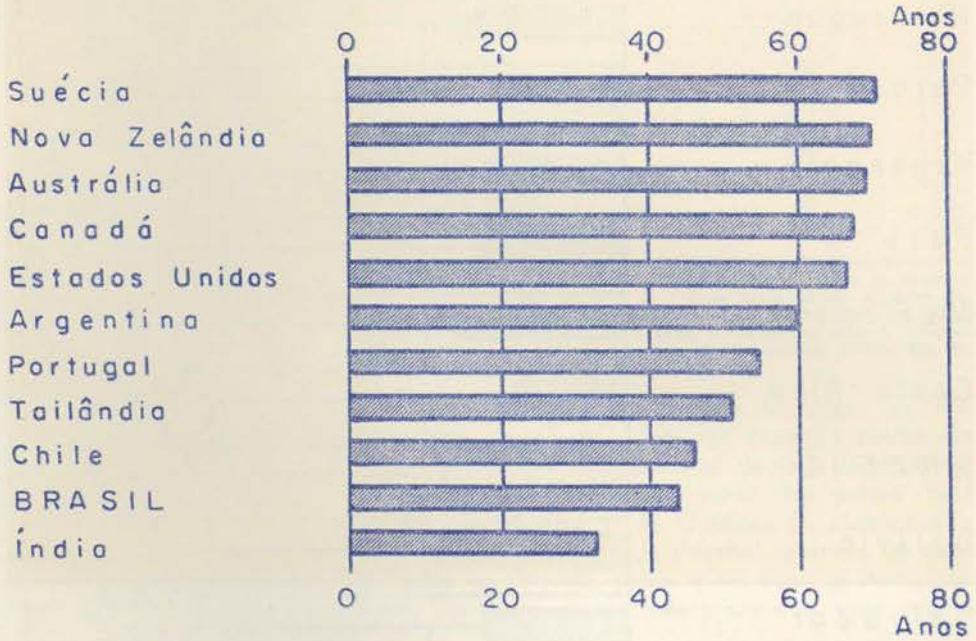

Fig. 8 — *Vida média, segundo a mortalidade no período 1940-1950, em alguns países*

Outro fato que deve ser ressaltado é a forte variação da vida média nas diversas Unidades da Federação, conforme se vê pelos dados da tabela X. A população natural do Rio Grande do Sul, cuja vida média é de 53 anos — máximo nacional —, vive, em média, mais 17 anos, aproximadamente, do que a de Mato Grosso, cuja vida média é de 36,3 anos apenas — mínimo nacional.

Tabela X

Vida média, segundo a mortalidade verificada nas populações naturais dos diversos Estados, no decênio de 1.º-VII-1940 a 30-VI-1950

ESTADO	VIDA MÉDIA (Anos)		
	Homens e mulheres	Homens	Mulheres
Mato Grosso	36,3	34,6	38,2
Amazonas	37,9	37,5	38,3
Pará	38,0	37,0	39,0
Rio de Janeiro	38,1	36,9	39,4
Alagoas	38,8	37,0	40,7
Minas Gerais	39,5	38,0	41,0
Goiás	40,1	36,8	43,6
Sergipe	41,0	40,0	42,0
Bahia	41,0	39,0	43,0
Maranhão	41,2	39,5	43,0
Espírito Santo	41,7	40,3	43,3
Paraíba	42,4	40,0	45,0
Piauí	42,7	41,0	44,5
Pernambuco	42,7	40,3	45,3
Rio Grande do Norte	42,7	40,0	45,6
Paraná	43,1	41,6	44,7
Ceará	45,0	43,0	47,0
São Paulo	49,3	47,2	51,5
Santa Catarina	49,4	48,3	50,6
Rio Grande do Sul	53,0	51,0	55,0

NOTA — Calculada pelo aproveitamento dos resultados censitários de 1940 e de 1950, coordenado à aplicação de tábuas-padrões de mortalidade construídas pelo Departamento de População das Nações Unidas. Os dados desta tabela constam da série de análises da mortalidade da população natural dos diversos Estados, publicada na coletânea dos *Estudos Demográficos* do Laboratório de Estatística, e devem ser considerados como largamente aproximados, apenas, tendo em vista a possibilidade de erros ocorridos na determinação dos mesmos, resultantes de possíveis falhas de levantamento dos censos.

Os dados expostos na tabela anterior se referem à população natural e não à população presente dos diversos Estados; entretanto, a primeira constitui, geralmente, proporção fortemente predominante da segunda. Assim sendo, pode-se concluir que a situação da saúde pública na região Sul do País (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) mostra-se francamente melhor do que a das demais regiões, Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste. Surpreende e choca, todavia, a constatação de ser a vida média no Estado do Rio de Janeiro, ao lado da Capital Federal, quase da mesma duração da que se verifica nos longínquos Estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará. Não menos surpreendente, de outro lado, é a duração média da vida no Estado do Ceará, situado no semi-árido Nordeste do Brasil, pouco inferior à dos Estados de clima ameno da região Sul. Aliás, na maioria dos Estados do Nordeste — Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará — a duração média da vida excede a verificada nos Estados das regiões Leste e Centro-Oeste.

Em todos os Estados a duração média da vida da mulher excede sensìvelmente a do homem, fato comum nos países de civilização ocidental, que depende da ação de fatôres biológicos e sociais.[18] Em alguns Estados, entretanto, como Goiás, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a diferença entre

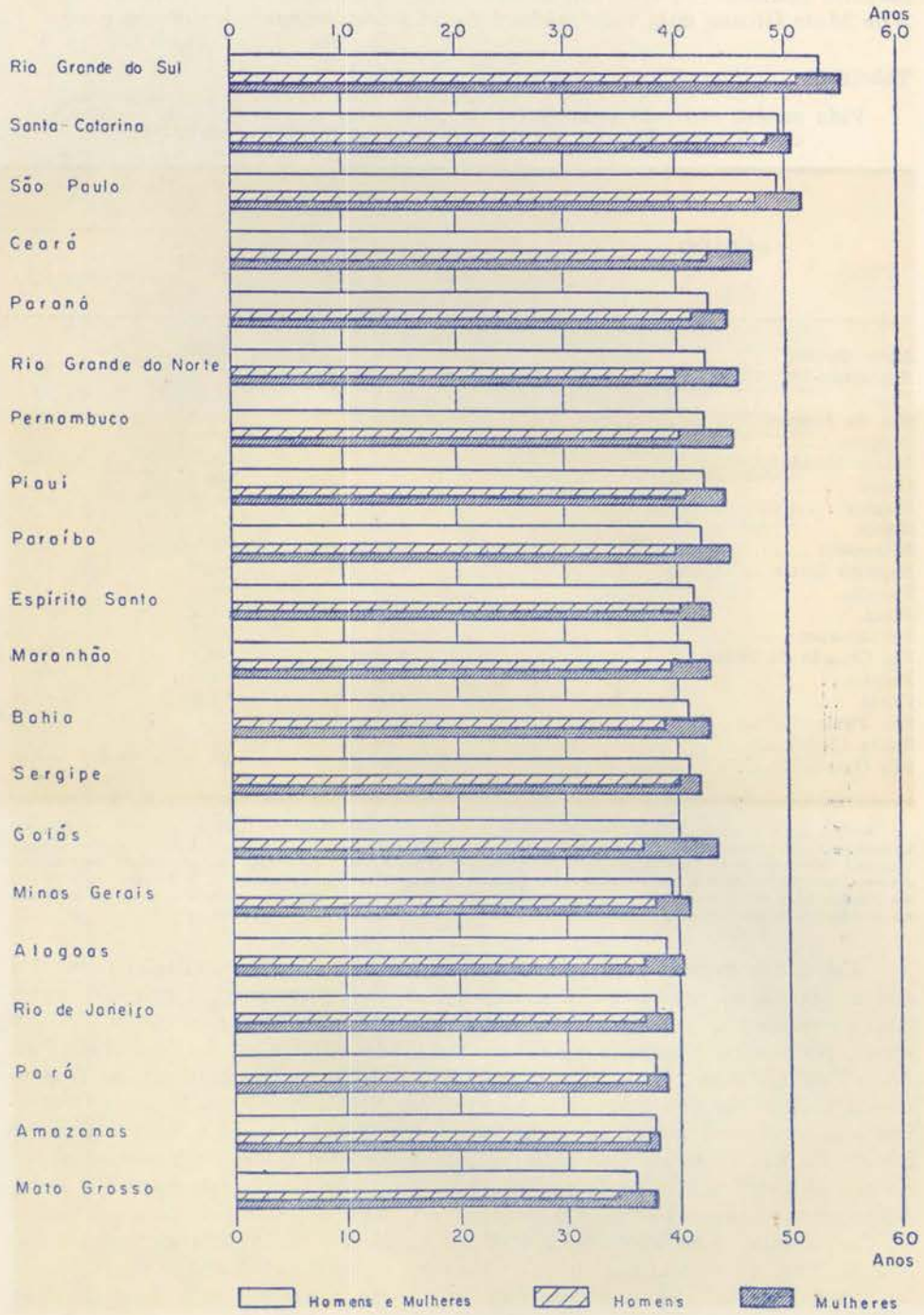

Fig. 9 — *Vida média, segundo a mortalidade do período 1940-1950, nos diversos Estados do Brasil*

a vida média dos dois sexos é muito grande, alcançando ou mesmo excedendo 5 anos. Conforme diz MORTARA, "não havendo motivo para se supor que ocorram sensíveis variações na ação dos fatôres biológicos nas diversas populações brasileiras, pode-se presumir que as variações da diferença entre a vida média dos dois sexos dependam, principalmente, da ação de fatôres sociais".[18] Provàvelmente, nos citados Estados de Goiás, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte deve ser mais intensa do que nos demais a ação dos fatôres sociais determinantes das diferenças entre a vida média dos dois sexos.

Para dar uma idéia das características da mortalidade brasileira, segundo o sexo e a idade, confrontam-se na tabela XI, alguns dados da tábua de sobrevivência do Estado de São Paulo para o período 1939/41, que pode ser tomada com boa aproximação como representativa da situação da mortalidade para o conjunto do Brasil por volta de 1950 [17], com os correspondentes da tábua de sobrevivência para os Estados Unidos, no mesmo período.

Tabela XI

Confronto entre as tábuas de sobrevivência do Estado de São Paulo e dos Estados Unidos para o período 1939/41

IDADE (Anos)	HOMENS		MULHERES	
	São Paulo	Estados Unidos	São Paulo	Estados Unidos
1. PROBABILIDADE DE MORTE POR 1 000				
0	168,7	52,4	150,1	41,5
1	69,7	5,5	68,6	4,9
5	4,9	1,5	4,4	1,2
10	2,4	1,1	2,1	0,8
15	2,8	1,6	2,3	1,2
20	5,4	2,5	6,1	1,9
40	10,7	6,0	10,1	4,5
60	35,6	26,5	27,1	18,4
80	159,9	123,9	132,7	106,9
2. SOBREVIVENTES DE 100 000 NASCIDOS VIVOS				
0	100 000	100 000	100 000	100 000
1	83 133	94 762	84 991	95 848
5	73 927	93 624	75 838	94 848
10	72 628	93 054	74 662	94 402
15	71 760	92 508	73 915	94 000
20	70 453	91 617	72 539	93 293
40	60 961	85 246	62 068	88 092
60	41 368	65 142	45 893	73 093
80	7 745	18 995	11 713	27 524
3. VIDA MÉDIA (Anos)				
0	43,8	61,6	46,3	65,9
1	51,6	64,0	53,4	67,7
5	53,9	60,8	55,7	64,4
10	49,8	56,1	51,5	59,7
15	45,4	51,4	47,0	55,0
20	41,1	46,9	42,9	50,4
40	25,9	29,6	28,3	32,7
60	12,7	15,0	14,3	16,9
80	4,6	5,4	5,2	6,0

FONTE: — "A mortalidade no Brasil", MARCOS VINICIUS DA ROCHA — *Revista Brasileira de Estatística, n.º 60*, CNE, 1954.

[18] "Nota sôbre a vida média nos diversos Estados do Brasil", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 230*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1957.

A mortalidade do Estado de São Paulo no período referido (ou seja, a do Brasil por volta de 1950) é fortemente superior à dos Estados Unidos em tôdas as idades, tanto para os homens como para as mulheres, mas os excedentes relativos mais elevados da mortalidade brasileira sôbre a americana se verificam nas idades da infância.

Cêrca de uma quarta parte da geração brasileira não chega aos 15 anos, idade inicial da mais intensa atividade econômica, em comparação com menos de um décimo da geração americana.

Menos da metade da geração brasileira alcança os 60 anos, idade que marca o fim do período da mais intensa atividade econômica, em comparação com cêrca de sete décimos da geração americana.

A julgar pela tábua de sobrevivência referida, a duração média da vida econômicamente ativa (entre o 15.º e o 60.º aniversários) limita-se a 27,3 anos para os homens e a 28,2 anos para as mulheres, no Brasil, enquanto nos Estados Unidos essa duração se estende por 37,8 anos para os homens e 39,3 anos para as mulheres.

Fator de acentuada influência na restrição da duração média da vida no Brasil é a elevada mortalidade no primeiro ano de vida. Estima-se que no período compreendido entre os censos de 1940 e 1950 a proporção dos óbitos no curso do primeiro ano de idade foi da ordem de 170 por 1 000 nascidos vivos.[19] Com o advento e a difusão do uso dos antibióticos e bacteriostáticos essa proporção tem caído ràpidamente, não sendo temerário supor que ela se tenha reduzido a cêrca de 160 nos primeiros anos seguintes ao censo de 1950 e a cêrca de 140 a 150 atualmente. Mas mesmo essas últimas proporções são ainda aproximadamente cinco vêzes maiores do que as de países mais adiantados na defesa da saúde pública, como a Holanda, o Reino Unido e a Suíça, cujas taxas de mortalidade infantil subiam a 25, 30 e 31 por 1 000, respectivamente, em 1950.[20]

Admitindo-se, conforme cálculo constante da tabela VI, que seja de 2 650 000 o número das crianças nascidas no Brasil em 1957, estima-se, de acôrdo com as taxas de mortalidade de 140 e de 150 por 1 000, que 370 000 a 400 000 dessas crianças (ou seja 14% a 15%) faleceram no curso do primeiro ano de idade, enquanto 2 250 000 a 2 280 000 atingiram o primeiro aniversário.

Assim como acontece com a mortalidade geral, o nível da mortalidade infantil varia fortemente nas diferentes partes do País. Nos anos próximos de 1950, êsse nível oscilava, em certas Capitais brasileiras, para as quais se tornou possível a pesquisa, entre o mínimo de 93 por 1 000 na cidade de São Paulo e o máximo de 244 por 1 000 na de Recife.

Foi considerável a redução da mortalidade infantil nas diversas Capitais consideradas em dez anos. Mas, mesmo São Paulo e o Rio de Janeiro, onde essa mortalidade desceu abaixo de 100 por 1 000, nos anos próximos de 1950, ainda se apresentam em situação realmente desvantajosa no plano internacional.

Quais serão os principais fatôres do alto nível da mortalidade no Brasil? Uma simples comparação da intensidade com que agem as diferentes causas de óbito nas duas principais cidades brasileiras e em alguns países estrangeiros basta para fornecer uma resposta satisfatória.

---

[19] "Ligeiras considerações sôbre a mortalidade infantil no Brasil", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 27*, 2.ª edição, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro.

[20] *Demographic Yearbook*, United Nations, 1954.

Tabela XII

Mortalidade infantil em algumas Capitais brasileiras

CIDADE	PERÍODO	ÓBITOS INFANTIS, NO PRIMEIRO ANO DE IDADE, POR 1 000 NASCIDOS VIVOS
São Paulo	1939/41	137,8
	1949/51	93,4
Rio de Janeiro	1939/41	159,3
	1949/51	97,2
Pôrto Alegre	1939/41	180,2
	1948/50	107,3
Belo Horizonte	1939/41	161,0
Belém	1939/41	159,5
	1948/50	111,0
Salvador	1939/41	206,3
	1948/50	162,6
Fortaleza	1947/49	236,2
Recife	1939/41	272,3
	1948/50	243,6

NOTA — Taxas constantes de estudos sôbre a mortalidade infantil realizados no Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, e, posteriormente, no Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil.

A alta freqüencia dos óbitos por doenças infecciosas e parasitárias é um dos principais fatôres do alto nível da mortalidade no Brasil. Os dados da tabela XIII mostram que a letalidade por essa causa é fortemente mais elevada nas duas Capitais brasileiras do que na Inglaterra e Gales, nos Estados Unidos e na Holanda.

Tabela XIII

Mortalidade, segundo as principais causas de morte, no Distrito Federal (1949/51), no Município de São Paulo (1950/51), e em alguns países estrangeiros (1950)

(Taxas médias anuais por 100 000 habitantes)

PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS DE MORTE	DISTRITO FEDERAL	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	INGLATERRA E GALES	ESTADOS UNIDOS	HOLANDA
Doenças infecciosas e parasitárias	287,6	130,2	47,2	34,1	30,7
Doenças do aparelho circulatório	229,1	205,3	390,8	363,8	177,3
Doenças do aparelho digestivo	167,1	149,4	30,6	27,5	18,5
Doenças do aparelho respiratório	137,5	85,7	113,0	33,2	40,6
Neoplasmas	82,1	98,6	198,3	142,9	151,5
Acidentes, envenenamentos e violências	76,0	54,9	43,0	77,0	35,8

FONTE: — "A mortalidade segundo as causas, por sexo e grupos de idade, no Distrito Federal (1949/51) e no município de São Paulo (1950/51)", Orêncio Longino de Arruda Gomes — Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil, *Estatística Demográfica, n.º 20*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1956.

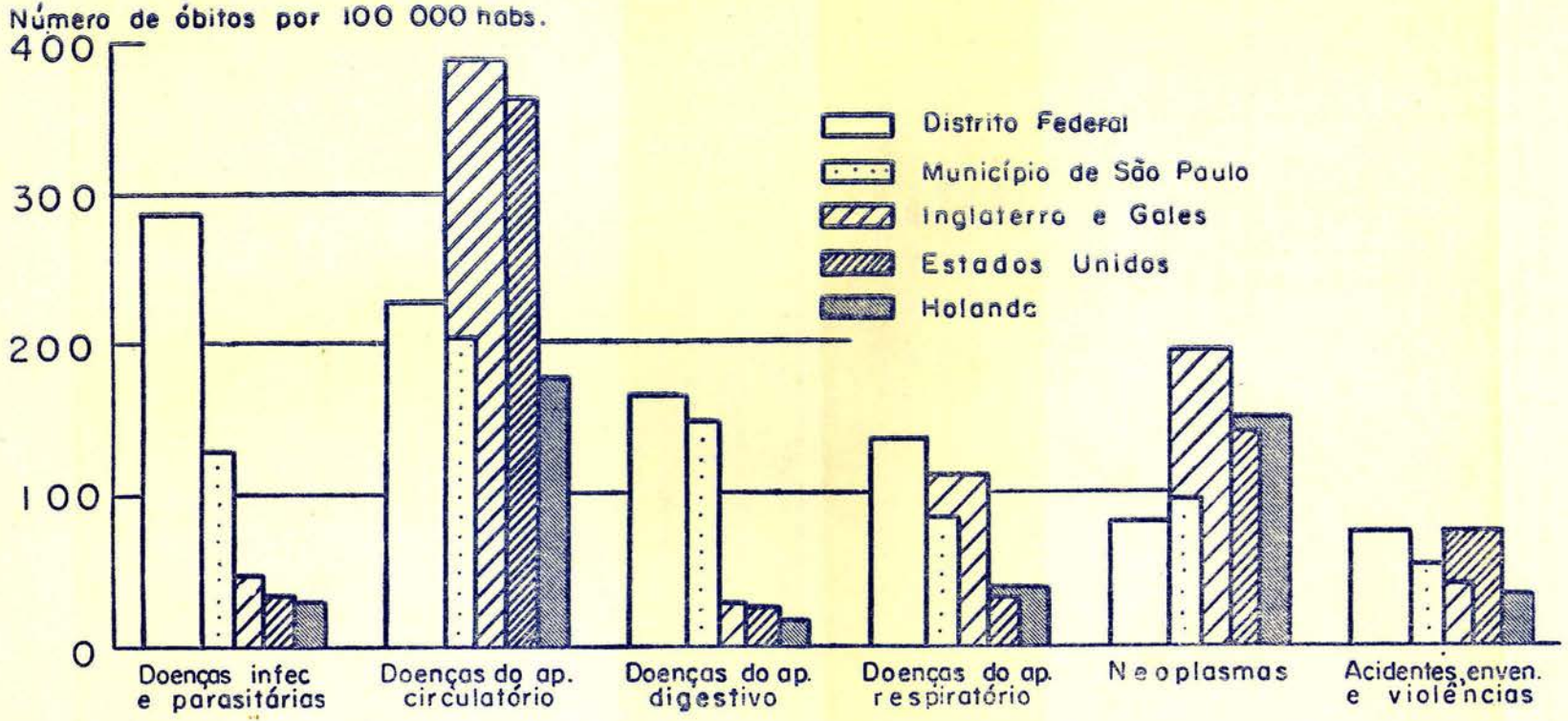

Fig. 10 — *Mortalidade, segundo as principais causas de óbito, no Distrito Federal (1949-51), no Município de São Paulo (1950-51), e em alguns países estrangeiros*

A letalidade devida às doenças do aparelho respiratório e às do aparelho digestivo é também bastante alta no Brasil, em decorrência, principalmente, da grande incidência dessas doenças entre as crianças. Já a mortalidade por câncer e por doenças do aparelho circulatório é relativamente baixa, em conseqüência da própra composição por idade da população brasileira — população ainda muito jovem — na qual são pequenos os contingentes de pessoas em idades mais avançadas.

No triênio 1949/51 foram registrados 92 518 óbitos no Distrito Federal, dos quais 20 472 causados por doenças infecciosas e parasitárias.

Essas doenças aparecem, assim, como causa de 22,1% dos óbitos ocorridos, no período considerado.[21] No quadro internacional, essa percentagem é muito elevada, atestando a grande importância das doenças infecciosas e parasitárias como causa de óbito no Distrito Federal.

Tabela XIV

Comparações internacionais dos óbitos por doenças infecciosas e parasitárias

PAÍS	ANO OU PERÍODO	ÓBITOS OCORRIDOS		PERCENTAGEM DE ÓBITOS POR DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS SÔBRE O TOTAL
		Por doenças infecciosas e parasitárias	Total	
Holanda	1950	3 104	75 580	4,1
Estados Unidos	1949	59 779	1 443 607	4,1
Inglaterra e Gales	1949/50	45 621	1 020 274	4,5
França	1950/51	63 316	1 086 765	5,8
Pôrto Rico	1949	4 329	23 389	18,5
Peru	1950	27 312	94 715	28,8

FONTE — *Demographic Yearbook*, United Nations, 1952.

Enquanto no Distrito Federal, durante os anos de 1949 a 1951, mais de um quinto dos óbitos registrados (22,1%) foram causados por doenças infecciosas e parasitárias, em períodos próximos essas doenças ocasionaram apenas um pouco menos de um vigésimo do total dos óbitos na Holanda (4,1%), nos Estados Unidos (4,1%), na Inglaterra e Gales (4,5%) e um pouco mais de um vigésimo na França (5,8%). Mesmo em Pôrto Rico, onde as condições sanitárias são muito piores do que a de todos os países acima mencionados, a percentagem de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias (18,5%) é inferior à verificada no Distrito Federal. No Peru, a proporção dos óbitos pelas doenças do grupo considerado (28,8%) apresenta-se mais elevada do que no Distrito Federal (22,1%), mas, é preciso levar em consideração que se trata do conjunto do País, estando, portanto, incluída tôda a zona rural, de menores recursos e mais deficiente assistência sanitária; o Distrito Federal, ao contrário, é quase totalmente urbano.

Entretanto, se de um lado a situação da saúde pública no Brasil ainda se apresenta desfavorável, de outro é preciso observar que, após um longo pe-

[21] "A mortalidade pelas doenças infecciosas e parasitárias no Distrito Federal (1949/51)", ALCEU VICENTE WIGHTMAN DE CARVALHO e RÊMULO COELHO — Pesquisas sôbre a mortalidade no Brasil, *Estatística Demográfica, n.º 20*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1956.

ríodo de declínio lento, depois de 1940 a mortalidade mostra uma tendência bem acentuada para a diminuição. Efetivamente, conforme se viu no começo dêste capítulo sôbre os fatôres do crescimento demográfico, a redução da mortalidade em 10 anos, de 1940 a 1950, foi maior do que a registrada de 1872 a 1940, durante 68 anos, portanto. A taxa média anual de mortalidade para o período entre os censos de 1872 e de 1890, que era de 30,2 por 1 000 habitantes, caiu para 25,3 no período 1920/1940, com uma redução de 4,9 por 1 000, e para 19,7 no período 1940/1950, com nova redução, esta mais forte, de 5,6 por 1 000.

Os meios de defesa da saúde que a educação e a medicina moderna colocam à disposição do homem para prolongar a vida têm-se tornado cada vez mais conhecidos e mais acessíveis. É de se esperar, assim, que as condições sanitárias continuem melhorando ràpidamente com a diminuição das diferenças de nível econômico e social entre as diferentes partes do País.

As migrações internacionais

Os imigrados do exterior para o Brasil no período secular de 1850 a 1950 ascenderam a cêrca de 4 800 000.

Estima-se que 3 400 000 dêsses imigrados — quase três quartos do total, portanto — ficaram no País, enquanto os demais voltaram para os países de origem ou se transferiram para outros países de imigração.

A maioria dos imigrantes veio de países latinos: dos 4 800 000 entrados no Brasil nos cem anos referidos, cêrca de 1 540 000 eram italianos, 1 480 000 portuguêses e 600 000 espanhóis. Entre os não-latinos, 230 000 eram alemães e 190 000 japonêses.

A distribuição da imigração por períodos decenais consta da tabela XV.

Tabela XV

Entrada de imigrantes, de 1851 a 1950

ANOS	IMIGRANTES (Milhares)	ANOS	IMIGRANTES (Milhares)
1851/1860	120	1901/1910	670
1861/1870	95	1911/1920	795
1871/1880	215	1921/1930	835
1881/1890	530	1931/1940	285
1891/1900	1 125	1941/1950	130

FONTE: — "The Development and Structure of Brazil's Population", GIORGIO MORTARA — *Population Studies*, Cambridge University Press, 1954.

Aumentando progressivamente no curso da segunda metade do século XIX, a imigração atingiu seu máximo no último decênio dêsse século, quando a Europa se achava mergulhada em profunda depressão econômica. Com a melhoria das condições econômicas naquele continente a imigração reduziu-se na primeira década do século XX, sofrendo, em seguida, na segunda, as restrições da primeira guerra mundial. A ligeira expansão da imigração verificada na terceira década foi contida severamente, na quarta, pelas restrições impostas pelo govêrno e pela profunda crise econômica por que passou o Brasil de 1930 a 1934. Logo em seguida, a segunda guerra mundial reduziu ainda mais a corrente de imigração para êste País, tornando-a diminuta.

Depois de 1950, a afluência de imigrantes tende a aumentar; no qüinqüênio 1951/1955 chegaram ao Brasil 358 000 imigrantes, dos quais 157 000 portuguêses, 61 000 italianos e 60 000 espanhóis.

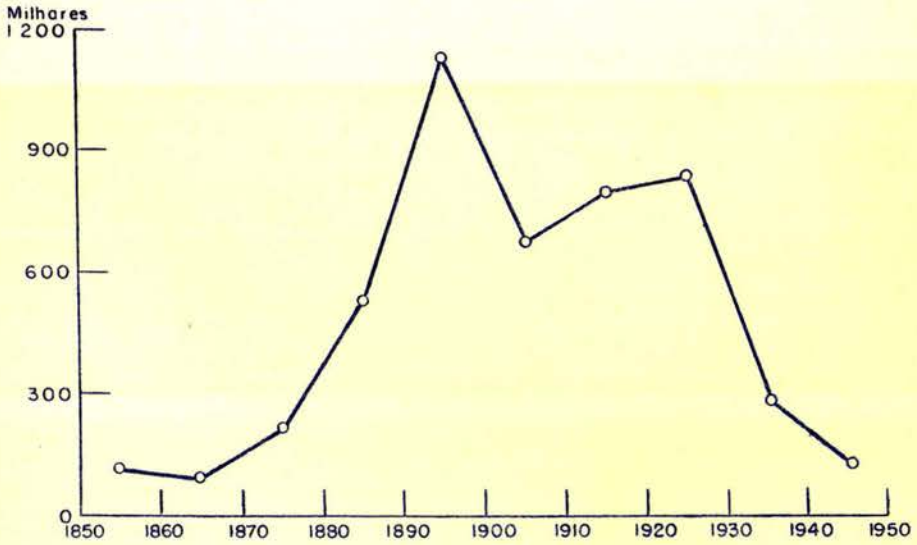

Fig. 11 — *Entrada de imigrantes no Brasil, de 1851 a 1950*

4. A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

Sexo e idade

NA população do Brasil, estimada para 1.º de julho de 1955, as mulheres, em número de 29,3 milhões, excediam ligeiramente os homens, que ascendiam a 29,2 milhões.

Tabela XVI

Composição por sexo e idade da população, em 1.º-VII-1955

IDADE Anos completos	HOMENS		MULHERES	
	Número (Milhares)	Percentagem da população total	Número (Milhares)	Percentagem da população total
0 a 19.....	15 357,6	26,2	15 002,5	25,6
20 a 59.....	12 654,7	21,6	12 897,4	22,0
60 e mais.....	1 200,3	2,1	1 431,3	2,5
TOTAL.....	*29 212,6*	*49,9*	*29 331,2*	*50,1*

NOTA — Veja-se "Ensaio de previsão da composição por sexo e idade da população do Brasil em 1.º-VII-1955 e em 1.º-VII-1960", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 131*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1955.

Caracteriza-se, pois, a população brasileira por um aproximado equilíbrio numérico entre os sexos, contando-se 996 homens para cada 1 000 mulheres.

Êsse equilíbrio não constitui a regra nos diversos países do mundo, pelo contrário, êle representa, antes, a exceção, como demonstram os dados da seguinte tabela.

Tabela XVII

Comparações internacionais da proporção entre os sexos

PAÍS	ANO	HOMENS POR 1 000 MULHERES	PAÍS	ANO	HOMENS POR 1 000 MULHERES
BRASIL.....	1955	996	Bélgica.....	1954	967
Argentina.....	1954	1 039	França.....	1955	931
Peru.....	1956	999	Inglaterra e Gales....	1955	928
			Itália.....	1951	949
Canadá.....	1955	1 025	Portugal.....	1955	927
Estados Unidos.....	1956	984	Suécia.....	1955	994

NOTA — Elaborações baseadas em dados publicados no *Demographic Yearbook*, United Nations, 1956, exceto a para o Brasil que é baseada em dados do estudo citado no rodapé da tabela XVI.

Nos países de forte imigração, como a Argentina e o Canadá, a proporção de homens ultrapassa acentuadamente a de mulheres, verificando-se o contrário nos países de forte emigração, como a Itália e Portugal, por exemplo. A causa dessas desproporções reside, como é óbvio, na predominância numérica dos homens sôbre as mulheres nas correntes de migração internacional.

O caso da França, que não é um país de emigração, mas onde há forte preponderância do sexo feminino, é típico de um país que sofreu intensamente o impacto das duas grandes guerras mundiais, que causaram elevadas perdas de vida especialmente entre os homens.

Cumpre lembrar, também, que existe um fator constante da predominância numérica do sexo feminino sôbre o masculino, pelo menos nos países de civilização ocidental, que é a maior duração média da vida entre as mulheres. A influência dêsse fator nos Estados Unidos da América do Norte já aparece bastante acentuada, apesar de não estarem ainda muito distantes no tempo as grandes migrações internacionais para aquêle país.

Quanto à idade, a população do Brasil se caracteriza pela sua extrema juventude. Há uma forte proporção de indivíduos nas idades infantis e adolescentes (0 a 19 anos), uma proporção bem menor nas idades maduras (20 a 59 anos), e uma fraquíssima proporção nas idades senis (60 anos e mais).

Essa característica fica ressaltada mediante algumas comparações internacionais.

Tabela XVIII

Comparações internacionais da composição por idade da população

PAÍS	ANO	IDADE (Anos)			TOTAL
		0 a 19	20 a 59	60 e mais	
BRASIL	1955	51,8	43,6	4,6	100,0
Peru	1956	54,8	40,4	4,8	100,0
México	1950	51,9	42,6	5,5	100,0
Venezuela	1950	51,8	43,7	4,5	100,0
Canadá	1955	39,4	49,5	11,1	100,0
Argentina	1954	39,3	52,9	7,8	100,0
Estados Unidos	1956	36,8	50,6	12,6	100,0
França	1955	31,0	52,7	16,3	100,0
Inglaterra e Gales	1955	28,8	54,7	16,5	100,0
Bélgica	1954	28,1	55,4	16,5	100,0

NOTA — Elaborações baseadas em dados publicados no *Demographic Yearbook*, United Nations, 1956, exceto a para o Brasil que é baseada em dados do estudo citado no rodapé da tabela XVI.

No Brasil, no Peru, no México, na Venezuela, e em geral nos países de rápido crescimento natural, como a maioria dos latino-americanos, de alto nível de mortalidade e elevadíssimo nível de natalidade, mais da metade da população está em idades de 0 a 19 anos, enquanto os velhos de 60 anos e mais constituem apenas cêrca de um vigésimo da população.

Nos países com taxas de mortalidade e de natalidade baixas, como a França, Inglaterra e Gales e a Bélgica, a proporção de crianças e jovens de 0 a 19 anos fica em tôrno de 30%, e a de pessoas idosas, de 60 anos e mais, ultrapassa 15%.

A elevada proporção de crianças e adolescentes representa, evidentemente, uma considerável carga para a economia nacional. Considerando como econômicamente ativos os habitantes de 15 a 64 anos de idade — cuja produção excede o consumo —, e como econômicamente passivos os de 0 a 14 e os de 65 anos e mais — cujo consumo excede a produção —, verifica-se que na

população do Brasil, estimada para 1.º de julho de 1955, ascendem a 32,9 milhões os primeiros e a 25,6 milhões os segundos.

Conclui-se, assim, que para cada 1 000 pessoas econômicamente ativas encontram-se 779 econômicamente passivas, proporção extremamente elevada, como se pode julgar pela comparação com as de 540 na Argentina, 629 nos Estados Unidos, 564 na França, 516 na Inglaterra e Gales.

Tabela XIX

Comparações internacionais da capacidade presumível de ação econômica da população

PAÍS	ANO	PROPORÇÕES POR 1 000 ECONÔMICAMENTE ATIVOS DE 15 A 64 ANOS		
		Dos econômicamente passivos de 0 a 14 anos	Dos econômicamente passivos de 65 anos e mais	Dos econômicamente passivos de 0 a 14 e de 65 anos e mais
BRASIL	1955	733	46	779
Argentina	1954	473	67	540
Estados Unidos	1956	489	140	629
França	1955	383	181	564
Inglaterra	1955	342	174	516

NOTA — Elaborações baseadas em dados publicados no *Demographic Yearbook*, United Nations, 1956, exceto a para o Brasil que é baseada no estudo citado no rodapé da tabela XVI.

Deve-se notar que a alta proporção entre a parte econômicamente passiva e a parte econômicamente ativa da população do Brasil resulta apenas da elevada proporção de crianças e adolescentes (733 para 1 000 econômicamente ativos), sendo a proporção de velhos (46 para 1 000 econômicamente ativos) muito baixa. Na França, por exemplo, onde é baixa a proporção dos econômicamente passivos, a proporção de crianças e adolescentes (383) é acentuadamente menor do que no Brasil, mas a proporção de velhos (181) é fortemente maior.

Os dois tipos estruturais opostos de população, como os do Brasil e da França, criam problemas sociais também opostos: predominam em nosso País os problemas da infância e da juventude enquanto na França prevalecem os da velhice.

O problema econômico criado pela elevada proporção de crianças nos países de população muito jovem é resolvido pela participação de grande número dessas crianças nas atividades produtoras. No Brasil, por exemplo, o número de crianças, em idades inferiores a 15 anos, ocupadas na agricultura e pecuária, em 1950, pode ser estimado em 3,3 milhões; muitas outras estavam ocupadas nas atividades extradomésticas do comércio, da indústria, da prestação de serviços, etc. Resulta dessa situação a ausência de muitas crianças das atividades escolares, causa de tardia alfabetização ou mesmo do analfabetismo completo de grande parte da população.

De outro lado, em países como o nosso, de rápido crescimento natural, são geralmente insuficientes os meios, quer humanos, quer materiais, para atender às exigências educacionais de um contingente sempre crescente de crianças e de jovens.

Deve-se notar ainda que nos países de elevada natalidade, em que são freqüentes as grandes famílias, a absorção, em cuidados domésticos, de uma

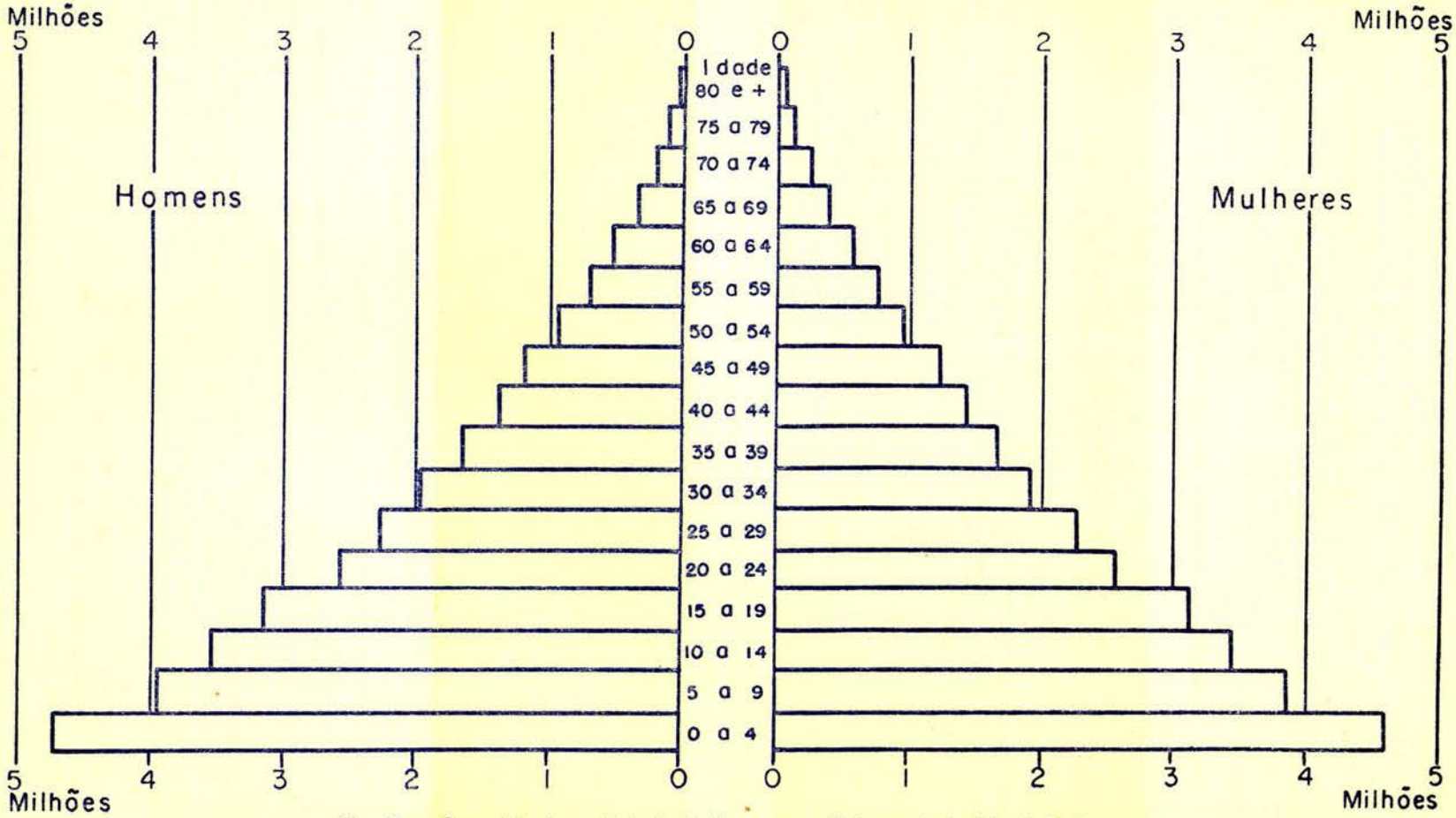

Fig. 12 — *Composição da população do Brasil por sexo e idade, em 1.º de julho de 1955*

importante parcela do tempo e da energia da mulher, constitui também um "handicap" econômico. O desenvolvimento econômico e tecnológico nesses países poderia ser mais rápido se maior parcela do tempo das pessoas adultas — inclusive mulheres — pudesse ser utilizada para a produção de bens econômicos.

É preciso não se esquecer, entretanto, que a extrema juventude da população brasileira, se de um lado gera desvantagens econômicas atuais, mas passageiras, de outro representa a garantia do prosseguimento de nosso rápido crescimento natural, indispensável à efetiva ocupação de nosso vasto e dadivoso território.

Modificações da composição por idade

A POPULAÇÃO brasileira é, como se viu, uma das mais jovens do mundo; contudo, ela se apresenta em fase de franca evolução, no sentido de um progressivo, embora lento "envelhecimento", expresso pela contínua diminuição das proporções de crianças e adolescentes e pelo incessante aumento das proporções de indivíduos em idades maduras e senis.

A marcha evolutiva da composição por idade da população do Brasil, observada no passado e prevista para o futuro, pode ser seguida através dos dados expostos, em continuação, na tabela XX.

Tabela XX

Variação percentual da composição por idade da população do Brasil, de 1900 a 1980

ANO	IDADE (Anos)			TOTAL
	0 a 19	20 a 59	60 e mais	
1900.....	55,1	41,6	3,3	100,0
1920.....	54,3	41,7	4,0	100,0
1940.....	53,3	42,6	4,1	100,0
1950.....	52,1	43,7	4,2	100,0
1980.....	50,2	44,4	5,4	100,0

NOTA — Para os anos assinalados, de 1900 a 1950, elaborações de dados dos recenseamentos gerais; para 1980, elaboração de dados estimados, publicados em *The population of South America, 1950/1980, United Nations*, 1955.

De 1900 a 1950, a proporção de crianças e adolescentes diminuiu de 55,1% para 52,1%, a de indivíduos maduros aumentou de 41,6% para 43,7%, e a de pessoas idosas de 3,3% para 4,2%.

De 1950 a 1980, estima-se que a proporção de crianças e adolescentes diminuirá de 52,1% para 50,2%, a de indivíduos maduros aumentará de 43,7% para 44,4%, e a de pessoas idosas de 4,2% para 5,4%.

Êsse "envelhecimento" da população constitui um benefício para a economia do País, de vez que o ônus que representa a população econômicamente passiva — isto é, improdutiva, pela razão da idade — vai-se reduzindo progressivamente.

Assim, o número de econômicamente dependentes, que era de 779 por 1 000 econômicamente ativos, em 1955, deverá descer para 754, em 1980.

Tabela XXI

Capacidade presumível de ação econômica da população, em 1955 e em 1980

ANO	PROPORÇÕES POR 1 000 ECONÔMICAMENTE ATIVOS DE 15 A 64 ANOS, DOS ECONÔMICAMENTE PASSIVOS		
	De 0 a 14 anos	De 65 anos e mais	De 0 a 14 e de 65 anos e mais
1955.....	733	46	779
1980.....	695	59	754

NOTA — Para 1955, elaboração de dados do estudo citado no rodapé da tabela XVI; para 1980, elaboração de dados publicados em *The population of South America, 1950/1980*, United Nations, 1955.

A melhoria do ônus econômico far-se-á exclusivamente à custa da diminuição da proporção de crianças e adolescentes, que de 733 por 1 000 econômicamente ativos, em 1955, cairá para 695, em 1980; a proporção de velhos, ao contrário, aumentará de 46 por 1 000 econômicamente ativos, em 1955, para 59, em 1980.

Deve-se ter presente que a progressiva ocupação do território — que a juventude de nossa população favorece — acompanhada pelo aumento da urbanização e da industrialização, é um poderoso fator de redução da natalidade, do "envelhecimento" da população e da diminuição da carga econômica que pesa sôbre a mesma; mas, para que a evolução de uma população jovem como a do Brasil se processe de maneira favorável, cumpre atenuar, no presente, tanto quanto possível, os efeitos econômicos do rápido incremento demográfico até o seu posterior declínio. Com êsse objetivo, necessário se faz, em última análise, aumentar o rendimento do trabalho e a capacidade de produção do homem, quer pela elevação do seu nível cultural, quer pela melhoria de suas condições de saúde, quer pela orientação planejada da aplicação de suas atividades produtivas.

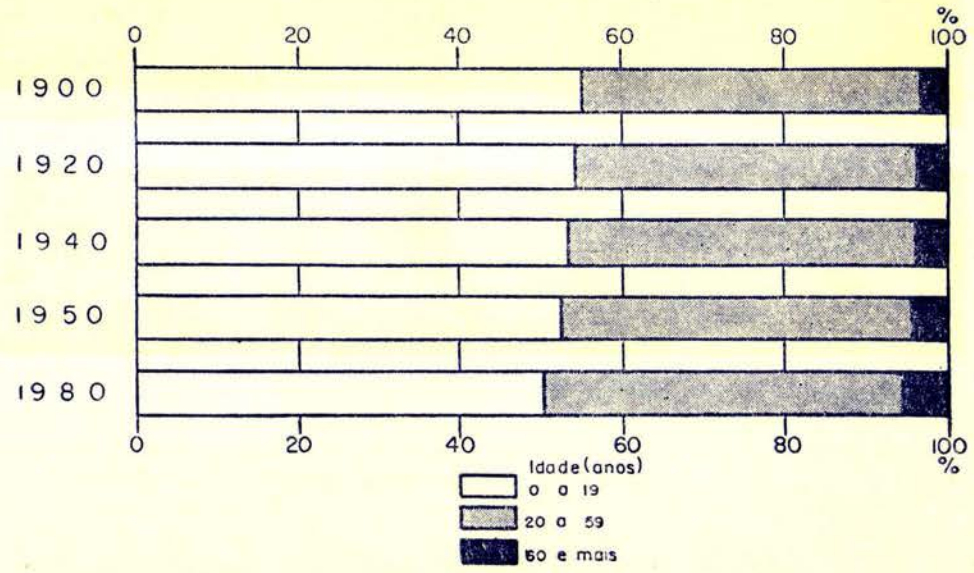

Fig. 13 — *Proporções dos diversos grupos de idade na população do Brasil em diferentes épocas*

Côr

A MAIORIA da população brasileira é constituída de brancos. Em cada 1 000 habitantes, encontram-se 617 dessa côr, 265 pardos, 110 pretos e 6 amarelos, conforme indicam os resultados do censo demográfico de 1950, resumidos na tabela abaixo.

Tabela XXII

População segundo a côr — 1950

(Milhares de habitantes)

CÔR	NÚMERO DE PRESENTES	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL
Branca	32 028	61,7
Prêta	5 692	11,0
Parda	13 787	26,5
Amarela	329	0,6
Não declarada	108	0,2
TOTAL	(1) *51 944*	*100,0*

1 Exclusive 31 960 pessoas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta.

Mas, deve-se notar que essa composição não é uniforme em todo o País. Pelo contrário, ela apresenta características bem diferentes nas diversas Regiões Fisiográficas, como se pode verificar em seguida.

Tabela XXIII

População, segundo a côr, por Regiões Fisiográficas — 1950

CÔR	REGIÃO FISIOGRÁFICA				
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste
A) DADOS ABSOLUTOS (milhares de habitantes)					
Branca	577	5 753	9 878	14 836	982
Prêta	90	1 375	2 960	1 094	174
Parda	1 171	5 340	6 007	697	571
Amarela	2	—	6	317	5
Não declarada	5	26	42	31	5
TOTAL	*1 845*	*12 494*	*18 893*	*16 975*	*1 737*
B) PROPORÇÕES POR 100 HABITANTES					
Branca	31,3	46,1	52,3	87,4	56,5
Prêta	4,9	11,0	15,7	6,4	10,0
Parda	63,5	42,7	31,8	4,1	32,9
Amarela	0,1	—	0,0	1,9	0,3
Não declarada	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
TOTAL	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*

A proporção dos brancos atinge o máximo regional de 87,4% no Sul e o mínimo de 31,3% no Norte.

A proporção dos pretos e pardos, em conjunto, atinge o máximo regional de 68,4% no Norte e o mínimo de 10,5% no Sul.

A proporção dos amarelos atinge o máximo de 1,9% no Sul, tornando-se insignificante nas demais regiões.

Os amarelos da região Sul, constituídos por japonêses imigrados para o Brasil, encontram-se fortemente concentrados no Estado de São Paulo.

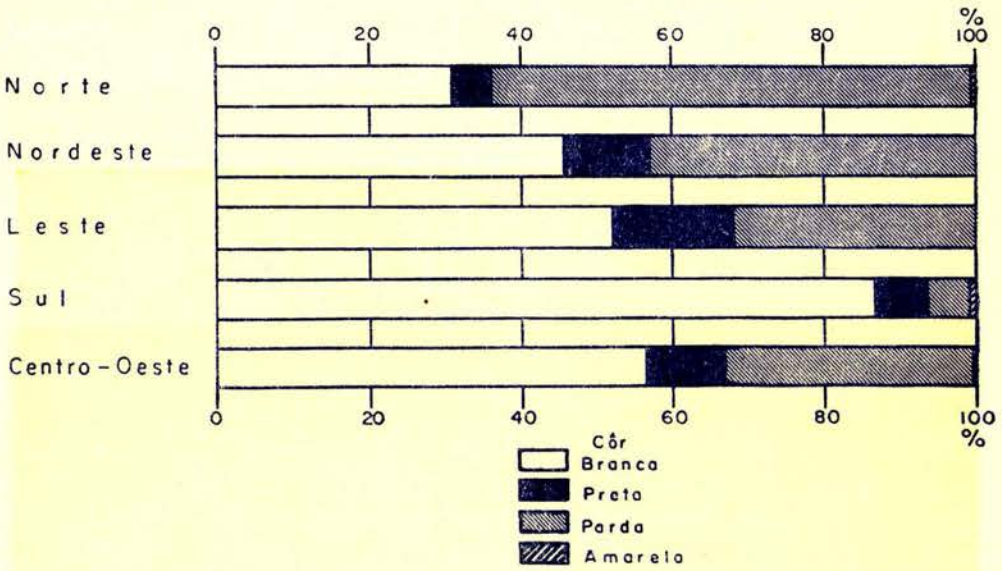

Fig. 14 — *Composição, segundo a côr, da população das diversas regiões fisiográficas do Brasil*

Estado conjugal

A POPULAÇÃO do Brasil discrimina-se em 390 solteiros, 543 casados, 1 desquitado ou divorciado e 66 viúvos por 1 000 habitantes de 15 anos e mais. A proporção dos solteiros é elevada, mas é preciso lembrar que parte dêles vive em uniões livres de caráter estável.

Tabela XXIV

População adulta (15 anos e mais), segundo o estado conjugal — 1950

(Milhares de habitantes)

ESTADO CONJUGAL	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%
Solteiros.....	6 318	42,4	5 460	35,7	11 778	39,0
Casados.....	8 083	54,3	8 288	54,2	16 371	54,3
Desquitados e divorciados.....	17	0,1	23	0,2	40	0,1
Viúvos.....	477	3,2	1 516	9,9	1 993	6,6
TOTAL (1).....	*14 895*	*100,0*	*15 287*	*100,0*	*30 182*	*100,0*

[1] Exclusive 28 725 homens e 39 347 mulheres de estado conjugal não declarado.

Os casados constituem, em ambos os sexos, mais da metade da população (54,3% dos homens e 54,2% das mulheres).

Os solteiros, que constituem a grande maioria dos restantes, figuram com quota bem elevada na população masculina (42,4%) do que na feminina (35,7%).

Os viúvos, ao contrário, predominam mais acentuadamente entre as mulheres (9,9%) do que entre os homens (3,2).

Torna-se interessante, do ponto de vista econômico e social, conhecer o número de componentes e as proporções das diversas classes de estado conjugal em relação à idade, que a tabela seguinte apresenta.

Tabela XXV

População adulta (15 anos e mais), segundo o estado conjugal, por sexo e idade — 1950

(Milhares de habitantes)

IDADE	SEXO	SOLTEIROS	CASADOS, SEPARADOS, DESQUITADOS E DIVORCIADOS	VIÚVOS	TOTAL
15 a 19	Homens...	2 605	38	—	2 643
	Mulheres..	2 430	423	3	2 856
20 a 29	Homens...	2 571	1 817	18	4 406
	Mulheres..	1 811	2 830	55	4 696
30 a 39	Homens...	623	2 463	54	3 140
	Mulheres..	575	2 398	159	3 132
40 a 49	Homens...	278	1 869	95	2 242
	Mulheres..	304	1 511	298	2 113
50 e mais	Homens...	241	1 913	310	2 464
	Mulheres..	340	1 149	1 001	2 490
15 e mais	*Homens..*	*6 318*	*8 100*	*477*	*14 895*
	Mulheres	*5 460*	*8 311*	*1 516*	*15 287*

Na população de 15 a 49 anos — parcela mais importante da população total sob o prisma econômico — predominam, entre os homens, os solteiros, nos grandes grupos etários de 15 a 19 e de 20 a 29 anos, e os casados nos grupos seguintes; entre as mulheres, as solteiras, no grupo de 15 a 19 anos, e as casadas em todos os demais. Tanto os viúvos quanto as viúvas são mais numerosos nas idades mais velhas, de 50 anos e mais.

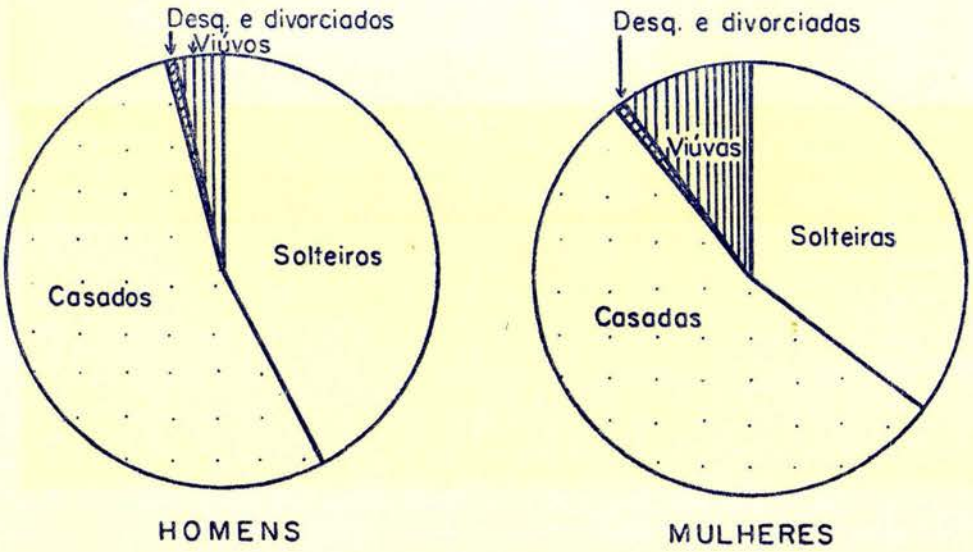

Fig. 15 — *Composição, segundo o estado conjugal, por sexo, da população do Brasil*

Nacionalidade

EXAMINANDO a composição segundo a nacionalidade, verifica-se que os estrangeiros constituem apenas 21 por 1 000 dos habitantes do País e os naturalizados brasileiros 2 por 1 000, enquanto 977 por 1 000 são brasileiros natos.

A contração das imigrações nos últimos 20 anos anteriores ao censo de 1950 determinou uma forte baixa da proporção dos estrangeiros, que se tornara relativamente elevada na época do apogeu da imigração, que se estendeu de 1890 a 1930.

Tabela XXVI

População presente, segundo a nacionalidade — 1950[1]

NACIONALIDADE	HOMENS	MULHERES	HOMENS E MULHERES
Brasileiros natos	25 203 368	25 523 745	50 727 113
Brasileiros naturalizados	85 480	43 417	128 897
Estrangeiros	594 482	490 805	1 085 287
Nacionalidade não declarada	1 671	1 429	3 100

[1] Exclusive 31 960 pessoas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta.

Em 1950 o número de estrangeiros no Brasil ascendia a 1 085 287, dos quais 594 482 homens (54,8%) e 490 805 mulheres (45,2%).

Prevalecem os portuguêses, que constituem quase um têrço dos estrangeiros presentes no Brasil (28,6%); seguem-se os italianos, que representam cêrca de um quinto (18,2%); os japonêses, que constituem mais de um décimo (11,5%); os espanhóis, que também representam mais um décimo (10,7%); e os alemães e austríacos, que constituem, em conjunto, mais de um vigésimo (6,7%).

Os de outras nacionalidades, além das citadas, representam, em conjunto, cêrca de um quarto do total dos estrangeiros presentes no Brasil (24,3%).

Tabela XXVII

Estrangeiros, segundo a nacionalidade — 1950

ESTRANGEIROS	NÚMERO	PERCENTAGEM DO TOTAL
Portuguêses	310 261	28,6
Italianos	197 658	18,2
Japonêses	124 799	11,5
Espanhóis	115 637	10,7
Alemães e austríacos	73 033	6,7
Outros	263 899	24,3
TOTAL	*1 085 287*	*100,0*

Interessante, sem dúvida, é a distribuição territorial dos estrangeiros no Brasil, os quais, por motivos econômicos, climáticos e sócio-culturais demonstram franca preferência pela região Sul.

Tabela XXVIII

Distribuição territorial dos estrangeiros — 1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	ESTRANGEIROS			PERCENTAGEM DOS ESTRANGEIROS EM CADA REGIÃO
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres	
Norte	9 841	6 239	16 080	1,48
Nordeste	5 238	2 838	8 076	0,74
Leste	154 723	112 577	267 300	24,63
Sul	411 996	359 729	771 725	71,11
Centro-Oeste	12 684	9 422	22 106	2,04
BRASIL	*594 482*	*490 805*	*1 085 287*	*100,00*

Como se vê, cêrca de sete décimos dos estrangeiros se encontram no Sul, um pouco mais de dois décimos no Leste, sendo insignificantes as representações dos mesmos nas demais Regiões Fisiográficas, no conjunto das quais se encontra bem menos de um décimo do total.

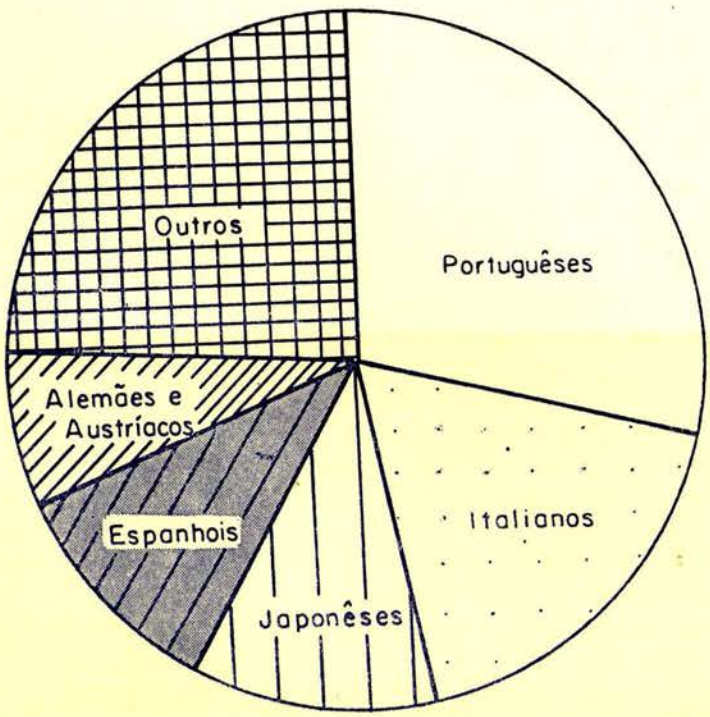

Fig. 16 — *Distribuição dos estrangeiros presentes no Brasil, segundo as principais nacionalidades*

Atividades econômicas

A DISTRIBUIÇÃO por ramos de atividade da população masculina difere profundamente da feminina, de vez que as atividades extradomésticas são exercidas principalmente pelos homens e as domésticas pelas mulheres.

Tabela XXIX

População de 10 anos e mais [1], segundo a atividade, por sexo — 1950

(Milhares de habitantes)

ATIVIDADES	HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%
Atividades extradomésticas.....	14 490 413	80,1	1 839 509	10,0
Atividades domésticas e escolares (2)..	1 663 603	9,2	15 541 194	84,1
Inativos, etc.....	1 934 259	10,7	1 089 012	5,9
TOTAL.....	*18 088 275*	*100,0*	*18 469 715*	*100,0*

[1] Inclusive os habitantes de idade ignorada. [2] Inclusive as atividades domésticas remuneradas. Não tendo sido publicado o resultado da apuração dos ocupados em atividades domésticas remuneradas (incluídos, no censo de 1950, no ramo de atividade dos "Serviços"), supôs-se que a sua proporção na população de 10 anos e mais fôsse a mesma verificada em 1940 (0,45% para o sexo masculino e 3,57% para o feminino). Nessas condições, os ocupados nessas atividades são estimados em 81 397 homens e 659 369 mulheres, em 1950.

Mais de quatro quintos dos homens de 10 anos e mais no Brasil (80,1%) se dedicam a atividades produtivas exercidas fora do âmbito doméstico e familiar, enquanto mais de quatro quintos das mulheres (84,1%) se ocupam em atividades domésticas e escolares. Entretanto, muitas das mulheres que se declaram ocupadas principalmente nos trabalhos do lar, exercem também uma ocupação suplementar e secundária na agricultura, ajudando o cabeça da família nas fainas do campo. Efetivamente, enquanto o censo demográfico de 1950 registra um total de 732 900 mulheres na agricultura e pecuária, o censo agrícola, com critério mais preciso, apropriado à sua finalidade, consigna um número de 3 122 863. Desta maneira, pode-se estimar que, além das 1 839 509 mulheres que exercem, como ocupação principal, atividades extradomésticas, das quais 732 900 na agricultura e 1 106 609 nas demais atividades, outras 2 389 963 contribuem, embora de maneira descontínua e suplementar, para as atividades agropastoris.

Os inativos constituem 10,7% dos homens e 5,9% das mulheres de 10 anos e mais. A maior parte dêles são crianças ou velhos. A proporção dos inativos em idades de 10 a 19 e de 60 anos e mais é de 76,3% para o sexo masculino e de 82,1% para o feminino, de vez que entre êles se encontram 1 476 493 homens e 893 890 mulheres. A menor proporção de inativos do sexo feminino é devida à circunstância de que muitas das meninas e das velhas que não têm nenhuma ocupação escolar ou extradoméstica contribuem para o trabalho do lar, ficando incluídas no ramo das atividades domésticas e escolares.

Entre os homens de 10 anos e mais que exercem atividades domésticas e escolares (9,2% do total), a grande maioria é constituída de estudantes em idades adolescentes.

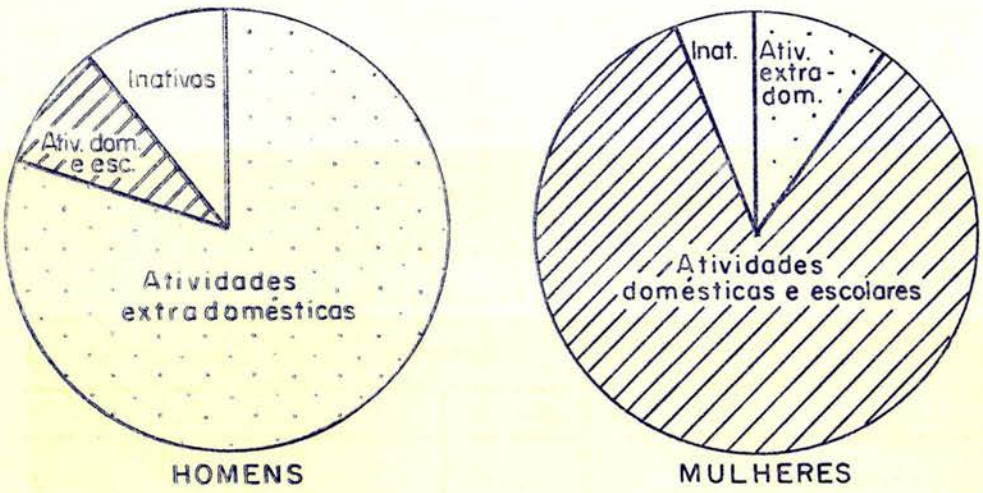

Fig. 17 — *Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo grandes classes de atividade, por sexo*

Como em todos os países subdesenvolvidos, observa-se no Brasil uma grande concentração da população econômicamente ativa na agricultura. Numa população de 36 557 990 pessoas de 10 anos e mais, 9 886 934, isto é, 37,0%, estão ocupadas em atividades agropecuárias, segundo o censo demográfico de 1950.

A quota dos ocupados nesse ramo de atividade é especialmente importante entre os homens, atingindo a 50,6% do total. A predominância da ocupação masculina nesse setor econômico é comum a tôdas as Regiões Fisiográficas, variando, entretanto, a sua quota entre o mínimo de 33,1% no Norte e o máximo de 64,5% no Centro-Oeste.

As indústrias extrativas de produtos mineirais, vegetais e animais, ocupam apenas 2,5% da população masculina de 10 anos e mais, mas essa quota atinge um nível muito maior na região Norte (24,2%), onde as atividades extrativas assumem grande importância face à abundância dos recursos naturais existentes.

Bem mais elevada, embora ainda modesta em comparação com os países mais adiantados na organização econômica, é a proporção, na população masculina de 10 anos e mais, dos ocupados nas indústrias transformadoras, a qual ascende a 10,2% do total. Entre as regiões, apresentam proporções mais elevadas o Sul (14,6%) e o Leste (10,2%).

Relativamente elevada é a proporção dos ocupados no comércio de mercadorias e valores: 5,4% da população masculina de 10 anos e mais, com máximos regionais de 6,3% no Sul e 5,7% no Leste.

Ainda notável é a ocupação no ramo dos serviços pessoais, no qual exercem atividade 3,7% da população masculina de 10 anos e mais. Entre as regiões, salientam-se as do Sul e do Leste, com 4,4% e 4,1% de ocupados nesses serviços, respectivamente.

É de 3,7% a proporção dos ocupados nos transportes e comunicações, atingindo níveis máximos também no Sul e no Leste (4,6% e 4,0%, respectivamente).

As atividades do serviço público ficam limitadas, pela sua própria natureza, a uma pequena parcela da população. Ocupam-se nelas 1,2% dos homens de 10 anos e mais, no conjunto do País, 1,4% no Leste e no Sul, respectivamente, 1,3% no Norte, e apenas 0,8% no Centro-Oeste e 0,7% no Nordeste.

Tabela XXX

População de 10 anos e mais [1], segundo ramos de atividade, por sexo, no conjunto do Brasil e nas diversas Regiões Fisiográficas — 1950

1. Homens

RAMO DE ATIVIDADE	CONJUNTO DO BRASIL		REGIÃO FISIOGRÁFICA									
			Norte		Nordeste		Leste		Sul		Centro-Oeste	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Agricultura, pecuária, etc.	9 154 034	50,6	214 833	33,1	2 633 970	63,5	3 181 596	48,7	2 732 285	44,4	391 350	64,5
Indústrias extrativas.....	454 984	2,5	156 810	24,2	72 426	1,7	113 289	1,7	92 769	1,5	19 690	3,2
Indústrias de transformação...	1 842 148	10,2	34 185	5,3	216 118	5,2	669 041	10,2	899 150	14,6	23 654	3,9
Comércio de mercadorias e valores.....	972 192	5,4	32 979	5,1	163 760	4,0	370 781	5,7	389 364	6,3	15 308	2,5
Transportes e comunicações...	668 267	3,7	26 538	4,1	85 330	2,1	263 311	4,0	282 224	4,6	10 864	1,8
Serviços sociais.....	200 689	1,1	7 174	1,1	25 509	0,6	84 723	1,3	79 980	1,3	3 303	0,6
Serviços pessoais (2).....	665 432	3,7	16 280	2,5	99 655	2,4	264 415	4,1	273 427	4,4	11 655	1,9
Profissões liberais, culto.....	64 583	0,3	1 015	0,2	5 219	0,1	25 599	0,4	30 943	0,5	1 727	0,3
Serviço público.....	220 636	1,2	8 686	1,3	30 562	0,7	93 390	1,4	82 987	1,4	5 011	0,8
Defesa nacional e segurança pública.....	247 528	1,4	8 390	1,3	30 599	0,7	122 905	1,9	78 867	1,3	6 767	1,1
Atividades domésticas e escolares (3).....	1 663 603	9,2	76 850	11,8	281 431	6,8	614 536	9,4	642 756	10,5	48 030	7,9
Inativos, etc.....	1 934 259	10,7	65 290	10,0	506 127	12,2	730 385	11,2	562 834	9,2	69 623	11,5
TOTAL.....	*18 088 275*	*100,0*	*649 030*	*100,0*	*4 150 706*	*100,0*	*6 533 971*	*100,0*	*6 147 586*	*100,0*	*606 982*	*100,0*

[1] Inclusive os habitantts de idade ignorada. [2] Exclusive as atividades domésticas remuneradas. [3] Inclusive as atividades domésticas remuneradas. Estima-se o número dos homens ocupados nessas atividades em 81 397, no conjunto do Brasil, correspondendo a 0,45% da população masculina de 10 anos e mais, como no censo de 1940.

Tabela XXXI

População de 10 anos e mais [1], segundo ramos de atividade, por sexo, no conjunto do Brasil e nas diversas Regiões Fisiográficas — 1950

2. Mulheres

RAMO DE ATIVIDADE	CONJUNTO DO BRASIL		REGIÃO FISIOGRÁFICA									
			Norte		Nordeste		Leste		Sul		Centro-Oeste	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Agricultura, pecuária, etc.	732 900	4,0	27 530	4,4	185 156	4,2	205 075	3,0	310 697	5,2	4 442	0,8
Indústrias extrativas.....	27 988	0,2	6 167	1,0	14 549	0,3	5 221	0,1	1 874	0,0	177	0,0
Indústrias de transformação...	389 057	2,1	2 646	0,4	62 364	1,4	118 630	1,7	204 351	3,4	1 066	0,2
Comércio de mercadorias e valores.....	101 805	0,5	2 457	0,4	15 506	0,3	38 127	0,6	44 749	0,8	966	0,2
Transportes e comunicações..	28 822	0,2	700	0,1	3 262	0,1	13 293	0,2	11 238	0,2	329	0,1
Serviços sociais.....	233 626	1,3	7 836	1,2	33 194	0,7	90 396	1,3	97 932	1,6	4 268	0,7
Serviços pessoais (2).....	266 604	1,4	6 149	1,0	47 789	1,1	118 177	1,7	90 155	1,5	4 334	0,8
Profissões liberais, culto.....	14 227	0,1	318	0,1	1 943	0,0	5 303	0,1	6 524	0,1	139	0,0
Serviço público.....	40 131	0,2	1 202	0,2	5 193	0,1	20 165	0,3	12 718	0,2	853	0,1
Defesa nacional e segurança pública.....	4 349	0,0	149	0,0	338	0,0	2 679	0,0	1 154	0,0	29	0,0
Atividades domésticas e escolares (3).....	15 541 194	84,1	537 685	86,0	3 784 637	85,0	5 804 119	85,0	4 897 973	81,9	516 780	89,8
Inativos, etc.....	1 089 012	5,9	32 484	5,2	300 582	6,8	408 848	6,0	304 813	5,1	42 285	7,3
TOTAL.....	*18 469 715*	*100,0*	*625 323*	*100,0*	*4 454 513*	*100,0*	*6 830 033*	*100,0*	*5 984 178*	*100,0*	*575 668*	*100,0*

[1] Inclusive os habitantes de idade ignorada. [2] Exclusive as atividades domésticas remuneradas. [3] Inclusive as atividades domésticas remuneradas. Estima-se o número das mulheres ocupadas nessas atividades em 659 369, no conjunto do Brasil, correspondendo a 3,57% da população feminina de 10 anos e mais, como no censo de 1940.

É também muito pequena, 1,4% do total, a proporção dos ocupados nas atividades da defesa nacional e segurança pública. O seu nível mais elevado corresponde à região Leste (1,9%), onde se encontra o govêrno da República.

Ainda menores se apresentam as proporções dos ocupados em atividades sociais e nas profissões liberais: 1,1% e 0,3% da população masculina de

10 anos e mais, respectivamente. As quotas dos que exercem essas atividades, especialmente as últimas, são bem mais elevadas nas regiões Sul e Leste do que nas demais.

A parte restante da população masculina de 10 anos e mais é constituída por 9,2% de ocupados em atividades domésticas e escolares — em grande maioria crianças e adolescentes — e por 10,7 de inativos, entre os quais prevalecem as crianças, os adolescentes e os velhos.

Na população feminina de 10 anos e mais há uma acentuada predominância da ocupação em atividades domésticas e escolares, nas quais se encontram 84,1% das mulheres em idades de 10 anos e mais, enquanto ascende a 5,9% a parte inativa, na maioria constituída de crianças, adolescentes e velhas.

Nessas condições, as mulheres ocupadas em atividades extradomésticas representam apenas 10,0% da população feminina de 10 anos e mais, contribuindo para essa quota principalmente a agricultura e pecuária, com 4,0%, as indústrias de transformação, com 2,1%, os serviços pessoais, com 1,4%, os serviços sociais, com 1,3%, alcançando apenas 1,2% a quota dos demais ramos.

Considerando os dois sexos em conjunto, verifica-se que as pessoas ocupadas em atividades econômicas extradomésticas (16 329 922) representam menos de um têrço (31,4%) da população total do País, que sobe a 51 976 357 habitantes, segundo o censo demográfico de 1950.

Verifica-se, ainda, que um quarto (25,0%) dessas pessoas ocupadas em atividades produtivas extradomésticas encontra-se em idades de 10 a 19 anos, elevando-se o seu número a 4 078 559.

Torna-se, assim, evidente que, enquanto a proporção dos ocupados em atividades extradomésticas é baixa, em virtude da própria constituição por idade da população — na qual é muito numeroso o grupo de crianças de 0 a 9 anos, econômicamente inativas pela própria idade —, entre êsses ocupados fica muito elevada a quota de adolescentes, cujo trabalho só pode oferecer um fraco e limitado rendimento.

Como já tivemos a oportunidade de dizer, há no Brasil uma grande concentração da população econômicamente ativa na agricultura. Entretanto, essa situação vem se modificando, com um decréscimo relativo de atividades na produção primária a favor de um aumento na indústria, conforme o esquema clássico de transição para uma economia mais adiantada, observado em países mais evoluídos.

Tornando comparáveis os dados referentes à população ativa nos censos de 1940 e 1950, pela modificação dos dados da ocupação da mulher nesse último censo mediante a hipótese de que a sua taxa de atividade (percentagem das pessoas ocupadas na população total da mesma idade), em cada um dos Estados, se tenha modificado, no período intercensitário, na mesma proporção em que variou a taxa de atividade dos homens, verifica-se que foi a agricultura que teve o menor crescimento relativo no decênio quanto ao número de ocupados, crescimento êsse de 11,2%, em comparação com o de 12,4% nas indústrias extrativas, 13,7% no comércio e serviços, e 15,9% nas indústrias manufatureiras, conforme se pode ver adiante na tabela XLIX.

Em resumo, são as seguintes as características da população brasileira quanto à ocupação:

— elevada quota de crianças, incapazes de exercer qualquer atividade econômica;
— baixa proporção de pessoas ocupadas permanentemente em atividades econômicas extradomésticas;
— elevada quota de adolescentes, os quais só limitadamente e com baixo rendimento podem nelas participar;
— predominância das atividades agropecuárias;
— progressivo declínio da importância relativa dessas atividades;
— ainda escassa extensão das atividades de transformação industrial;
— aumento rápido da importância dessas atividades.

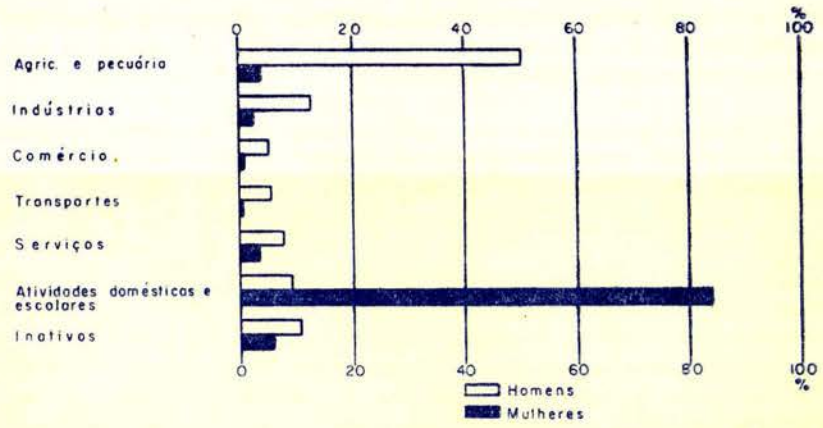

Fig. 18 — *Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade, por sexo*

Alfabetização

A INSTRUÇÃO pública no Brasil está ainda bastante atrasada.

A proporção dos habitantes de 5 anos e mais que declararam saber *ler e escrever*, no censo de 1950, é de 42,7% apenas (18 588 722 habitantes, num total de 43 573 517).

Adotando-se o limite inicial de 10 anos de idade, obtém-se uma proporção de alfabetizados mais elevada, 48,4% (17 675 504 habitantes, num total de 36 557 990).

O nível de alfabetização varia fortemente nas diversas regiões fisiográficas do País, como se pode ver a seguir.

Tabela XXXII

A alfabetização nas diferentes Regiões Fisiográficas — 1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS NA POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS		
	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Norte	43,2	36,6	39,9
Nordeste	26,0	24,4	25,2
Leste (1)	45,6	38,5	42,0
Sul	61,6	52,9	57,3
Centro-Oeste	37,1	28,8	33,1

1 Excluindo-se da região Leste o Distrito Federal, obtêm-se as seguintes proporções: homens, 39,8%; mulheres, 32,7%; homens e mulheres, 36,2%.

O Sul apresenta a mais elevada proporção de alfabetizados para o conjunto dos dois sexos: 57,3%; o Nordeste, a mais baixa: 25,2%. Em posição intermediária encontram-se o Leste, com 42,0%, o Norte, com 39,9%, e o Centro-Oeste, com 33,1%.

A quota de alfabetização masculina é mais elevada do que a feminina em tôdas as regiões.

A forte variação da proporção de alfabetizados está condicionada, principalmente, às diferentes características sociais e econômicas de cada região. O Nordeste, menos desenvolvido econômicamente, se caracteriza por proporções de alfabetizados muito baixas no quadro nacional. O Sul, que se caracteriza por forte desenvolvimento industrial apresenta, pelo contrário, proporções que são as mais elevadas do País. O fator urbanização, que, por sua vez, é um reflexo de cutros — econômicos, sociais e mesmo geográficos —, tem

uma forte influência sôbre o nível de alfabetização. Em geral, as regiões mais urbanizadas são também as que apresentam os maiores progressos da instrução, fato êste demonstrado na tabela seguinte:

Tabela XXXIII

Índices de alfabetização e urbanização das diversas regiões fisiográficas — 1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA	ALFABETIZADOS DE 5 ANOS E MAIS (%)	POPULAÇÃO URBANA (1) (%)
Sul	57,3	37,6
Leste	42,0	33,2
Norte	39,9	25,3
Centro-Oeste	33,1	15,6
Nordeste	25,2	20, 9

[1] População presente em aglomerações demográficas com mais de 2 000 habitantes.

Uma característica saliente da situação da instrução no Brasil é o grande desnivelamento entre as quotas de alfabetização das diversas Unidades da Federação.

Para facilitar o exame comparativo da alfabetização nessas Unidades, as mesmas são graduadas abaixo na ordem decrescente das respectivas quotas de alfabetização.

Graduação das Unidades da Federação, segundo a percentagem dos que sabem ler e escrever entre os habitantes de 10 anos e mais

	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ALFABETIZADOS (%)		UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ALFABETIZADOS (%)
1.	Distrito Federal	84,6	14.	Amazonas	42,9
2.	Rio Grande do Sul	65,8	15.	Acre	34,4
3.	São Paulo	65,4	16.	Sergipe	33,6
4.	Santa Catarina	64,2	17.	Goiás	33,0
5.	Rio de Janeiro	56,0	18.	Rio Grande do Norte	32,0
6.	Paraná	52,7	19.	Pernambuco	31,8
7.	Mato Grosso	51,3	20.	Bahia	31,6
8.	Rondônia	49,1	21.	Ceará	31,2
9.	Pará	48,7	22.	Paraíba	29,2
10.	Espírito Santo	47,0	23.	Piauí	25,6
11.	Rio Branco	44,5	24.	Maranhão	25,2
12.	Amapá	44,1	25.	Alagoas	23,7
13.	Minas Gerais	43,8			

A quota de alfabetização do Distrito Federal (84,6%) é a mais alta entre as de tôdas as Unidades da Federação, em virtude do caráter urbano de quase tôda a população e dos cuidados dedicados à educação na Capital.

Entre os Estados, Rio Grande do Sul é o de maior alfabetização (65,8% de alfabetizados), e Alagoas o de menor (apenas 23,7% de alfabetizados). A alfabetização em Alagoas apresenta-se, assim, quase três vêzes menor do que no Rio Grande do Sul.

O grau de alfabetização das áreas urbanas é fortemente superior ao das áreas rurais. No censo de 1950, declararam saber ler e escrever, na população de 5 anos e mais de idade, 67,9% dos habitantes das áreas urbanas e 27,7% das áreas rurais, onde são menores as facilidades de instrução e é mais freqüente o aproveitamento das crianças nos trabalhos do campo e do lar. A alfabetização das áreas rurais apresenta-se, assim, cêrca de duas vêzes e meia menor do que a das áreas urbanas.

5. A POPULAÇÃO URBANA E A POPULAÇÃO RURAL

Com critério estritamente quantitativo, que consiste em considerar como urbana a população presente em aglomerações com mais de 2 000 habitantes, verifica-se uma forte predominância, no Brasil, de população rural que, de acôrdo com os resultados do censo de 1950, representava mais de dois terços da população total do País, ou seja, 69,2%.

Como muito bem observa MORTARA, "o têrmo "rural" não deve, entretanto, ser interpretado no sentido clássico designativo de um meio aproveitado pelas atividades agrícolas e pecuárias, como em geral acontece em outros países, especialmente nos de velho povoamento, como os eurpeus. O chamado meio "rural" entre nós, ainda não é aproveitado na maior parte de sua extensão, ou é apenas utilizado em atividades extrativas".

Conforme observa a revista *Conjuntura Econômica*[22], "a vastidão do Brasil tem permitido o notório esbanjamento de terras utilizáveis na lavoura, preferindo-se, geralmente, o desbravamento de novas áreas ao revigoramento do solo e emprêgo de processos mais modernos na atividade agrícola. Essa circunstância, que não se pode dizer tenha sido inteiramente negativa, quando vista do prisma histórico, reflete-se no reduzido valor da produção por hectare, um dos índices expressivos a atestar a baixa produtividade de nossa lavoura e que mais se acentua quando em confronto com dados semelhantes de outros países".

Tabela XXXIV

Área das propriedades agrícolas e superfície territorial de alguns países — 1950

PAÍSES	ÁREA DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS (km2)	SUPERFÍCIE TERRITORIAL (km2)	PERCENTAGEM DA ÁREA DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS SÔBRE A SUPERFÍCIE TOTAL DO PAÍS (%)
Áustria	77 262	83 850	92,1
Iugoslávia	216 621	256 880	84,3
Alemanha Ocidental	193 431	244 060	79,3
Bélgica	19 059	30 650	62,2
Estados Unidos	4 586 720	4 827 830	58,6
BRASIL	2 339 881	8 516 037	27,5
Venezuela	227 748	912 050	25,0
Canadá (1)	704 332	9 361 801	7,5

FONTES: — *Statistical Yearbook*, United Nations, e Serviço Nacional de Recenseamento (*Censo Agrícola de 1950*).

[1] Censo efetuado em 1951.

[22] "Aproveitamento de terras no Brasil". — *Conjuntura Econômica, ano IX, n.º 7*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1955.

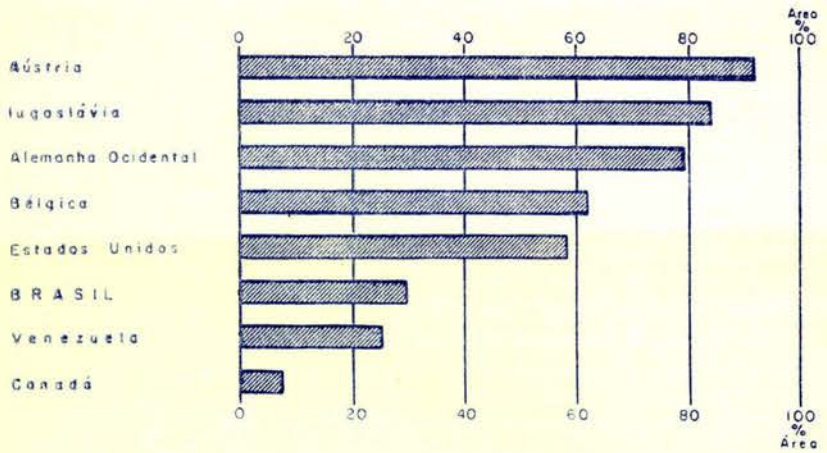

Fig. 19 — *Proporção da área das propriedades agrícolas na superfície total de diversos países*

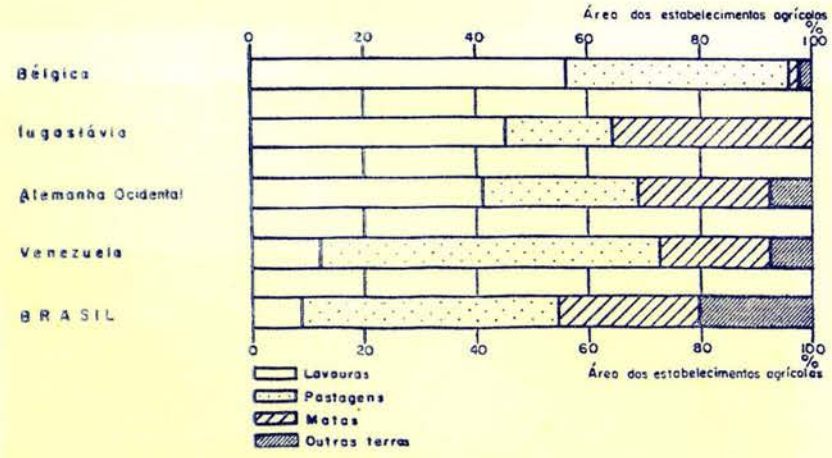

Fig. 20 — *Distribuição das terras dos estabelecimentos agrícolas, segundo a utilização, em alguns países*

No Brasil, como na maioria dos países novos do continente americano, com exceção dos Estados Unidos, a superfície das propriedades agrícolas corresponde a parcelas relativamente reduzidas da superfície territorial, ao contrário do que se passa nos países europeus em que o aproveitamento das terras é quase integral. Nestes últimos países, a área cultivada constitui elevada parcela da área total das propriedades agrícolas, também em contraste com o que se observa no Brasil, como se pode ver na tabela seguinte:

Tabela XXXV

Distribuição das terras dos estabelecimentos agrícolas, segundo a utilização, em alguns países — 1950

PAÍSES	NÚMEROS RELATIVOS (%)				
	Lavouras	Pastagens	Matas	Outras terras	Total
Alemanha Ocidental....	41,1	23,4	22,8	7,7	100,0
Áustria.....	21,8	30,0	38,4	9,8	100,0
Bélgica.....	55,9	39,9	1,8	2,4	100,0
BRASIL.....	8,6	46,0	24,1	21,3	100,0
Canadá (1).....	48,4	37,0	33,1	1,5	100,0
Iugoslávia.....	45,3	18,8	35,9	—	100,0
Nova Zelândia.....	3,0	71,5	20,9	4,6	100,0
Venezuela.....	11,9	60,7	20,0	7,4	100,0

FONTES: — *Statistical Yearbook*, United Nations, e Serviço Nacional de Recenseamento (*Censo Agrícola de 1950*).

[1] Censo efetuado em 1951.

Mesmo dentro do País, a utilização em lavouras das terras dos estabelecimentos agrícolas é extremamente variável nas diferentes Regiões Fisiográficas.

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	LAVOURAS (% da área total dos estabelecimentos agrícolas — 1950)
Norte	1,8
Nordeste	10,2
Leste	9,6
Sul	16,2
Centro-Oeste	1,5
BRASIL	8,6

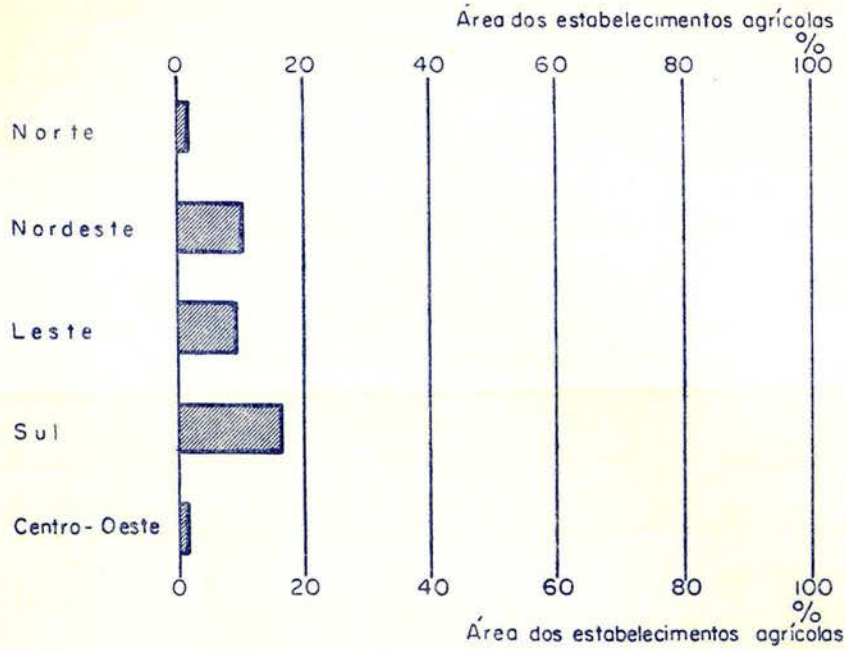

Fig. 21 — *Utilização em lavouras, das terras dos estabelecimentos agrícolas, nas diversas regiões fisiográficas do Brasil*

Do parco aproveitamento das terras das propriedades agrícolas utilizáveis na lavoura, resulta o reduzido valor da produção por hectare, como se ressalta na comparação abaixo.

Tabela XXXVI

Comparações internacionais do valor da produção agrícola por hectare — 1950

PAÍSES	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Bilhões de Cr$)	ÁREA TOTAL DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS (km2)	VALOR DA PRODUÇÃO POR HECTARE (Cruzeiros)
BRASIL	77,1	2 339 881	329,00
Canadá	85,2	704 332	1 209,00
Estados Unidos	605,4	4 586 720	1 320,00
Alemanha Ocidental	60,1	193 431	3 108,00

FONTES: — *Statistical Yearbook*, United Nations, e Serviço Nacional de Recenseamento (*Censo Agrícola de 1950*).

Enquanto no Brasil o valor da produção agrícola é apenas de Cr$ 329,00 por hectare, no Canadá êle sobe para Cr$ 1 209,00, atingindo Cr$ 1 320,00 nos Estados Unidos e Cr$ 3 108,00 na Alemanha Ocidental.

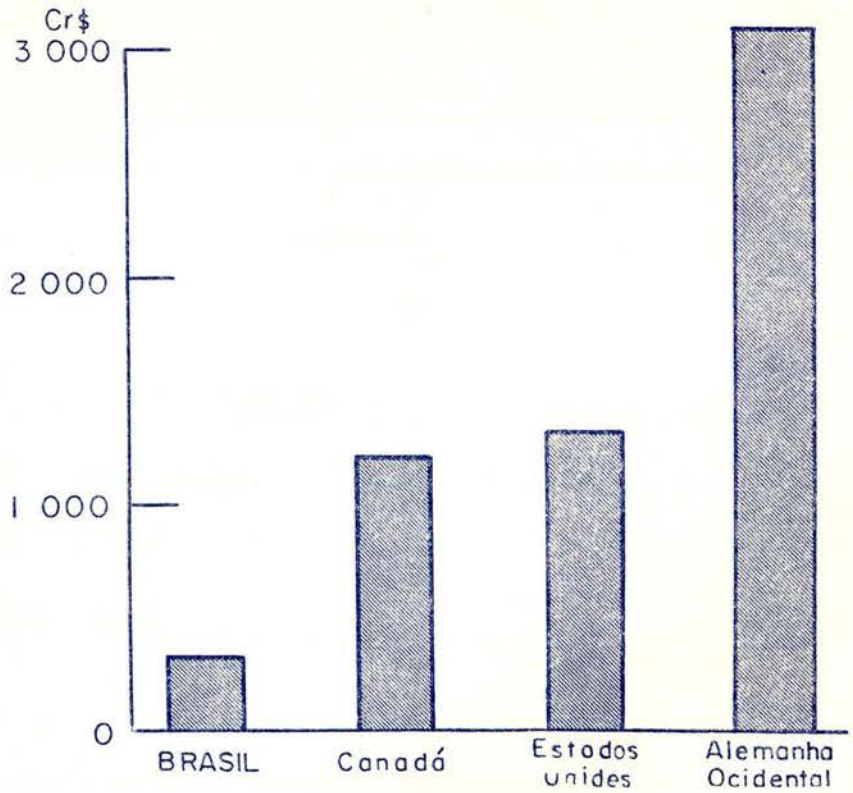

Fig. 22 — *Valor da produção agrícola, por hectare, em alguns países*

A baixa proporção de população urbana (30,8%) revela que o Brasil ainda se situa, no quadro internacional, entre os países de mais baixa concentração demográfica, conforme se pode ver por meio da seguinte comparação.

Comparações internacionais das proporções de população urbana e rural [23]

PAÍS	POPULAÇÃO URBANA (%)	POPULAÇÃO RURAL (%)
Reino Unido (1951)	79,7	20,3
Argentina (1947)	62,5	37,5
Dinamarca (1950)	58,8	41,2
Canadá (1951)	51,9	48,1
Suécia (1950)	51,9	48,1
Chile (1940)	49,2	50,8
Venezuela (1950)	47,4	52,6
Pôrto Rico (1950)	41,6	58,4
Índia (1941)	32,5	67,5
BRASIL (1950)	30,8	69,2
Equador (1950)	29,4	70,6
Costa Rica (1950)	28,8	71,2
Nicarágua (1950)	27,6	72,4
Salvador (1950)	27,5	72,5
Turquia (1950)	24,5	75,5
República Dominicana (1950)	21,6	78,4
Algéria (1948)	21,4	78,6

[23] *Demographic Yearbook*, United Nations, 1952. Em todos os países citados, considera-se "urbana" a população das aglomerações de 2 000 e mais habitantes.

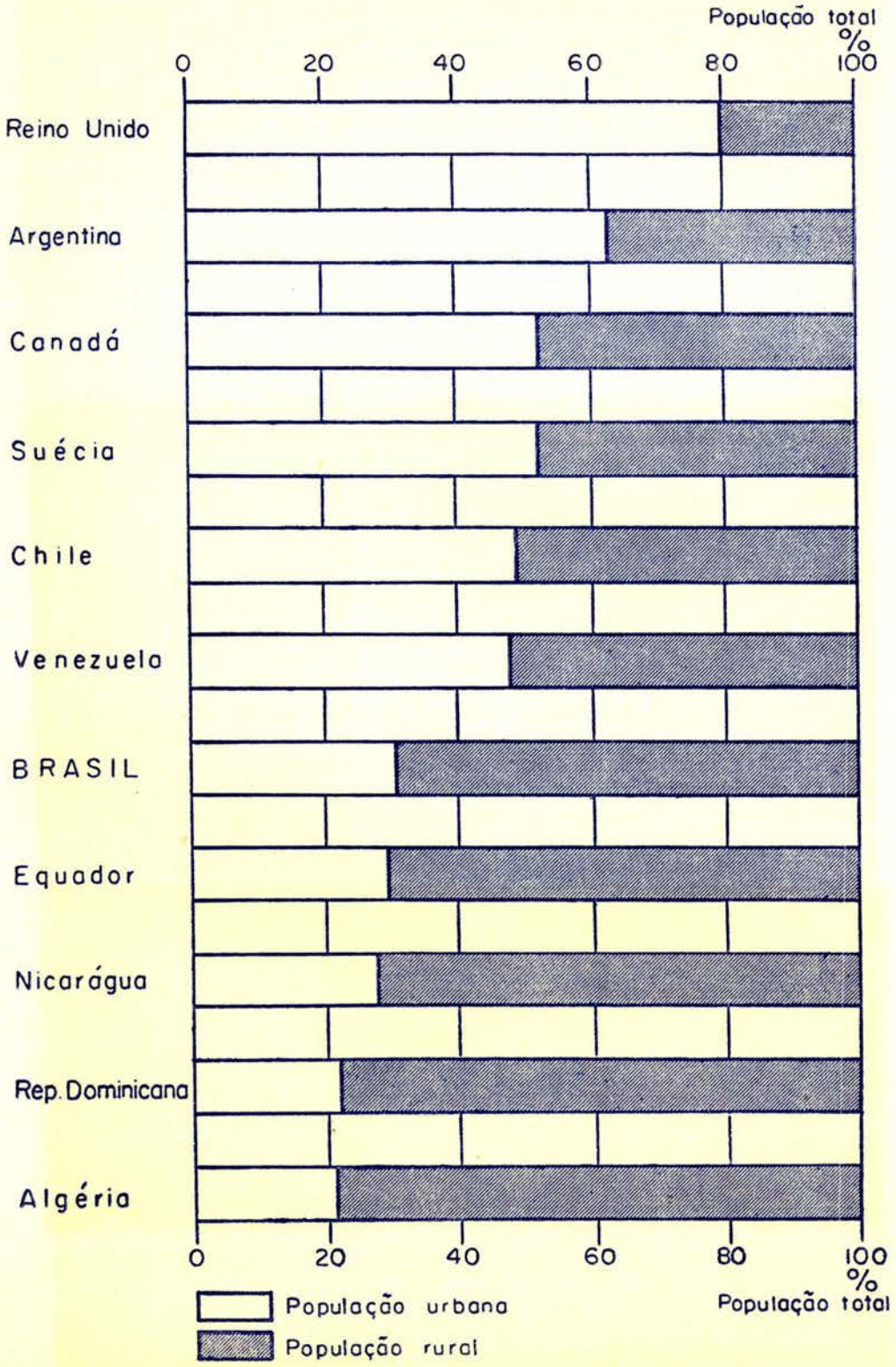

Fig. 23 — *Proporções de população urbana e rural em diversos países*

Têm proporções de população urbana mais elevadas do que o Brasil não só os países de antigo povoamento, como o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia, mas também alguns de povoamento recente como a Argentina, o Chile e a Venezuela, na América do Sul, e o Canadá, na América do Norte.

Na tabela XXXVII pode-se apreciar a distribuição da população das diversas Regiões Fisiográficas e das diferentes Unidades Políticas pelas respectivas zonas urbanas e rurais que as constituem. De acôrdo com os dados constantes da última coluna dessa tabela, verifica-se que a urbanização é máxima no Sul e mínima no Centro-Oeste. Naquela região a população urbana já constitui 37,6% da população total, enquanto nesta última apenas 15,6%. As demais regiões apresentam índices de urbanização intermediários.

Tabela XXXVII

População total e sua discriminação em urbana e rural, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades Políticas — 1950

REGIÃO FISIOGRÁFICA E UNIDADE POLÍTICA	POPULAÇÃO PRESENTE			PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA
	Total	Urbana (1)	Rural	
NORTE	*1 844 655*	*467 061*	*1 377 594*	*25,3*
Rondônia	36 935	12 618	24 317	34,2
Acre	114 755	13 080	101 675	11,4
Amazonas	514 099	108 525	405 574	21,1
Rio Branco	18 116	5 132	12 984	28,3
Pará	1 123 273	317 958	805 315	28,3
Amapá	37 477	9 748	27 729	26,0
NORDESTE	*12 494 477*	*2 610 443*	*9 884 034*	*20,9*
Maranhão	1 583 248	185 907	1 397 341	11,7
Piauí	1 045 696	138 801	906 895	13,3
Ceará	2 695 450	496 992	2 198 458	18,4
Rio Grande do Norte	967 921	189 693	778 228	19,6
Paraíba	1 713 259	351 886	1 361 373	20,5
Pernambuco	3 395 185	1 016 219	2 378 966	29,9
Alagoas	1 093 137	230 945	862 192	21,1
Fernando de Noronha	581	—	581	0,0
LESTE (2)	*18 903 319*	*6 268 687*	*12 634 632*	*33,2*
Sergipe	644 361	172 323	472 038	26,7
Bahia	4 834 575	936 523	3 898 052	19,4
Minas Gerais (2)	7 834 819	1 733 516	6 101 303	22,1
Espírito Santo (2)	914 919	144 056	770 863	15,7
Rio de Janeiro	2 297 194	979 206	1 317 988	42,5
Distrito Federal	2 377 451	2 303 063	74 368	96,9
SUL	*16 996 578*	*6 396 873*	*10 599 705*	*37,6*
São Paulo	9 141 928	4 437 768	4 704 160	48,5
Paraná	2 129 327	448 676	1 680 651	21,1
Santa Catarina	1 560 502	264 079	1 296 423	16,9
Rio Grande do Sul	4 164 821	1 246 350	2 918 471	29,9
CENTRO-OESTE	*1 736 965*	*271 511*	*1 465 454*	*15,6*
Mato Grosso	522 044	125 645	396 399	24,1
Goiás	1 214 921	145 866	1 069 055	12,0
BRASIL	*51 975 994*	*16 014 575*	*35 961 419*	*30,8*

[1] Foi considerada "urbana" a população das aglomerações demográficas com mais de 2 000 habitantes e "rural" tôda a restante população. [2] Para simplificação dos cálculos, a população da região da Serra dos Aimorés, contestada pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi atribuída em dois terços ao primeiro e em um têrço ao segundo dêsses Estados.

Varia dentro de amplos limites a urbanização nas diferentes Unidades da Federação, como se pode ver, também, pelos índices da última coluna da tabela XXXVII, transcritos em seguida na ordem decrescente de valor.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA (%)	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA (%)
1.º Distrito Federal	96,9	14.º Amazonas	21,1
2.º São Paulo	48,5	15.º Paraná	21,1
3.º Rio de Janeiro	42,6	16.º Paraíba	20,5
4.º Rondônia	34,2	17.º Rio Grande do Norte	19,6
5.º Rio Grande do Sul	29,9	18.º Bahia	19,4
6.º Pernambuco	29,9	19.º Ceará	18,4
7.º Rio Branco	28,3	20.º Santa Catarina	16,9
8.º Pará	28,3	21.º Espírito Santo	15,7
9.º Sergipe	26,7	22.º Piauí	13,3
10.º Amapá	26,0	23.º Goiás	12,0
11.º Mato Grosso	24,1	24.º Maranhão	11,7
12.º Minas Gerais	22,1	25.º Acre	11,4
13.º Alagoas	21,1	26.º Fernando de Noronha	0,0

Deixando de lado Fernando de Noronha, que não possui nenhuma aglomeração de 2 000 habitantes (mesmo a sua população total não atinge êsse limite), verifica-se que a proporção de população urbana varia entre o máximo de 96,9% no Distrito Federal e o mínimo de 11,4% no Território do Acre.

Em 3 Unidades essa proporção excede 40% (Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro); em outras 13 excede 20% (Rondônia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Branco, Pará, Sergipe, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Alagoas, Amazonas, Paraná e Paraíba); em outras 5 excede 15% (Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo); e, em outras 4 não atinge êsse limite (Piauí, Goiás, Maranhão e Território do Acre).

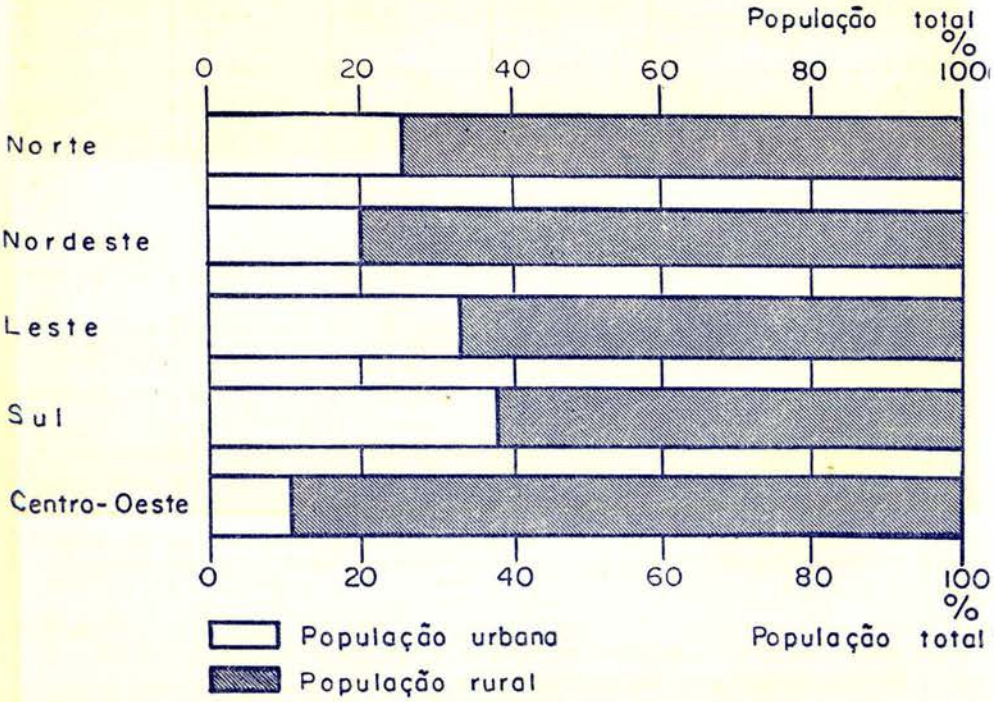

Fig. 24 — *Proporções de população urbana e rural nas diversas regiões fisiográficas do Brasil*

As aglomerações urbanas

O RECENSEAMENTO realizado em 1.º de julho de 1950 consignou a existência de 1 170 centros urbanos no Brasil [24], dos quais 3 com população superior a 500 000 habitantes, 8 com população entre 100 001 e 500 000 habitantes, 22 com população entre 50 001 e 100 000 habitantes, e 1 137 com população inferior a 50 000 habitantes.

Mais de metade das aglomerações urbanas do Brasil é constituída por pequenos centros com população compreendida entre 2 001 e 5 000 habitantes. O seu número ascende a 692.

Cêrca de um sexto da população brasileira (16,3%) vive em grandes aglomerações, isto é, em centros urbanos de mais de 50 000 habitantes. Mas apenas cêrca de um sétimo (14,5%), em cidades médias (10 000 a 50 000 habitantes) e pequenas (2 001 a 10 000 habitantes).

Tabela XXXVIII

Distribuição da população presente, segundo o domicílio urbano ou não urbano, e o tamanho das aglomerações urbanas, em 1.º-VII-1950

DOMICÍLIO	NÚMERO DE AGLOMERAÇÕES URBANAS	POPULAÇÃO	
		Habitantes	%
AGLOMERAÇÕES URBANAS (1)			
De mais de 500 000 habitantes....	3	4 832 458	9,30
De 100 001 a 500 000 habitantes....	8	2 040 777	3,93
De 50 001 a 100 000 habitantes....	22	1 613 409	3,11
De 10 001 a 50 000 habitantes....	187	3 656 858	7,04
De 5 001 a 10 000 habitantes....	258	1 782 267	3,43
De 2 001 a 5 000 habitantes....	692	2 085 588	4,01
ÁREAS NÃO URBANAS			
Aglomerações menores e habitações esparsas.....	—	35 933 040	69,18
TOTAL (2).....	*1 170*	*51 944 397*	*100,00*

[1] Classificadas segundo o número de habitantes no conjunto dos quadros administrativos urbano e suburbano. [2] Excluídos 31 597 habitantes, não classificados segundo o domicílio.

Dos 33 grandes centros urbanos de mais de 50 000 habitantes existentes no País em 1950, a maioria se situa no litoral ou em suas imediações. Poucos, ainda, no interior.

Dêstes 33 grandes centros, 12 ficam na região Sul, 11 na Leste, 8 na Nordeste e 2 na Norte. Nenhum existe ainda na região Centro-Oeste.

São os seguintes os grandes centros urbanos do País, cuja população já ultrapassava 50 000 habitantes em 1950:

Na região Sul — São Paulo, Pôrto Alegre, Santos, Curitiba, Campinas, Santo André, Pelotas, Sorocaba, Ribeirão Prêto, Rio Grande, São Caetano do Sul e Bauru.

Na região Leste — Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Niterói, Juiz de Fora, Duque de Caxias, Aracaju, Campos, Petrópolis, Nova Iguaçu e Neves.

Na região Nordeste — Recife, Fortaleza, Maceió, Natal, João Pessoa, São Luís, Campina Grande e Teresina.

Na região Norte — Belém e Manaus.

[24] Com população de 2 000 e mais habitantes.

Fig. 25 — *Localização das maiores cidades do Brasil (cidades de mais de 50 000 habitantes em 1.º-VII-1950)*

Do ponto de vista sociológico, obtém-se uma discriminação mais satisfatória das categorias de população urbana e rural quando se passa a considerar como urbana a população dos quadros administrativos urbano e suburbano de um distrito sòmente quando fôr superior ao limite de 5 000 habitantes. Êsse limite foi o adotado nos estudos do Laboratório de Estatística do IBGE sôbre as aglomerações urbanas porque êle "exclui grande parte de populações com características rurais que ficariam incluídas se o limite fôsse mais baixo, não excluindo, senão raramente, nenhum agrupamento de habitantes que apresente efetivamente as características de uma aglomeração urbana".[25]

O têrmo "aglomerações urbanas" refere-se, portanto, daqui por diante, àquelas cuja população, no conjunto dos quadros administrativos urbano e suburbano, iguala ou excede 5 000 habitantes.

Conforme se pode ver na tabela XXXIX, havia no Brasil, em 1950, 478 aglomerações urbanas de mais de 5 000 habitantes, as quais estavam localizadas em 440 Municípios e no Distrito Federal. Estavam presentes, nessas 478 aglomerações 13 925 769 habitantes, representando 26,9% da população do País e 53,9% da população dos Municípios em que estavam localizadas, os quais contavam 25 835 509 habitantes.[26]

Os 441 Municípios[27] clasificam-se da seguinte maneira:

[25] "Observações sôbre a discriminação da população urbana no censo de 1950" GIORGIO MORTARA — *Revista Brasileira dos Municípios, n.º 9,* Associação Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, 1950.

[26] "As aglomerações urbanas no Brasil segundo o censo de 1950", ERNANI THIMÓTEO DE BARROS — *Estatística Demográfica, n.º 17,* Conselho Nacional de Estatística, IBGE, 1954.

[27] Mais precisamente, 440 Municípios e o Distrito Federal.

Proporção de população urbana em relação à população total do Município	*Número de Municípios*	*Percentagem do total dos Municípios*
Inferior a 50%	331	75,1%
De 50 a 70%	64	14,5%
De 70 a 90%	32	7,3%
De 90 a 99%	12	2,7%
100%	2	0,4%
TOTAL	441	100,0%

Os dois Municípios inteiramente urbanos, São João de Meriti e Nilópolis, ambos do Estado do Rio de Janeiro, fazem parte da órbita de influência econômica do Distrito Federal.

Em quase todos os 12 Municípios em que a proporção de população urbana ultrapassa 90% mas não atinge 100% da população total do Município, o distrito-sede possui acima de 100 000 habitantes. Êsses Municípios, logo em seguida aos dois acima mencionados, podem ser considerados os mais "urbanizados" do Brasil, no sentido de possuírem as mais fortes concentrações de população urbana em relação às respectivas populações totais. Dez dêles são Municípios de Capitais. Êsses doze Municípios assim se apresentam na ordem decrescente de grandeza das proporções de suas populações urbanas:

Município		(%)
1.º	Vitória	97,67
2.º	Recife	97,65
3.º	Santos	97,47
4.º	Rio de Janeiro	96,87
5.º	Belo Horizonte	95,99
6.º	Pôrto Alegre	95,15
7.º	Belém	94,07
8.º	Salvador	93,33
9.º	São Paulo	92,89
10.º	São Caetano do Sul	92,59
11.º	Natal	91,86
12.º	Niterói	91,71

O grau de urbanização de todos os Municípios do País que já possuíam, em 1950, pelo menos uma aglomeração com mais de 5 000 habitantes, aferido pela proporção entre a população da aglomeração ou aglomerações urbanas e a população total do Município, pode ser apreciado na tabela *A*, anexada no fim dêste trabalho.

Um resumo da mesma acha-se na tabela **XXXIX**, que mostra a distribuição das aglomerações urbanas segundo o número de habitantes.

Tabela XXXIX

Número e população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, discriminadas segundo o número de habitantes — 1950

NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO URBANA	AGLOMERAÇÕES URBANAS		POPULAÇÃO TOTAL	
	Número	%	Habitantes	%
De 5 001 a 10 000	258	53,97	1 782 267	12,80
De 10 001 a 25 000	147	30,75	2 272 970	16,32
De 25 001 a 50 000	40	8,37	1 383 888	9,94
De 50 001 a 100 000	22	4,60	1 613 409	11,59
De 100 001 a 250 000	5	1,05	937 721	6,73
De 250 001 a 500 000	3	0,63	1 103 056	7,92
De 500 001 a 1 000 000	1	0,21	512 370	3,68
Mais de 1 000 000	2	0,42	4 320 088	31,02
TOTAL	*478*	*100,00*	*13 925 769*	*100,00*

FONTE: — Op. cit. na nota 26.

As pequenas aglomerações urbanas, de 5 001 a 10 000 habitantes, em número de 258, possuem, em conjunto, 1 782 267 habitantes. Constituem, portanto, mais da metade do número de aglomerações (53,97%), mas abrigam apenas um oitavo da população total das mesmas (12,80%).

Já as grandes aglomerações urbanas de mais de 100 000 habitantes, em número de 11, têm, em conjunto, a população de 6 873 235 habitantes. Embora seu número seja apenas de pouco mais de dois centésimos do total de aglomerações (2,31%), nelas se encontra cêrca da metade da população das aglomerações urbanas em conjunto (49,35%).

Conclui-se, assim, que as aglomerações urbanas existentes no País em 1950, "em seu maior número, são de modesta importância. As grandes aglomerações, em número muito reduzido, abrangem parte considerável da população das aglomerações urbanas em conjunto".[26]

As 11 grandes aglomerações de mais de 100 000 habitantes são as seguintes, na ordem decrescente de suas respectivas populações urbanas:

1.º	Rio de Janeiro	2 303 063	habitantes,	isto	é,	96,87%	de população	urbana
2.º	São Paulo	2 017 025	"	"	"	92,89%	"	"
3.º	Recife	512 370	"	"	"	97,65%	"	"
4.º	Salvador	389 422	"	"	"	93,33%	"	"
5.º	Pôrto Alegre	375 049	"	"	"	95,15%	"	"
6.º	Belo Horizonte	338 585	"	"	"	95,99%	"	"
7.º	Belém	225 218	"	"	"	88,34%	"	"
8.º	Fortaleza	205 052	"	"	"	75,90%	"	"
9.º	Santos	198 405	"	"	"	97,47%	"	"
10.º	Niterói	170 868	"	"	"	91,71%	"	"
11.º	Curitiba	138 178	"	"	"	76,52%	"	"

Os 6 873 235 habitantes dessas 11 aglomerações, constituem cêrca de um oitavo (aproximadamente 13%) da população total do Brasil.

As aglomerações urbanas, segundo o tamanho, por Regiões Fisiográficas

A TABELA XL apresenta, a seguir, o número e a população das aglomerações urbanas discriminadas segundo o tamanho, por Regiões Fisiográficas.

O exame das três últimas colunas, referentes às aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, revela a existência de:

198 aglomerações no Sul, com 5 751 769 habitantes;

159 no Leste, com 5 458 968 habitantes;

93 no Nordeste, com 2 117 989 habitantes;

14 no Norte, com 405 710 habitantes;

14 no Centro-Oeste, com 191 333 habitantes;

478 no BRASIL, com 13 925 769 habitantes.

Em 1950, estavam, portanto, no Sul, mais de dois quintos (isto é, 41,42%) do número de aglomerações urbanas do País e também mais de dois quintos (ou seja, 41,31%) de sua população urbana.

O Leste possuía um têrço (ou seja 33,26%) do número de aglomerações urbanas do País e quase dois quintos (isto é, 39,20%) de sua população urbana.

No Nordeste se encontrava um quinto (isto é, 19,46%) do número de aglomerações urbanas do País e cêrca de um sétimo (ou seja, 15,21%) de sua população urbana.

O Norte e o Centro-Oeste possuíam apenas, cada qual, menos de três centésimos (isto é, 2,93%) do número das aglomerações urbanas do País, sendo que naquela primeira região se encontravam também apenas cêrca de três centésimos (ou seja 2,91%) da população urbana do País, e, na segunda, ainda menor fração (isto é, 1,37%).

Em tôdas as regiões são mais freqüentes as pequenas aglomerações urbanas de menos de 10 000 habitantes. Pertencem a esta classe:

103 das 198 aglomerações urbanas do Sul;

78 das 159 do Leste;

58 das 93 do Nordeste;

10 das 14 do Centro-Oeste;

258 das 478 do BRASIL.

Das grandes aglomerações de mais de 100 000 habitantes, 4 estão localizadas no Sul (São Paulo, Pôrto Alegre, Santos e Curitiba), 4 no Leste (Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Niterói), 2 no Nordeste (Recife e Fortaleza), e 1 no Norte (Belém).

Tabela XL

Número e população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, discriminadas segundo o tamanho, por regiões fisiográficas — 1950

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM								
	5 001 a 10 000 habitantes			10 001 a 50 000 habitantes			50 001 a 100 000 habitantes		
	N.º	População		N.º	População		N.º	População	
		Absoluta	%		Absoluta	%		Absoluta	%
Norte	10	66 783	3,75	2	24 097	0,67	1	89 612	5,55
Nordeste	58	390 816	21,93	27	522 721	14,29	6	487 030	30,19
Leste	78	535 322	30,03	70	1 262 046	34,51	7	459 662	28,49
Sul	103	730 412	40,98	83	1 715 595	46,91	8	577 105	35,77
Centro-Oeste	9	58 934	3,31	5	132 399	3,62	—	—	—
BRASIL	*258*	*1 782 267*	*100,00*	*187*	*3 656 858*	*100,00*	*22*	*1 613 409*	*100,00*

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM								
	100 001 a 1 000 000 habitantes			Mais de 1 000 000 habitantes			Mais de 5 000 habitantes		
	N.º	População		N.º	População		N.º	População	
		Absoluta	%		Absoluta	%		Absoluta	%
Norte	1	225 218	8,82	—	—	—	14	405 710	2,91
Nordeste	2	717 422	28,10	—	—	—	93	2 117 989	15,21
Leste	3	898 875	35,21	1	2 303 063	53,31	159	5 458 968	39,20
Sul	3	711 632	27,87	1	2 017 025	46,69	198	5 751 769	41,31
Centro-Oeste	—	—	—	—	—	—	14	191 333	1,37
BRASIL	*9*	*2 553 147*	*100,00*	*2*	*4 320 088*	*100,00*	*478*	*13 925 769*	*100,00*

FONTE: — Op. cit. na nota 26.

As aglomerações urbanas nas diversas Unidades da Federação

A TABELA XLI apresenta o elenco das Unidades da Federação e suas respectivas populações urbanas.

Entre as diferentes Unidades Políticas, São Paulo apresenta o maior contingente de população urbana (4 099 987 habitantes), constituindo quase um têrço da população das aglomerações urbanas do País (ou seja, 29,44%). Em segundo lugar vem o Distrito Federal, em terceiro Minas Gerais e em quarto o Rio Grande do Sul, respectivamente com 2 303 063, 1 280 849 e 1 087 519 habitantes de aglomerações urbanas. Importantes contingentes de população urbana encontram-se ainda nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, embora inferiores a 1 000 000 de habitantes. As sete Unidades referidas possuem, em conjunto, uma população urbana de 11 315 606 habitantes, que corresponde a 81,26% do total da população urbana do Brasil.

Na última coluna da tabela XLI pode-se verificar que no Distrito Federal — que constitui um caso à parte — a população urbana corresponde à elevadíssima proporção de 96,87% da população total dessa Unidade, nela se situando a cidade do Rio de Janeiro, até então Capital da República. Entre os Estados, apresentam as mais altas proporções de população urbana em relação à população total da respectiva Unidade, São Paulo, 44,85%, e o Rio de Janeiro, 39, 91%. A proporção fica entre 20 e 30% em 6 Unidades (Rio Branco, Rondônia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Amapá e Pará); entre 10 e 20% em 12 Unidades (Amazonas, Mato Grosso, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo); e inferior a 10% em 4 Unidades (Piauí, Maranhão, Acre e Goiás).

Tabela XLI

População das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, segundo as Unidades da Federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO E POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES		POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE (Habitantes)	PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE (%)
	Número	Habitantes		
Rondônia	1	10 036	36 935	27,17
Acre	1	9 371	114 755	8,17
Amazonas	3	101 334	514 099	19,71
Rio Branco	1	5 132	18 116	28,33
Pará	7	270 089	1 123 273	24,04
Amapá	1	9 748	37 477	26,01
Maranhão	8	131 928	1 583 248	8,33
Piauí	4	97 685	1 045 696	9,34
Ceará	16	383 015	2 695 450	14,21
Rio Grande do Norte	9	157 978	967 921	16,32
Paraíba	14	278 259	1 713 259	16,24
Pernambuco	33	899 430	3 395 185	26,49
Alagoas	9	169 694	1 093 137	15,52
Sergipe	7	117 827	644 361	18,29
Bahia	32	727 980	4 834 575	15,06
Minas Gerais	76	1 280 849	7 728 104	16,57
Espírito Santo	7	112 471	861 562	13,05
Rio de Janeiro	36	916 778	2 297 194	39,91
Distrito Federal	1	2 303 063	2 377 451	96,87
São Paulo	120	4 099 987	9 141 928	44,85
Paraná	20	348 758	2 129 327	16,38
Santa Catarina	16	215 505	1 560 502	13,81
Rio Grande do Sul	42	1 087 519	4 164 821	26,11
Mato Grosso	7	100 542	522 044	19,26
Goiás	7	90 791	1 214 921	7,47
BRASIL	*478*	*13 925 769*	(1) *51 815 922*	*26,88*

FONTE: — Op. cit. na nota 26.

[1] Inclusive a população do Território de Fernando de Noronha (581 habitantes). Exclusive população da região da Serra dos Aimorés (160 072 habitantes).

A marcha da urbanização no decênio 1940/1950

No ano de 1940, por ocasião do recenseamento, constatou-se a existência de 324 aglomerações urbanas no Brasil, com 8 899 202 habitantes, cujo número subiu para 478, em 1950, nelas se encontrando uma população de 13 925 769 habitantes. O número de aglomerações aumentou, pois, de 154 e a população urbana de 5 026 567 habitantes.[28] Em relação a 1940, as aglomerações aumentaram de 47,53% e a população urbana de 56,48%. A proporção de população urbana em relação à população total dos Municípios em que se encontravam aglomerações urbanas, que era de 50,80% em 1940, passou para 53,90% em 1950. A proporção de população urbana em relação à população total do País, que era de 21,57% em 1940, passou para 26,88% em 1950.

Nas 324 aglomerações urbanas de 1940, que contavam 8 899 202 habitantes àquela época, houve um aumento de 3 843 531 habitantes em um decênio, atingindo a sua população total, em 1950, 12 742 733 habitantes. O aumento relativo foi de 43,19%.

[28] Na realidade, houve o aparecimento de 158 "novas" aglomerações urbanas entre 1940 e 1950, porque 4 das "velhas" aglomerações existentes em 1940 deixaram de ser contadas em 1950, pelas razões expostas no rodapé da tabela XLIII.

As novas aglomerações urbanas, existentes em 1950, mas não em 1940, por não atingirem ainda o limite de 5 000 habitantes nessa última data, são em número de 158, encontrando-se nelas 1 197 180 habitantes. No aumento de 56,48% de população urbana entre 1940 e 1950, essas novas aglomerações contribuíram, portanto, com 13,45%.

Entre 1940 e 1950, a população urbana, no Sul, aumentou de 2 130 819 habitantes; no Leste, de 1 801 159 habitantes; no Nordeste, de 858 656 habitantes; no Norte, de 152 533 habitantes; no Centro-Oeste, de 83 400 habitantes.

O aumento relativo foi mais forte no Centro-Oeste, 77,27%, seguindo-se o Nordeste, 68,18%, o Norte, 60,25%, o Sul, 58,85% e o Leste, 49,24%.

Tabela XLII

Crescimento da população urbana, de 1940 a 1950, nas diversas Regiões Fisiográficas

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS		AUMENTO ENTRE 1940 E 1950		POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS	
	Em 1940 (a)	Em 1950 (b)	Absoluto (c)	Percentual (d)	Que tinham mais de 5 000 habitantes em 1940 (e)	Com mais de 5 000 habitantes em 1950, mas não em 1940 (f)
Norte	253 177	405 710	152 533	60,25	(1) 341 979	68 651
Nordeste	1 259 333	2 117 989	858 656	68,18	1 861 346	256 643
Leste	3 657 809	5 458 968	1 801 159	49,24	(2)5 094 758	373 434
Sul	3 620 950	5 751 769	2 130 819	58,85	5 278 199	473 570
Centro-Oeste	107 933	191 333	83 400	77,27	166 451	24 882
BRASIL	*8 899 202*	*13 925 769*	*5 026 567*	*56,48*	(3)*12 742 733*	*1 197 180*

[1] Uma dessas aglomerações não excede, em 1950, o limite de 5 000 habitantes. [2] Duas dessas aglomerações não excedem, em 1950, o limite de 5 000 habitantes. [3] As três aglomerações que não excedem, em 1950, o limite de 5 000 habitantes, possuem, nesta data, em conjunto, 14 144 habitantes.

As novas aglomerações urbanas surgidas no decênio 1940/1950, assim se distribuem pelas diferentes Regiões Fisiográficas:

No Sul, 58, com 473 570 habitantes;

no Leste, 48, com 373 434 habitantes;

no Nordeste, 38, com 256 643 habitantes;

no Norte, 10, com 68 651 habitantes;

no Centro-Oeste, 4, com 24 882 habitantes.

A proporção de população urbana, em relação à população total, é mais elevada em 1950 do que em 1940, em tôdas as regiões. De 1940 a 1950 ela passou de 28,02% para 33,84%, no Sul; de 23,41% para 29,12%, no Leste; de 12,63% para 16,95%, no Nordeste; de 17,09% para 21,99%, no Norte; e de 8,65% para 11,02%, no Centro-Oeste.

O forte aumento de população urbana verificado nas diferentes regiões fisiográficas foi extensivo a tôdas as Unidades da Federação, conforme mostram os dados da tabela XLIII.

Tabela XLIII

Crescimento da população urbana de 1940 a 1950, nas diversas Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS		AUMENTO ENTRE 1940 E 1950		AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 E EM 1950		AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950, MAS NÃO EM 1940	
	Em 1940 (*a*)	Em 1950 (*b*)	Absoluto (*c*)	Percentual (*d*)	Número (*e*)	Aumento da população entre 1940 e 1950 (*f*)	Número (*g*)	População em 1950 (*h*)
Rondônia	—	10 036	10 036	100,00	—	—	1	10 036
Acre	—	9 371	9 371	100,00	—	—	1	9 371
Amazonas	66 854	101 334	34 480	51,57	1	22 758	2	11 722
Rio Branco	—	5 132	5 132	100,00	—	—	1	5 132
Pará	186 323	270 089	83 766	44,95	(1) 4	(1) 66 044	4	22 642
Amapá	—	9 748	9 748	100,00	—	—	1	9 748
Maranhão	65 777	131 928	66 151	100,57	2	28 399	6	37 752
Piauí	63 955	97 685	33 730	52,74	3	26 738	1	6 992
Ceará	221 171	383 015	161 844	73,18	9	101 897	7	59 947
Rio Grande do Norte	77 229	157 978	80 749	104,56	4	52 521	5	28 228
Paraíba	165 592	278 259	112 667	68,04	9	77 089	5	35 578
Pernambuco	540 230	899 430	359 200	66,49	21	284 925	12	74 275
Alagoas	125 379	169 694	44 315	35,34	7	30 444	2	13 871
Sergipe	70 944	117 827	46 883	66,08	3	23 300	4	23 583
Bahia	482 177	727 980	245 803	50,98	20	165 722	12	80 081
Minas Gerais	815 811	1 280 849	465 038	57,00	(2) 61	(2) 358 181	17	116 081
Espírito Santo	73 590	112 471	38 881	52,83	4	20 724	3	18 157
Rio de Janeiro	515 287	916 778	401 491	77,92	24	265 959	12	135 532
Distrito Federal	1 700 000	2 303 063	603 063	35,47	1	603 063	—	—
São Paulo	2 560 216	4 099 987	1 539 771	60,14	87	1 249 053	33	290 718
Paraná	174 150	348 758	174 608	100,26	8	82 894	12	91 714
Santa Catarina	122 220	215 505	93 285	76,33	(3) 11	54 653	6	38 632
Rio Grande do Sul	764 364	1 087 519	323 155	42,28	35	270 649	7	52 506
Mato Grosso	71 802	100 542	28 740	40,03	6	23 588	1	5 152
Goiás	36 131	90 791	54 660	151,28	4	34 930	3	19 730
BRASIL	*8 899 202*	*13 925 769*	*5 026 567*	*56,48*	(4) *320*	(5) *3 843 531*	*158*	*1 197 180*

FONTE: — Op. cit. na nota 26.

[1] Inclusive a aglomeração do distrito-sede do Município de Vigia, que em 1940 excedia, mas que em 1950 não excede o limite de 5 000 habitantes. [2] Inclusive as aglomerações dos distritos-sedes dos Municípios de Lambari e Mariana, que em 1940 excediam, mas que em 1950 não excedem o limite de 5 000 habitantes. [3] Inclusive a aglomeração urbana do distrito de João Pessoa, que em 1940 pertencia ao Município de São José, e em 1950 ao de Florianópolis. [4] Exclusive as aglomerações dos distritos-sedes dos Municípios de Vigia, Lambari e Mariana, e a do distrito de João Pessoa, pertencente ao Município de São José em 1940 e ao de Florianópolis em 1950. [5] Inclusive 14 144 habitantes dos distritos-sedes dos Municípios de Vigia (4 920 hab.), Lambari (4 840 hab.) e Mariana (4 384 hab.) que não excediam, em 1950, o limite de 5 000 hab.

Os mais fortes aumentos de população urbana no decênio intercensitário considerado verificaram-se nas seguintes Unidades:

São Paulo — mais 1 539 771 habitantes em 1950 do que em 1940, com um crescimento de população urbana de 60,14% no período;

Minas Gerais —mais 465 038 habitantes em 1950 do que em 1940, com um crescimento de população urbana de 57,00% no período;

Rio de Janeiro — mais 401 491 habitantes em 1950 do que em 1940, com um crescimento de população urbana de 77,92% no período;

Pernambuco — mais 359 200 habitantes em 1950 do que em 1940, com um crescimento de população urbana de 66,49% no período;

Rio Grande do Sul — mais 323 155 habitantes em 1950 do que em 1940, com um crescimento de população urbana de 42,28% no período.

Para essas Unidades, como para as demais, os contingentes de população urbana em 1940 e em 1950 constam das colunas (*a*) e (*b*) da tabela XLIII, podendo-se verificar o seu crescimento absoluto e relativo, respectivamente nas colunas (*c*) e (*d*).

Pode-se notar, por exemplo, que no Território do Acre não havia em 1940 aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, acontecendo o mesmo nas áreas correspondentes aos atuais Territórios de Rondônia, Rio Branco e Amapá.

As novas aglomerações urbanas, conforme mostram os dados das colunas (*g*) e (*h*) da mencionada tabela, surgiram em maior número, em:

São Paulo — 33 novas aglomerações, com 290 718 habitantes;
Minas Gerais — 17, com 116 081 habitantes;
Rio de Janeiro — 12, com 135 532 habitantes;
Paraná — 12, com 91 714 habitantes;
Bahia — 12, com 80 081 habitantes;
Pernambuco — 12, com 74 275 habitantes.

Como se pode ver, as novas aglomerações urbanas contribuíram fortemente para o aumento da população urbana no decênio considerado. Pode-se mesmo notar que em alguns Estados, como o Paraná, por exemplo, o número de novas aglomerações ultrapassa o de antigas.

A proporção de população urbana em relação à população total é mais elevada em 1950 do que em 1940, em tôdas as Unidades.

Unidades da Federação	*Número de habitantes urbanos por 100 habitantes da Unidade respectiva*	
	Em 1940	*Em 1950*
Rondônia	—	27,17
Acre	—	8,17
Amazonas	15,79	19,71
Rio Branco	—	28,33
Pará	20,18	24,04
Amapá	—	26,01
Maranhão	5,33	8,33
Piauí	7,82	9,34
Ceará	10,58	14,21
Rio Grande do Norte	10,06	16,32
Paraíba	11,64	16,24
Pernambuco	20,10	26,49
Alagoas	13,18	15,52
Sergipe	13,08	18,29
Bahia	12,31	15,06
Minas Gerais	12,11	16,57
Espírito Santo	9,81	13,05
Rio de Janeiro	27,89	39,91
Distrito Federal	96,36	96,87
São Paulo	35,61	44,85
Paraná	14,09	16,38
Santa Catarina	10,37	13,81
Rio Grande do Sul	23,02	26,11
Mato Grosso	17,06	19,26
Goiás	4,37	7,47
BRASIL	21,57	26,88

Entre as 11 grandes aglomerações de mais de 100 000 habitantes existentes em 1950, a que teve maior crescimento absoluto no período de 1940 a 1950 foi a da cidade de São Paulo, cuja população excedia, na segunda data, de 758 543 habitantes a recenseada na primeira; mas, a que teve maior cres-

cimento relativo foi a da cidade de Belo Horizonte, cuja população quase duplicou nos 10 anos do período considerado, passando de 177 004 para 338 585 habitantes, com um aumento de 161 581 habitantes, ou seja, 91,29%.

Tabela XLIV

O crescimento da população das 11 maiores aglomerações urbanas entre 1940 e 1950 [1]

AGLOMERAÇÕES	POPULAÇÃO		AUMENTO ENTRE 1940 e 1950	
	Em 1940	Em 1950	Absoluto	Percentual
1. Rio de Janeiro	1 700 000	2 303 063	603 063	35,47
2. São Paulo	1 258 482	2 017 025	758 543	60,27
3. Recife	323 177	512 370	189 193	58,54
4. Salvador	290 443	389 422	98 979	34,08
5. Pôrto Alegre	259 246	375 049	115 803	44,67
6. Belo Horizonte	177 004	338 585	161 581	91,29
7. Belém	164 673	225 218	60 545	36,77
8. Fortaleza	140 901	205 052	64 151	45,53
9. Santos	155 894	198 405	42 511	27,27
10. Niterói	124 507	170 868	46 361	37,24
11. Curitiba	99 440	138 178	38 738	38,96

[1] O crescimento de tôdas as aglomerações que já possuíam mais de 5 000 habitantes em 1940, pode ser encontrado na tabela *B*, no fim dêste trabalho.

Na tabela XLV aparecem, em seguida, as 50 aglomerações urbanas que acusaram maior crescimento entre 1940 e 1950, colocados na ordem decrescente de grandeza dos respectivos aumentos absolutos de população.

Tabela XLV

As 50 aglomerações urbanas que acusaram maior crescimento absoluto entre 1940 e 1950

AGLOMERAÇÕES	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO		AUMENTO ENTRE 1940 E 1950	
		Em 1940	Em 1950	Absoluto	Percentual
1. São Paulo	São Paulo	1 258 482	2 017 025	758 543	60,27
2. Rio de Janeiro	Distrito Federal	1 700 000	2 303 063	603 063	35,47
3. Recife	Pernambuco	323 177	512 370	189 193	58,54
4. Belo Horizonte	Minas Gerais	177 004	338 585	161 581	91,29
5. Pôrto Alegre	R. G. do Sul	259 246	375 049	115 803	44,67
6. Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	104 840	206 561	101 721	97,02
7. Salvador	Bahia	290 443	389 422	98 979	34,08
8. Fortaleza	Ceará	140 901	205 052	64 151	45,53
9. Belém	Pará	172 755	233 386	60 631	35,10
10. Santo André	São Paulo	70 280	117 404	47 124	67,05
11. Niterói	Rio de Janeiro	124 507	170 868	46 361	37,24
12. Natal	R. G. do Norte	51 479	94 812	43 333	84,18
13. Santos	São Paulo	155 894	198 405	42 511	27,27
14. Curitiba	Paraná	99 440	138 178	38 738	38,96
15. Campina Grande	Paraíba	33 818	72 464	38 646	114,28
16. São Gonçalo	Rio de Janeiro	66 682	101 002	34 320	51,47
17. Goiânia	Goiás	14 943	39 871	24 928	166,82
18. Manaus	Amazonas	66 854	89 612	22 758	34,04
19. Londrina	Paraná	10 531	33 095	22 564	214,26
20. Campinas	São Paulo	77 779	99 156	21 377	27,48
21. Sorocaba	São Paulo	53 152	74 553	21 401	40,26
22. Jaboatão	Pernambuco	13 060	34 179	21 119	161,71
23. São Luís	Maranhão	58 735	79 731	20 996	35,75
24. João Pessoa	Paraíba	76 561	96 265	19 704	25,74
25. Petrópolis	Rio de Janeiro	52 527	72 007	19 480	37,09
26. Caruaru	Pernambuco	24 264	43 501	19 237	79,28
27. Maceió	Alagoas	80 045	99 088	19 043	23,79
28. Bauru	São Paulo	32 796	51 734	18 938	57,74
29. Juàzeiro do Norte	Ceará	23 490	41 999	18 509	78,80
30. Aracaju	Sergipe	50 306	67 539	17 233	34,26
31. Mogi das Cruzes	São Paulo	14 359	31 300	16 941	117,98
32. Teresina	Piauí	34 695	51 418	16 723	48,20

As 50 aglomerações urbanas que acusaram maior crescimento absoluto entre 1940 e 1950

	AGLOMERAÇÕES	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO		AUMENTO ENTRE 1940 E 1950	
			Em 1940	Em 1950	Absoluto	Percentual
33.	Ribeirão Prêto	São Paulo	46 946	63 312	16 366	34,86
34.	Pelotas	R. G. do Sul	61 985	78 014	16 029	25,86
35.	Florianópolis	Santa Catarina	32 246	48 264	16 018	49,67
36.	São Vicente	São Paulo	12 983	28 012	15 029	115,76
37.	Campos	Rio de Janeiro	58 031	72 980	14 949	25,76
38.	Governador Valadares	Minas Gerais	5 734	20 357	14 623	255,02
39.	Caxias do Sul	R. G. do Sul	17 180	31 561	14 381	83,71
40.	Presidente Prudente	São Paulo	12 637	26 790	14 153	112,00
41.	Juiz de Fora	Minas Gerais	70 849	84 995	14 146	19,97
42.	Rio Grande	R. G.do Sul	49 337	63 235	13 898	28,17
43.	Piracicaba	São Paulo	31 923	45 782	13 859	43,41
44.	Ponta Grossa	Paraná	29 360	42 875	13 515	46,03
45.	Uberlândia	Minas Gerais	21 530	34 866	13 336	61,94
46.	São José do Rio Prêto	São Paulo	23 972	36 942	12 970	54,10
47.	Feira de Santana	Bahia	14 131	26 559	12 428	87,95
48.	Nova Friburgo	Rio de Janeiro	16 041	28 458	12 417	77,41
49.	São José dos Campos	São Paulo	13 491	25 892	12 401	91,92
50.	Barra Mansa	Rio de Janeiro	8 839	20 893	12 054	136,37

As 50 aglomerações urbanas que acusaram maior crescimento absoluto no decênio intercensitário de 1940 a 1950 assim se distribuem pelas Unidades da Federação:

Unidades	*Número*
São Paulo	13
Rio de Janeiro	7
Minas Gerais	4
Rio Grande do Sul	4
Paraná	3
Pernambuco	3
Bahia	2
Ceará	2
Paraíba	2
Amazonas	1
Pará	1
Maranhão	1
Piauí	1
Rio Grande do Norte	1
Alagoas	1
Sergipe	1
Goiás	1
Santa Catarina	1
Distrito Federal	1
TOTAL	50

Deve-se notar que nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Goiás e Santa Catarina, a única aglomeração que aparece com importante aumento absoluto de população corresponde à respectiva Capital. Nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Bahia, Ceará e Paraíba, onde se registraram importantes aumentos de população em mais de uma aglomeração, uma delas também corresponde à respectiva Capital.

De outro lado, pode-se ver que entre as 50 aglomerações que acusaram maior aumento absoluto de população entre 1940 e 1950, algumas há que acusaram, ao mesmo tempo, um extraordinário crescimento relativo, ou seja

uma expansão demográfica muito rápida. Entre elas destacam-se Governador Valadares, em Minas Gerais, com 255% de aumento de população entre 1940 e 1950, Londrina, no Paraná (214%), Goiânia, em Goiás (167%), Jaboatão, em Pernambuco (162%), Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro (136%), Mogi das Cruzes, São Vicente e Presidente Prudente, todos no Estado de São Paulo (118%, 116% e 112%, respectivamente), e Campina Grande, na Paraíba (114%). Esta última cidade constitui um importante ponto de concentração dos emigrantes nordestinos que se dirigem para as regiões Leste e Sul do País; Governador Valadares fica no eixo dessas correntes de migração interior; Londrina, Goiânia e Presidente Prudente, constituem metas importantes dessas correntes; e Jaboatão, Barra Mansa, Mogi das Cruzes e São Vicente se destacam pela sua privilegiada situação, a primeira nas proximidades do Recife, a segunda em zona de grande progresso industrial, intermediária às duas grandes metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, e as outras duas nas proximidades da Capital paulista e do pôrto de Santos, respectivamente.

Os fatôres do crescimento das populações urbanas

No citado estudo sôbre as aglomerações urbanas no Brasil, em 1950 [26], estima-se, com base em outros trabalhos do Laboratório de Estatística, que o aumento da população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, ocorrido entre 1940 e 1950 (aumento de 5 040 711 habitantes), cinde-se nas seguintes parcelas:

AUMENTO VEGETATIVO (nascimentos — óbitos)	das 8 maiores aglomerações:[29] 603 950 habitantes, i.e., 11,98% do aumento total;
	das demais aglomerações com mais de 5 000 habitantes em 1940: 917 055 habitantes, i.e., 18,19% do aumento total;
AUMENTO MIGRATÓRIO	das 8 maiores aglomerações:[29] 1 447 908 habitantes, i.e., 28,73% do aumento total;
	das demais aglomerações com mais de 5 000 habitantes em 1940: 874 618 habitantes, i.e., 17,35% do aumento total;

População das aglomerações que em 1940 não excediam e que em 1950 excedem 5 000 habitantes:

	1 197 180 habitantes, i.e., 23,75% do aumento total;
TOTAL	5 040 711 habitantes, i.e., 100,00% do aumento total.

As aglomerações urbanas tiveram as suas populações aumentadas em virtude tanto do seu próprio crescimento vegetativo quanto da absorção que exerceram sôbre as populações rurais. Êsse segundo fator de crescimento

[29] Cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Belém, e Fortaleza.

urbano, porém, é bastante mais importante do que o primeiro, de vez que as migrações interiores contribuíram com 2 275 000 habitantes para o aumento global de população das aglomerações urbanas no período 1940/1950 [30], enquanto o crescimento vegetativo contribuiu com 1 521 005 habitantes, apenas, para o mesmo fim.

O crescimento relativo da população urbana no período de referência foi muito maior do que o verificado para a população total do Brasil. A população das aglomerações urbanas em 1940 — 8 899 202 habitantes — subiu, em 1950, para 12 742 733, acusando um aumento de 3 843 531 habitantes, ou seja, de 43,19%. A população do País, em conjunto, que era de 41 252 944 habitantes em 1940, passou para 51 975 994 habitantes em 1950, registrando um aumento relativo de 25,99%, muito inferior, portanto, ao verificado na população urbana.

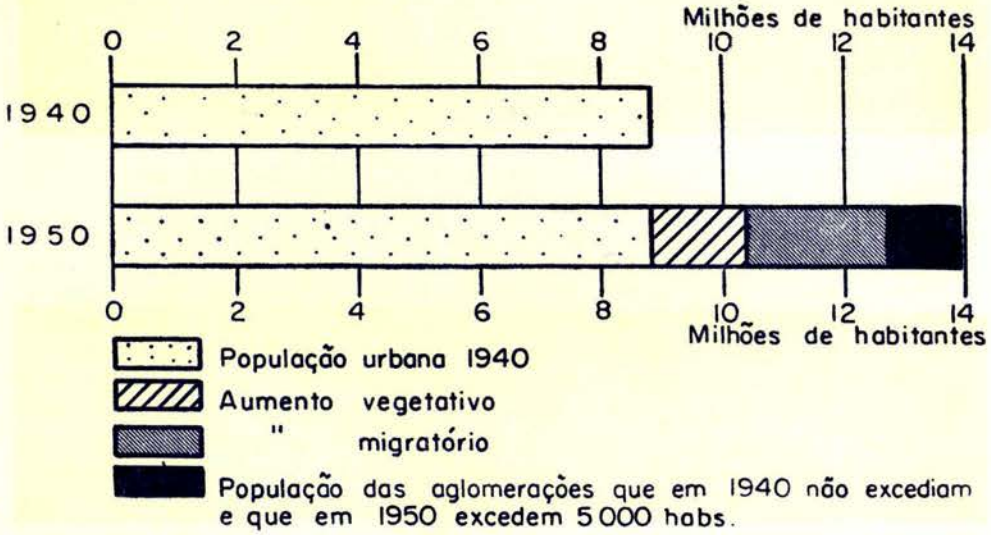

Fig. 26 — *Aumento das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950*

O crescimento demográfico das maiores cidades do Brasil no decênio 1940/1950

Pouco mais de um oitavo da população brasileira — cêrca de 6,8 milhões de habitantes — achava-se presente, em 1950, no Distrito Federal e nos sete mais populosos Municípios do País, todos êles, por coincidência, Municípios de Capitais estaduais.

No período decorrido entre os censos de 1940 e 1950, a população dessas oito Capitais [31] aumentou de quase 2,2 milhões de habitantes, ou seja, de 47,62%. No resto do País, a população aumentou de cêrca de 8,5 milhões de habitantes, ou seja, de 23,28%.

Em um estudo do Laboratório de Estatística [32], o aumento demográfico das citadas Capitais é decomposto em seus elementos componentes, determinando-se aproximadamente a parcela devida ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, e a parcela devida ao excedente das imigrações sôbre as emigrações, constantes da tabela seguinte.

---

[30] O aumento migratório das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950 foi de 2 322 526 hab., dos quais 2 275 000 representam o saldo das migrações interiores e cêrca de 45 000 a 50 000 o saldo das migrações internacionais.

Tabela XLVI

Crescimento natural e imigratório do Distrito Federal e das sete maiores Capitais estaduais, entre 1940 e 1950

CAPITAL	AUMENTO DA POPULAÇÃO				
	Total	Natural		Imigratório	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Rio de Janeiro (DF)	613 310	175 764	28,66	437 546	71,34
São Paulo	871 835	239 553	27,48	632 282	72,52
Recife	176 258	42 551	24,14	133 707	75,86
Salvador	126 792	37 121	29,28	89 671	70,72
Pôrto Alegre	121 919	34 088	27,96	87 831	72,04
Belo Horizonte	141 347	41 867	29,62	99 480	70,38
Fortaleza	89 984	33 080	36,76	56 904	63,24
Belém	48 618	34 575	71,12	14 043	28,88
TOTAL	*2 190 063*	*638 599*	*29,16*	*1 551 464*	*70,84*

Mais de sete décimos do crescimento demográfico das 8 Capitais foram devidos às imigrações, não chegando o incremento natural a constituir três décimos do total.

Em tôdas as Capitais, com exceção de Belém, onde o incremento natural foi fortemente preponderante, o crescimento demográfico dependeu principalmente da contribuição imigratória. A quota do incremento imigratório excede sete décimos em cinco Capitais, atingindo o máximo de 75,86% no Recife. Fica abaixo dêsse limite, mas ainda em nível elevado, em Fortaleza (63,24%), caindo para um valor baixo apenas em Belém (28,88%), como já foi ressaltado.

As oito Capitais absorveram cêrca de 1,5 milhões do incremento natural de quase 10 milhões de habitantes verificado no resto do País entre os censos de 1940 e 1950. Dois terços dêste contingente — cêrca de 1 milhão de habitantes — afluíram às duas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

---

[31] Considera-se o Distrito Federal como o Município da Capital do Brasil.

[32] "O aumento da população das grandes cidades do Brasil entre 1940 e 1950", GIORGIO MORTARA, Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, — *Estatística Demográfica, n.º 17*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

MIGRAÇÕES INTERNAS, PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DAS POPULAÇÕES URBANAS

ATRAVÉS da história, as populações humanas se caracterizaram pela sua mobilidade. Os deslocamentos populacionais tornaram-se mais intensos e rápidos desde cêrca de um século, com o advento da revolução industrial, que provocou, no interior de cada país por ela atingido, uma redistribuição regional da população. Essa revolução é caracterizada, estatìsticamente, pelo "brusco crescimento das cidades e das populações urbanas das regiões industriais e pela rarefação concomitante da população rural".[33] As migrações internas nos países em fase de transição da economia predominantemente agrícola para a economia industrial são, portanto, principalmente movimentos de êxodo rural.

A diminuição relativa da população agrícola "constitui simplesmente a tradução demográfica de um fenômeno de civilização humana; o progresso técnico permite ao homem satisfazer um número cada vez maior de necessidades, e como a produção agrícola satisfaz apenas necessidades fisiológicas, portanto limitadas, tais necessidades, que eram nos primórdios da humanidade as únicas a serem atendidas, não representam mais senão uma fração cada vez menor do número sempre crescente daquelas atualmente satisfeitas".[34]

Assim, os sombrios julgamentos sôbre o êxodo rural são freqüentemente errôneos e baseados em apreciações insuficientes. O fenômeno constitui, realmente, uma manifestação patológica, quando numa região ainda deficientemente povoada a saída de habitantes agrava mais ainda tal situação. Com a diminuição do número de habitantes de uma região abaixo de um certo limite "o mecanismo social necessário se torna muito dispendioso, e difícil se faz proporcionar à esta população reduzida as facilidades e o bem estar da vida".[34] De maneira geral, onde o problema do êxodo rural existe realmente, êle é tanto mais sério quanto menos densa é a população.

Conforme ensina Pierre Fromont, "a libertação de trabalhadores agrícolas e sua transferência para outras atividades constitui a essência do êxodo rural e é, ao mesmo tempo, a condição de todo progresso. Assim, longe de aparecer como um fenômeno patológico, o êxodo rural se revela como manifestação de vitalidade de um organismo em progresso. É a sua ausência que constitui um sintoma de má saúde; ela traduz a incapacidade do organismo em causa de progredir". Exemplificando, prossegue: "os campos do Extremo Oriente se revelam incapazes de alimentar um êxodo rural e sofrem com essa incapacidade. Até 1928, os campos da Rússia conheceram o mesmo mal estar". E assim termina :"sem dúvida, é preciso concluir que o progresso técnico agrícola é muito mais importante para o homem do que o progresso industrial, mas é preciso também não esquecer que o seu fim supremo é o de libertar dos campos uma parte de sua mão-de-obra para colocá-la à disposição de novas atividades".[34]

No Brasil, os movimentos de migração interna assumem grande importância e são muito variados. Além das correntes dirigidas das zonas rurais para as cidades, encontram-se as dirigidas de certas zonas rurais menos favo-

[33] "Introduction à l'étude géographique de la population du monde", PIERRE GEORGE, Institut National d'Études Demographiques, Presses universitaires de France, 1951.
[34] "Démographie économique", PIERRE FROMONT — Bibliothèque scientifique, Payot, Paris, 1947.

recidas pela natureza, ou sujeitas a flagelos periódicos, para outras zonas rurais, isentas de calamidades, e possuidoras de condições de solo e clima mais favoráveis.

Infelizmente não se pode acompanhar o processamento das trocas de população entre diferentes partes do País por causa da falta de estatísticas de entradas e saídas de migrantes. Pode-se, entretanto, realizar um "balanço" dos movimentos migratórios através dos recenseamentos, obtendo-se os "saldos" ativos ou passivos das entradas e saídas. Os dados assim obtidos são suficientes para dar uma idéia da importância das diversas correntes e para permitir estabelecer a origem e o destino das principais. Indicações das tendências que se manifestam no volume e na direção dessas correntes são colhidas pela análise comparativa dos resultados de recenseamentos sucessivos.

Achavam-se fora da Unidade da Fedreação em que nasceram, 3,4 milhões de brasileiros em 1940 e 5,2 em 1950, correspondendo, respectivamente, a 8,5% na primeira data e a 10,3% na segunda, do total dos brasileiros natos presentes no País. Intensificou-se, portanto, o movimento de migração interior no último decênio intercensitário.

Os resultados das trocas de população entre as diversas Unidades da Federação resumem-se nos dados da tabela XLVII, que representam o ganho ou a perda de cada Unidade, por efeito das migrações interiores, conforme a situação em 1.º de julho de 1950.

Tabela XLVII

Ganho ou perda de cada Unidade, por efeito das migrações interiores — 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	GANHO (+) (habitantes)	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PERDA (—) (habitantes)
1. Distrito Federal	788 000	1. Minas Gerais	— 1 156 000
2. Paraná	590 000	2. Bahia	— 289 000
3. São Paulo	557 000	3. Rio Grande do Sul	— 161 000
4. Goiás	244 000	4. Ceará	— 161 000
5. Serra dos Aimorés (1)	118 000	5. Paraíba	— 147 000
6. Maranhão	61 000	6. Alagoas	— 141 000
7. Mato Grosso	42 000	7. Rio de Janeiro	— 138 000
8. Santa Catarina	33 000	8. Pernambuco	— 104 000
9. Amapá	30 000	9. Sergipe	— 71 000
10. Rondônia	29 000	10. Piauí	— 59 000
11. Acre	16 000	11. Espírito Santo	— 55 000
12. Rio Branco	14 000	12. Rio Grande do Norte	— 26 000
13. Fernando de Noronha	500	13. Pará	— 10 000
		14. Amazonas	— 4 000

FONTE: — Laboratório de Estatística do IBGE.
[1] Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Apresentam ganhos 12 Unidades da Federação, e mais a Serra dos Aimorés, região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O maior ganho corresponde ao Distrito Federal (+ 788 000), sendo também consideráveis os ganhos do Paraná (+ 590 000), São Paulo (+ 557 000) e Goiás (+ 244 000).

Apresentam perdas 14 Unidades. A maior perda corresponde ao Estado de Minas Gerais (— 1 156 000), sendo muito menores, mais ainda importantes, as perdas da Bahia (— 289 000), Rio Grande do Sul (— 161 000), Ceará (— 161 000), Paraíba (— 147 000), Alagoas (— 141 000), Estado do Rio de Janeiro (— 138 000) e Pernambuco (— 104 000).

Os principais destinos das correntes de migração interior, identificados pelos maiores saldos ativos das trocas migratórias, correspondem às Unidades Políticas onde se situam as duas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo

e àquelas onde se situam algumas zonas rurais de recente e pujante desenvolvimento econômico (Paraná e Goiás).

As principais procedências correspondem a Estados com caráter predominantemente rural.[35]

Embora ainda de pequena importância, há correntes migratórias que procuram Unidades do Norte e do Centro-Oeste, nas quais se tem intensificado ùltimamente o povoamento.

Entre os naturais dos diversos Estados, os que relativamente mais emigram são os fluminenses, os alagoanos, os capichabas, os mineiros, os sergipanos, os paraibanos e os piauienses, que se encontram fora dos respectivos Estados natais em elevadas proporções, variáveis entre 13% e 21% do seu número total; os que relativamente menos emigram são os paranaenses, os gaúchos e os goianos, dos quais apenas cêrca de 4 a 5% se acham fora do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Goiás, respectivamente.

A proporção dos imigrados é muito elevada no Distrito Federal, superior a 40% dos brasileiros natos presentes nesta Unidade; atinge valores também relativamente altos nos Estados do Paraná, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo, variáveis entre 12% e 32% do total de brasileiros natos presentes nessas Unidades. As proporções mais baixas de imigrados correspondem aos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, da Bahia e do Ceará, em cuja população se encontram apenas de 1% a 4%, aproximadamente, de naturais de outras Unidades .

Tabela XLVII-A

Distribuição dos brasileiros natos, presentes em 1.º-VII-1950, segundo a Unidade de nascimento, com discriminação dos presentes na própria Unidade e dos presentes em outras Unidades

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NATURAIS DA UNIDADE PRESENTES EM 1.º-VII-1950			PERCENTAGENS DOS PRESENTES EM OUTRAS UNIDADES
	No Brasil	Na própria Unidade	Em outras Unidades	
Rondônia	6 001	5 702	299	4,98
Acre	97 503	84 190	13 313	13,65
Amazonas	512 351	458 973	53 378	10,42
Rio Branco	4 135	4 019	116	2,81
Pará	1 123 972	1 042 540	81 432	7,25
Amapá	7 003	6 886	117	1,67
Maranhão	1 520 377	1 420 188	100 189	6,59
Piauí	1 103 534	958 588	144 946	13,13
Ceará	2 852 855	2 584 369	268 486	9,41
Rio Grande do Norte	993 334	889 665	103 669	10,44
Paraíba	1 858 103	1 611 323	246 780	13,28
Pernambuco	3 491 249	3 180 111	311 138	8,91
Alagoas	1 232 802	1 025 552	207 250	16,81
Fernando de Noronha	86	31	55	63,95
Sergipe	715 114	607 635	107 479	15,03
Bahia	5 112 440	4 682 223	430 217	8,42
Minas Gerais	8 836 270	7 469 031	1 367 239	15,47
(Serra dos Aimorés) (1)	41 347	41 347	—	—
Espírito Santo	909 623	761 769	147 854	16,25
Rio de Janeiro	2 393 863	1 889 733	504 130	21,06
Distrito Federal	1 365 513	1 223 460	142 053	10,40
São Paulo	7 867 588	7 360 340	507 248	6,45
Paraná	1 446 387	1 375 077	71 310	4,93
Santa Catarina	1 507 119	1 388 371	118 748	7,88
Rio Grande do Sul	4 245 121	4 039 545	205 576	4,84
Mato Grosso	459 676	423 642	36 034	7,84
Goiás	965 936	928 673	37 263	3,86
BRASIL	(2) *50 669 302*	*45 462 983*	*5 206 319*	*10,28*

FONTE: — Laboratório de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[1] Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. [2] Exclusive 57 811 brasileiros natos dos quais não foi especificada a Unidade de nascimento, ou que nasceram no exterior ou em navio.

[35] Deve-se notar, entretanto, que São Paulo, o mais urbanizado dos Estados do Brasil, apesar de acusar um forte saldo ativo nas trocas migratórias, forneceu um importante contingente de imigrantes para o Paraná no decênio 1940/1950.

Tabela XLVII-B

Distribuição dos brasileiros natos, presentes em 1.º-VII-1950, segundo a Unidade de presença, com discriminação dos naturais da própria Unidade e dos naturais de outras Unidades

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES EM 1.º-VII-1950			PERCENTAGENS DOS NATURAIS DE OUTRAS UNIDADES
	TOTAL	Naturais da própria Unidade	Naturais de outras Unidades	
Rondônia	34 838	5 702	29 061	83,42
Acre	113 609	84 190	29 309	25,80
Amazonas	508 897	458 973	49 605	9,75
Rio Branco	17 901	4 019	13 844	77,34
Pará	1 115 016	1 042 540	71 770	6,44
Amapá	36 973	6 886	30 063	81,31
Maranhão	1 582 157	1 420 188	161 117	10,18
Piauí	1 045 419	958 588	86 330	8,26
Ceará	2 693 852	2 584 369	107 538	3,90
Rio Grande do Norte	967 417	889 665	77 288	7,99
Paraíba	1 712 688	1 611 323	100 159	5,85
Pernambuco	3 389 573	3 180 111	207 310	6,12
Alagoas	1 092 695	1 025 552	66 675	6,10
Fernando de Noronha	579	31	548	94,65
Sergipe	644 097	607 635	36 170	5,62
Bahia	4 826 278	4 682 223	140 894	2,92
Minas Gerais	7 684 837	7 469 031	210 868	2,74
(Serra dos Aimorés) (1)	159 862	41 347	118 396	74,06
Espírito Santo	854 968	761 769	92 787	10,85
Rio de Janeiro	2 258 480	1 889 733	365 756	16,19
Distrito Federal	2 166 272	1 223 460	929 846	42,92
São Paulo	8 440 768	7 360 340	1 064 009	12,61
Paraná	2 038 860	1 375 077	661 456	32,44
Santa Catarina	1 541 297	1 388 371	151 651	9,84
Rio Grande do Sul	4 086 373	4 039 545	44 435	1,09
Mato Grosso	502 274	423 642	78 070	15,54
Goiás	1 211 123	928 673	281 364	23,23
BRASIL	(2) *50 727 113*	*45 462 983*	*5 206 319*	*10,26*

FONTE: — Laboratório de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[1] Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. [2] Exclusive 57 811 brasileiros natos dos quais não foi especificada a Unidade de nascimento, ou que nasceram no exterior ou em navio.

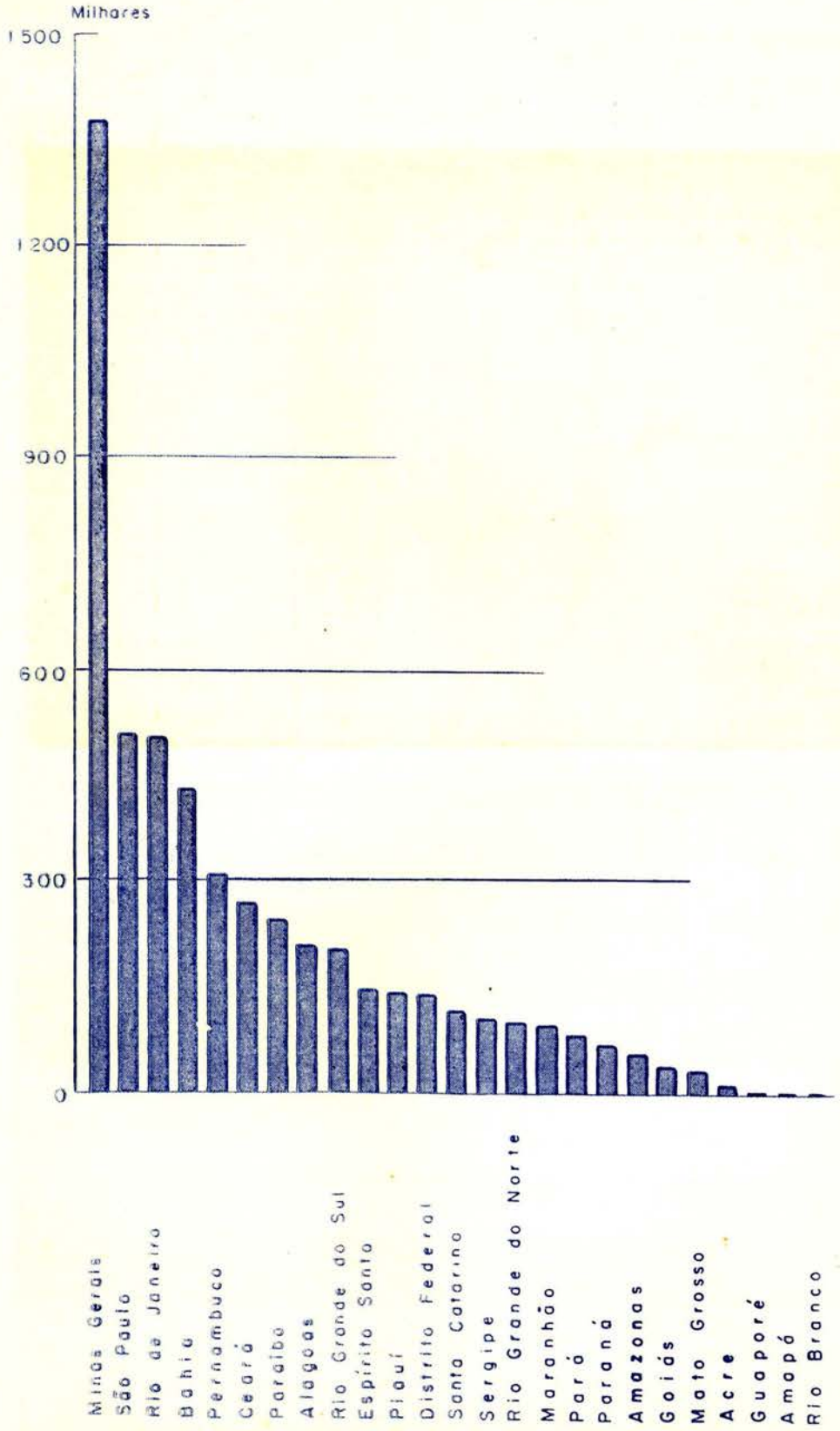

Fig. 27 — *Naturais da Unidade da Federação indicada, presentes em outras Unidades, em 1950*

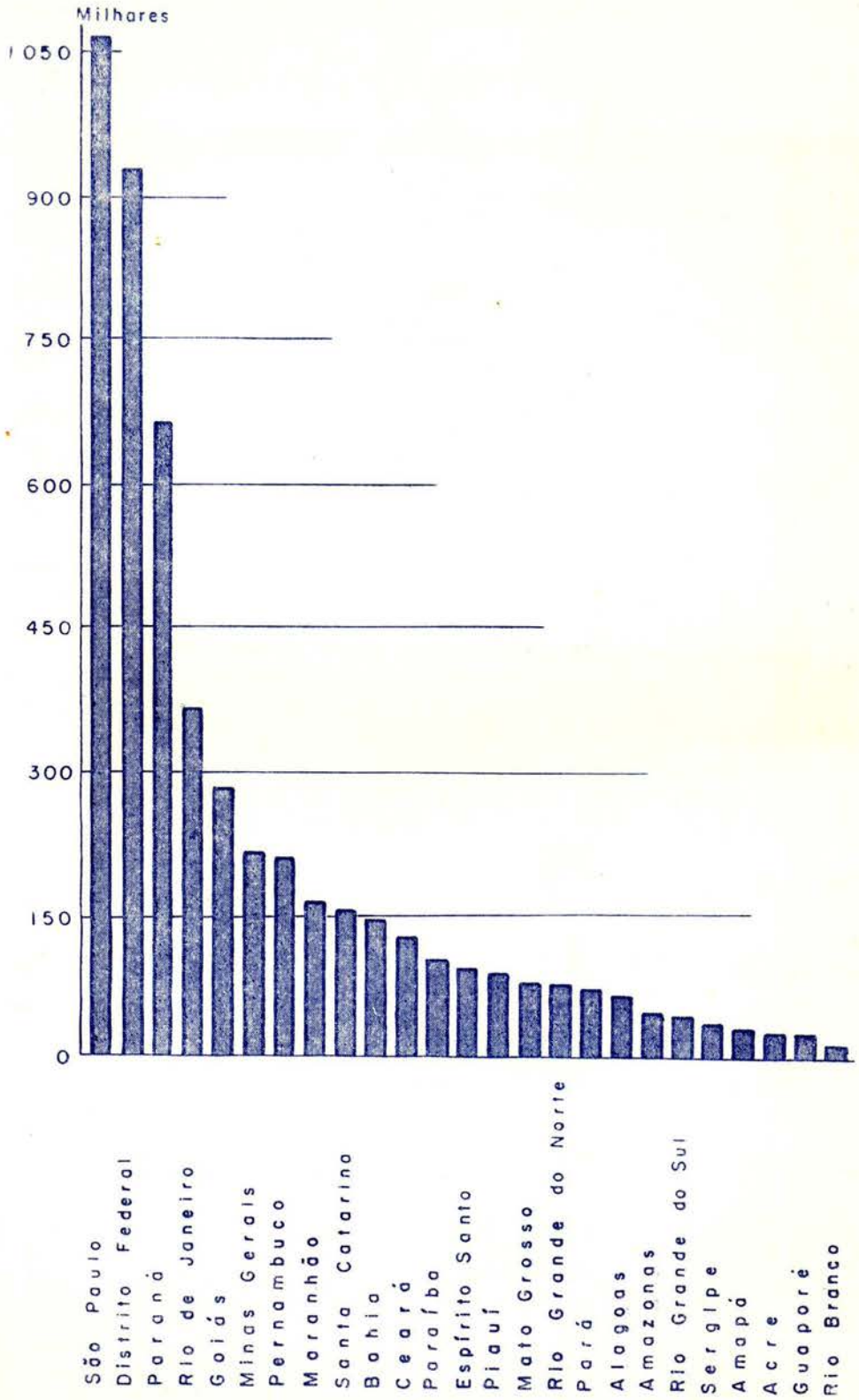

Fig. 28 — *Naturais de outras Unidades da Federação, presentes na Unidade indicada, em 1950*

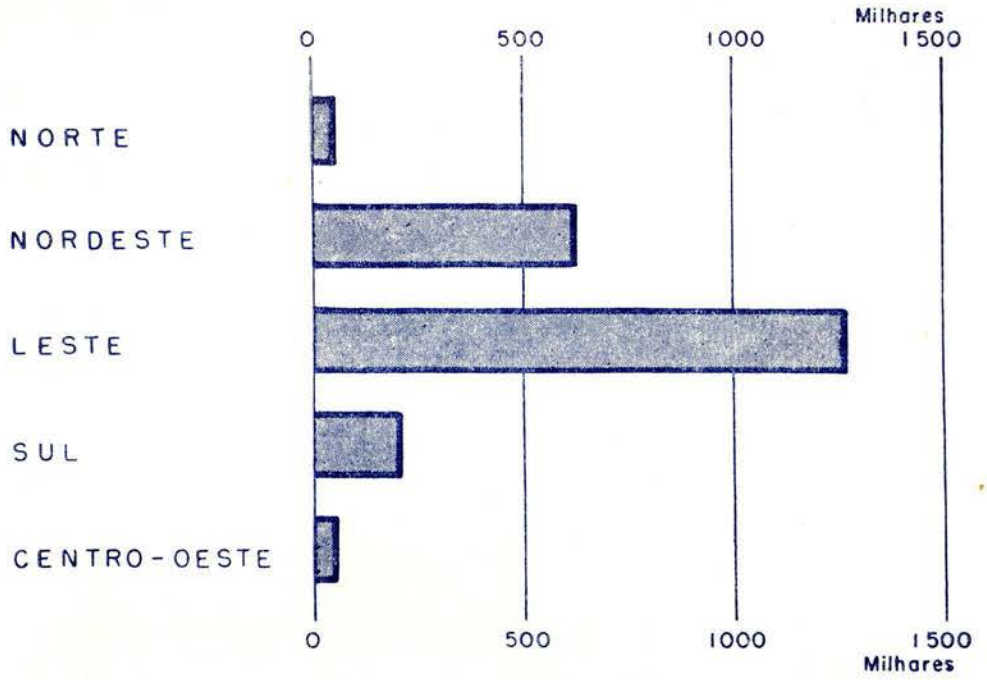

Fig. 29 — *Naturais da região fisiográfica indicada, presentes em outras regiões, em 1950*

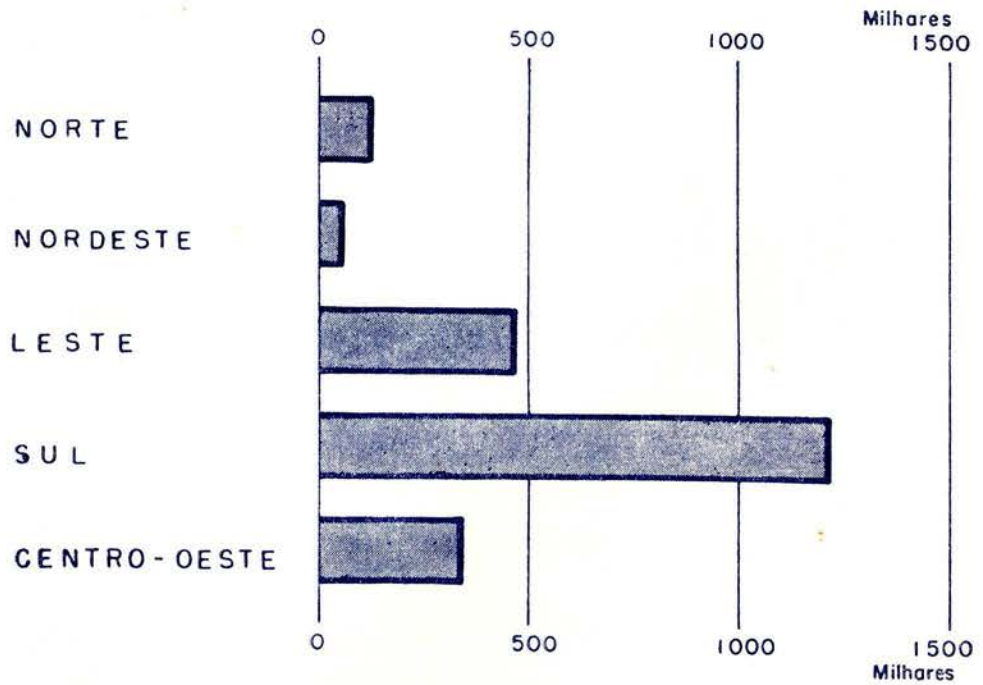

Fig. 30 — *Naturais de outras regiões fisiográficas, presentes na região indicada, em 1950*

Fig. 31 — *Distribuição dos naturais da região Leste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950.*

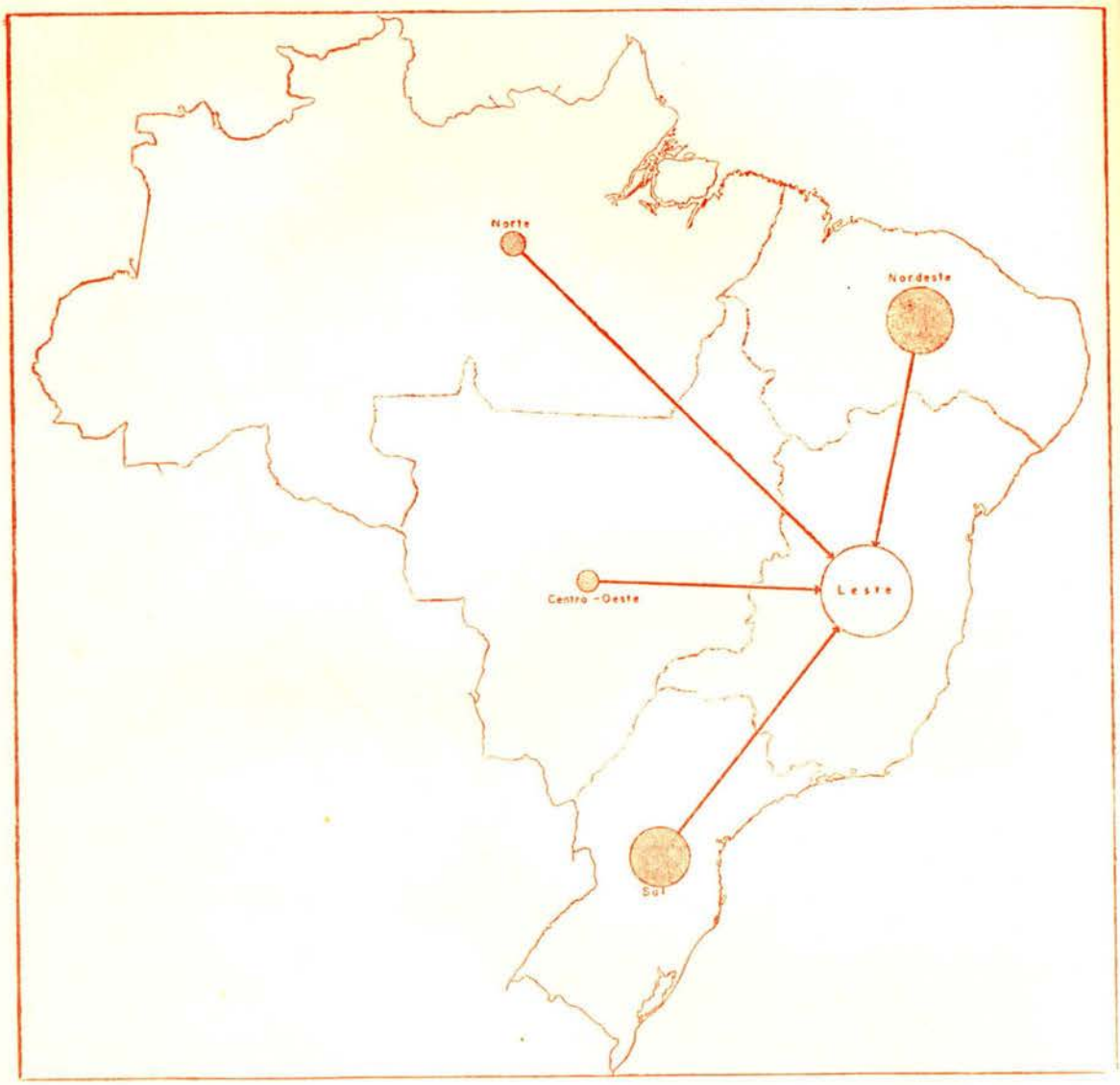

Fig. 32 — *Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Leste, segundo a região de nascimento, em 1950*

Fig. 33 — *Distribuição dos naturais da região Sul, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950*

Fig. 34 — *Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Sul, segundo a região de nascimento, em 1950*

Fig. 35 — *Distribuição dos naturais da região Nordeste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950*

Fig. 36 — *Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Norte, segundo a região de nascimento, em 1950*

Fig. 37 — *Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Centro-Oeste, segundo a região de nascimento, em 1950*

Influência das migrações interiores sôbre a variação da população urbana e rural

As correntes de migração interior no Brasil, embora muito variadas, orientam-se mais freqüentemente para as cidades, conforme se pode deduzir pela apreciação dos dados constantes da tabela XLVIII.

Tabela XLVIII

Crescimento da população rural e da população urbana no decênio anterior ao censo de 1950
(Milhares de habitantes)

ÁREA	CRESCIMENTO NATURAL (Nascimentos — Óbitos)	CRESCIMENTO MIGRATÓRIO		CRESCIMENTO TOTAL
		Devido a migrações exteriores	Devido a migrações interiores	
Urbana (1).....	3 150	52	2 743	5 945
Rural.....	7 600	60	— 2 743	4 917
TOTAL.....	*10 750*	*112*	—	*10 862*

FONTE: — Laboratório de Estatística do IBGE.
[1] Considera-se aqui como área urbana o conjunto dos quadros administrativos urbano e suburbano.

Nos dez anos precedentes à data do censo de 1950 (1.º de julho), a população das áreas urbanas do Brasil aumentou de 5 945 000 habitantes. Para êste aumento, o crescimento natural contribuiu com 3 150 000 indivíduos, a migração exterior com 52 000 e a migração interior com 2 743 000. Êste último número representa, ao mesmo tempo, a perda sofrida pela população das áreas rurais, que embora acrescidas de 7 600 000 indivíduos por crescimento natural, tiveram um aumento líquido de apenas 4 917 000, dos quais 60 000 pela imigração exterior.

É, pois, evidente, a tendência para a crescente concentração da população nas áreas urbanas.

No intercâmbio migratório entre zonas rurais de diferentes Unidades ou Regiões Fisiográficas, prevalece, em geral, o sexo masculino. Esta predominância é forte especialmente nas correntes dirigidas para zonas de atividades extrativas, onde as condições de vida são pouco adequadas à natureza feminina. Pelo contrário, as levas migratórias dirigidas das zonas rurais para as cidades são constituídas, em sua maioria, por mulheres. Êste fenômeno se verifica especialmente nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, às quais se dirigem numerosas moças em busca de emprêgo nos serviços domésticos, nos serviços sociais, nas indústrias e no comércio. A conseqüência se revela na representação dos sexos nas populações urbanas, suburbanas e rurais: em 1950, enquanto se encontrava, no conjunto do Brasil, uma proporção de 961 mulheres por 1 000 homens nos quadros rurais, essa proporção era de 1 052 nos suburbanos e de 1 114 nos urbanos.

As migrações internas e a variação da população profissionalmente ativa no decênio 1940/1950

A INTENSA urbanização processada no decênio 1940/1950, em decorrência dos movimentos de migração interna, refletiu-se numa forte variação de estrutura da população profissionalmente ativa. Registrou-se, no decênio considerado, um decréscimo relativo de atividades na produção primária a favor de um aumento na indústria.

Referindo-se a essa modificação diz o Professor Jorge Kingston que "o Brasil segue assim o esquema clássico de transição para uma economia mais

adiantada".[36] Entretanto, ainda se observa uma grande concentração da população profissionalmente ativa na agricultura, como em todos os países subdesenvolvidos.

Tabela XLIX

Distribuição da população profissionalmente ativa, de 10 anos e mais de idade, em 1940 e em 1950
(Milhares de habitantes)

ATIVIDADES	POPULAÇÃO ATIVA		VARIAÇÃO NO DECÊNIO	PROPORÇÃO POR RAMOS (%)	
	1940	1950	(%)	1940	1950
Agricultura.....	9 454	10 571	+ 11,2	67,4	61,9
Indústrias extrativas...	391	483	+ 12,4	2,8	2,8
Manufaturas.....	1 400	2 231	+ 15,9	10,0	13,1
Comércio e Serviços...	2 775	3 786	+ 13,7	19,8	22,2
TOTAL.....	*14 020*	*17 071*	+ *12,2*	*100,0*	*100,0*

FONTE: — Op. cit. na nota 36.

Entre as diversas atividades, foi a agricultura que teve o menor aumento relativo no decênio, 11,2%; o maior, coube a manufaturas, com 15,9%.

Dêste modo, a importância relativa da agricultura — atividade essencialmente rural — caiu de 67,4% para 61,9%, enquanto a da indústria de manufaturas — atividade essencialmente urbana — subiu de 10,0% para 13,1%.

O declínio da importância relativa da agricultura não foi, contudo, uniforme, nas diversas Regiões Fisiográficas, como demonstram os dados abaixo.

Tabela L

População de 10 anos e mais de idade, ocupada na agricultura, em 1940 e em 1950
(Milhares de habitantes)

REGIÕES	POPULAÇÃO OCUPADA NA AGRICULTURA		VARIAÇÃO NO DECÊNIO (%)	PROPORÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)	
	1940	1950		1940	1950
Norte.....	264	278	+ 10,5	51,7	48,0
Nordeste.....	2 598	3 042	+ 11,7	77,2	78,7
Leste (1).....	3 406	3 611	+ 10,6	74,1	70,0
Sul.....	2 867	3 252	+ 11,3	63,2	54,4
Centro-Oeste.....	300	405	+ 13,5	73,3	78,2
BRASIL.....	*9 454*	*10 571*	+ *11,2*	*67,4*	*61,9*

FONTE: — Op. cit. na nota 36.
[1] Exclusive o Distrito Federal.

A proporção das atividades agrícolas na ocupação total baixou fortemente na região Sul (de 63,2%, em 1940, para 54,4%, em 1950), ainda acentuadamente no Leste (de 74,1% para 70,0%) e mais levemente no Norte (de 51,7% para 48,0%), "devido ao deslocamento da mão-de-obra para a indústria"".[36] Nas outras duas regiões foi o inverso que aconteceu. No Centro-Oeste (aumento de 73,3%, em 1940, para 78,2%, em 1950), "trata-se de um avanço da fronteira econômica"; mas no Nordeste (aumento de 77,2% para 78,7%), "essa ruralização parece traduzir antes a falta de trabalho para uma população que se expande ràpidamente".[36]

[36] "Alguns aspectos demográficos e econômicos da agricultura no Brasil", JORGE KINGSTON — *Revista Brasileira de Estatística, n.º 58,* 1954.

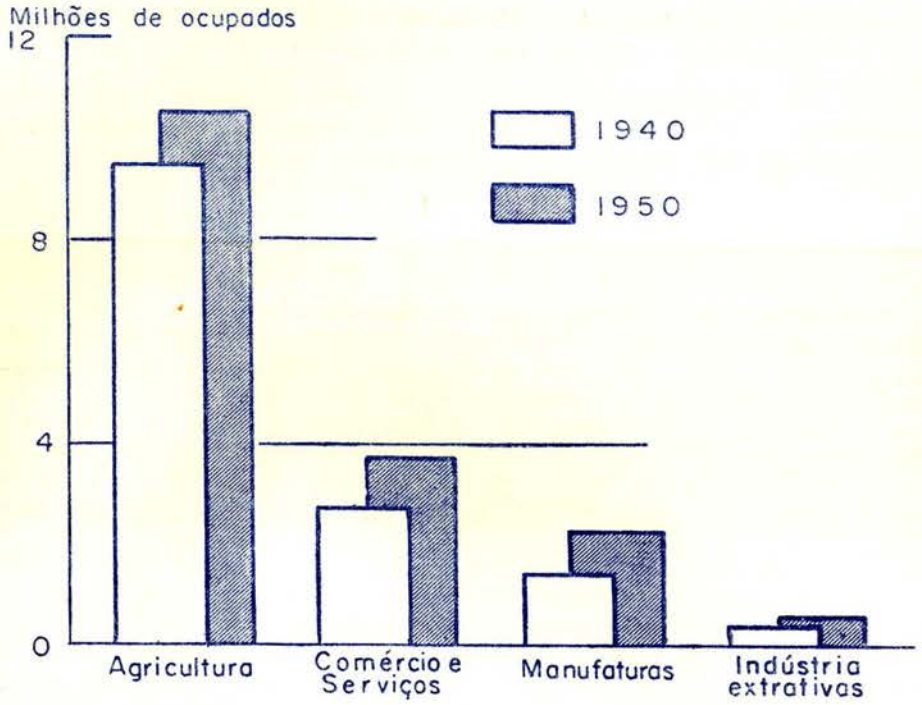

Fig. 38 — *Variação da população ocupada nos principais ramos de atividade entre 1940 e 1950*

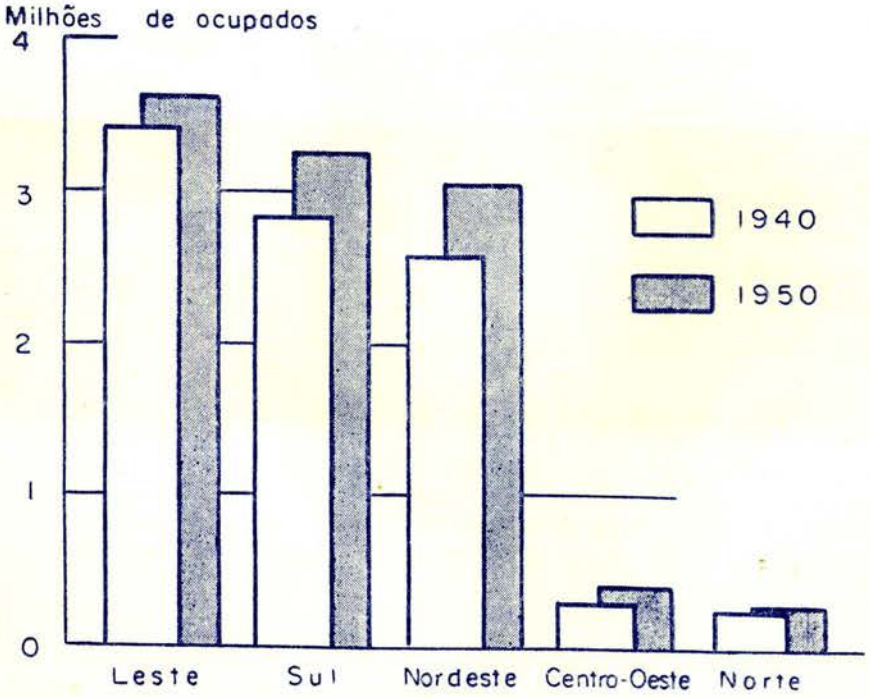

Fig. 39 — *Variação da população ocupada na agricultura nas diversas regiões fisiográficas entre 1940 e 1950*

As migrações internas e sua relação com o aparecimento das favelas

SERIA impossível considerar, em ligeiro trabalho de síntese, como êste, o problema das favelas nas grandes cidades brasileiras, sob os seus vários aspectos sociológicos, em vista da extensão e complexidade do assunto, de um lado, e da escassez de dados objetivos, de outro. Apresentam-se, todavia, a título ilustrativo, uma visão retrospectiva do desenvolvimento das favelas no Distrito Federal e uma indicação inobjetável da participação das migrações internas no fomento dessa manifestação patológica do crescimento metropolitano.

Nas aglomerações urbanas de alguma importância, as camadas mais pobres da população habitam geralmente a periferia, sendo impelidas cada vez para mais longe à medida que se torna mais intensa a expansão urbana. O Distrito Federal, como diz Alberto Passos Guimarães, não teria fugido à regra, "pois é na área suburbana, contìnuamente ampliada, onde se refugia a maior parte das populações pobres, ainda há relativamente pouco tempo distribuída em grande número pelas ruas do centro, abrigada nas habitações coletivas, nas cabeças-de-porco e nos cortiços".[37] Entretanto, continua, "nem tôda a população pobre, em sua maioria varrida do centro pelo que se considera a pressão do progresso urbano, demandou a periferia do Rio de Janeiro. Ao contrário, com o correr dos tempos, circunstâncias especiais favoreceram não só a fixação nas áreas urbanas, como, posteriormente, a convergência, para ali, de grande número de famílias das classes mais pobres. A Capital do Brasil, sem ter fugido às normas comuns por que se rege o desenvolvimento das cidades, reservou-se a peculiaridade de conservar, dentro do perímetro urbano e ao lado de zonas residenciais prósperas e confortáveis, núcleos de construções rústicas desservidos dos mais elementares melhoramentos".

Ainda segundo o testemunho do citado autor, "até pelo menos os primeiros anos dêste século muitos morros do Distrito Federal estavam pràticamente desabitados havendo relativa facilidade para a obtenção de moradias em zonas próximas, ligadas aos locais de trabalho por meios de transporte de preço e condições geralmente acessíveis. As demolições que precederam a abertura da Avenida Central produziram consideráveis deslocamentos de população para as áreas suburbanas, sendo pouco sensível a sua influência no povoamento dos morros".

Já o levantamento cadastral realizado por ocasião do recenseamento de 1920 registrava no morro da Providência, circunscrição da Gamboa, a primeira aglomeração faveleira típica, com 839 domicílios e 6 casas de negócios. Naquela época, o Salgueiro abrigava 190 domicílios, a Arrelia sòmente 6, o Cantagalo 16, a Babilônia 59 e o morro de São João 63.

Segundo dados de "Estatística Predial do Distrito Federal" resultantes de inquérito procedido em 1933 pelo govêrno metropolitano, o morro da Providência — já então denominado morro da Favela — possuía mais 659 habitações do que 13 anos antes, contando, portanto, um total de 1 504 moradias tôscas; no Salgueiro, com 609 habitações, registrara-se um acréscimo de 419. No morro de Santo Antônio não foram encontradas senão 33 casas, 61 no morro do Chico, 73 no morro da Babilônia, nenhuma no de Cantagalo.

Os casebres proliferaram, entretanto, com rapidez relativa nos morros de São Carlos e da Arrelia, onde se erguiam em número de 489 e 712, respectivamente.

"Mas, certo é que até 1933 o desenvolvimento predial nos morros não se havia generalizado", como faz notar Alberto Passos Guimarães. "A fase de crescimento intenso dos núcleos de favelados de tôda a natureza, nos morros

[37] "As favelas do Distrito Federal", ALBERTO PASSOS GUIMARÃES — *Revista Brasileira de Estatística, ano XIV, n.º 55,* CNE., 1953.

e imóveis vagos em diferentes situações, ocorre a partir de 1933 e, mais particularmente, depois de 1941, quando as dificuldades de vida do povo se tornaram piores, período em que têm início fortes elevações de preços, em que começam a revelar-se indícios mais acentuados da inflação, da valorização imobiliária, da crise atual de habitações".

Efetivamente, comparando-se os resultados da Estatística Predial de 1933, da Prefeitura, com o levantamento do Serviço Nacional de Febre Amarela, de 1940, e êste com o realizado pelo mesmo Serviço em 1949, vemos que de 1933 a 1940 surgiram em média 1 060 casebres por ano, e de 1941 a 1949, 2 702, com um incremento anual muito maior, portanto, nesse segundo período.

O Censo das Favelas, realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, iniciado nas últimas semanas do ano de 1947 e terminado em fins de março de 1948, revelou que a população presente, naquela época, nos 105 núcleos faveleiros identificados, totalizava 138 837 habitantes, dos quais 68 953 homens e 69 884 mulheres. O levantamento predial realizado simultâneamente acusou a existência de 34 567 habitações para os 138 837 favelados, o que corresponde à média de 4,01 pessoas por prédio.

Já segundo o Censo Demográfico de 1950, a população presente, em 1.º de julho daquele ano, nas favelas cariocas, ascendia a 169 305 habitantes, isto é, 7,12% da população total do Distrito Federal. Os homens, em número de 84 739, excediam levemente as mulheres, 84 566.

Entre os 169 305 favelados, 166 568 eram brasileiros natos e 2 737 estrangeiros.

Como se pode ver na última coluna da tabela LI, os cariocas, cujo número ascendia a 64 355, representam menos de 40% do total de 166 207 favelados brasileiros natos (excluídos 361 que não declararam a Unidade da Federação onde nasceram). Mais de 60% dos favelados no Distrito Federal, portanto, são provenientes de outras Unidades da Federação. O seu número atingia 101 852. Cumpre notar, porém, que entre êsses imigrados, os nascidos no Estado do Rio de Janeiro, no de Minas Gerais, e no do Espírito Santo, reunidos (85 135), formam mais da metade do total dos favelados (51,09%).

Tabela LI

Brasileiros natos presentes nas favelas do Distrito Federal, segundo o lugar de nascimento, por grupos de idade

LUGAR DE NASCIMENTO	FAVELADOS PRESENTES NO DISTRITO FEDERAL, EM IDADES DE			TOTAL
	0 a 19 anos	20 a 59 anos	60 anos e mais	
Distrito Federal	49 261	14 525	569	64 355
Estado do Rio de Janeiro	13 031	30 840	1 940	45 811
Minas Gerais	6 548	19 679	1 255	27 482
Espírito Santo	4 787	6 774	281	11 842
Leste e Nordeste (1)	3 045	10 441	643	14 129
Norte	87	406	21	514
Sul e Centro-Oeste	419	1 552	103	2 074
TOTAL (2)	*77 178*	*84 217*	*4 812*	*166 207*

FONTE: — Serviço Nacional do Recenseamento (Censo Demográfico de 1950).

[1] Exclusive Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. [2] Exclusive 361 brasileiros natos que não declararam a Unidade de nascimento.

A comparação das proporções de cariocas, fluminenses, mineiros e capichabas na população das favelas e na população total do Distrito Federal deixa

perceber, de imediato, que as favelas representaram, por assim dizer, a solução circunstancial do problema da moradia para as massas pobres imigradas para a Capital da República no último quarto de século.

NATURALIDADE	PROPORÇÃO NA POPULAÇÃO			
	(a) *das favelas* (%)		(b) *do D. Federal* (%)	
Cariocas	38,6		56,5	
Fluminenses	27,5	51,1	16,6	28,1
Mineiros	16,5		8,9	
Capichabas	7,1		2,6	

Enquanto os fluminenses, mineiros e capichabas, em conjunto, constituem apenas 28,1% da população do Distrito Federal, a sua participação na população favelada alcança a elevada proporção de 51,1%.

Outro aspecto interessante é o que diz respeito à composição por idade da população favelada. Entre os favelados imigrados para o Distrito Federal, prevalecem fortemente os em idades de 20 a 59 anos, que constituem, aproximadamente, de 60% (capichabas) a 80% (nortistas) do total dos imigrados de cada naturalidade, conforme mostra a tabela LII.

Tabela LII

Composição percentual por idade dos habitantes das favelas do Distrito Federal, classificados segundo o lugar de nascimento

LUGAR DE NASCIMENTO	PROPORÇÕES POR 100 FAVELADOS, DA NATURALIDADE INDICADA, DOS EM IDADES DE			TOTAL
	0 a 19 anos	20 a 29 anos	60 anos e mais	
Distrito Federal	76,5	22,6	0,9	100,0
Rio de Janeiro	28,5	67,3	4,2	100,0
Minas Gerais	23,8	71,6	4,6	100,0
Espírito Santo	40,4	57,2	2,4	100,0
Leste e Nordeste (1)	21,6	73,9	4,5	100,0
Norte	16,9	79,0	4,1	100,0
Sul e Centro-Oeste	20,2	74,8	5,0	100,0
TOTAL (2)	*46,4*	*50,7*	*2,9*	*100,0*

[1] Exclusive Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. [2] Exclusive 361 brasileiros natos que não declararam a Unidade de nascimento.

Em contraposição à baixa proporção de favelados cariocas de 20 a 59 anos, as altas percentagens de favelados naturais de outras Unidades, nessas idades de maior vigor físico, indicam que as migrações interiores para o Distrito Federal são constituídas, na sua maior parte, por indivíduos à busca de trabalho mais compensador, principalmente na indústria, no comércio, e nos serviços domésticos.

Não há, pois, como negar a forte contribuição das migrações internas para a formação das favelas, muito embora, como é óbvio, não sejam a causa primária da anomalia, que deve ser encontrada, antes, na falta de previsão e de planejamento do desenvolvimento urbano.

Nas condições atuais o problema é de solução extremamente difícil, pois "para arcar com o ônus da substituição de cêrca de 90 000 casebres, existentes

no Distrito Federal, por igual número de casas populares adequadas, a administração pública necessitaria, além de imensos recursos financeiros, de um longo período de tempo", como diz Alberto Passos Guimarães.

Certo é, porém, que não se poderia equacionar o problema das favelas sem antes estancar a sua vigorosa proliferação. É nesse sentido, parece, que precisam ser tentadas as medidas preliminares, entre as quais avultam, de um lado, as diretas, coibitivas da ocupação indébita de terras no Distrito Federal, e de outro, as indiretas, destinadas a mudar a orientação das correntes de migração interna, desviando-as, tanto quanto possível, das grandes metrópoles que não mais apresentam condições favoráveis para recebê-las, como é o caso do Rio de Janeiro. Novos rumos poderiam surgir graças à assistência governamental a determinadas zonas do interior do País, possuidoras de reais possibilidades de germinação econômica, que passassem a atuar como focos de atração sôbre as correntes de migração interna.

7. PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E URBANIZAÇÃO

O êxodo rural, que, como já tivemos ocasião de assinalar, constitui, em linhas gerais, um acontecimento normal e indispensável nos países em fase de industrialização, tem a sua característica marcante na permanente corrida para as cidades "não de elementos das diferentes profissões indistintamente, mas, essencialmente, de trabalhadores da agricultura".[38] Efetivamente, como também já tivemos ocasião de salientar, coube à agricultura no decênio intercensitário de 1940 a 1950, menor aumento relativo de ocupados do que o verificado para as indústrias, quer extrativas, quer transformadoras, e para o comércio e a prestação de serviços. Sem dúvida, o fato é um reflexo dessa incessante transferência de populações do campo para a cidade.

Tendo em vista o fenômeno, pergunta-se: não teria a fuga dos campos uma ação desastrosa sôbre a produção agrícola, principalmente num país como o Brasil, em que a população aumenta tão ràpidamente?

Em país de recente colonização como o nosso, porém, numa fase mais adiantada do desenvolvimento demográfico e econômico — os Estados Unidos da América do Norte — o que se viu foi uma contínua diminuição relativa da mão-de-obra agrícola, acompanhada de um aumento da produção agrícola, graças ao aumento de produtividade[39] no setor da atividade primária.

Naquele país, o êxodo rural contribuiu favoràvelmente para o progresso nacional graças a uma política econômica bem orientada no sentido do desenvolvimento das indústrias produtoras de capitais para as atividades agrícolas. Ali se tornou possível obter, de um número decrescente de trabalhadores agrícolas, uma altíssima produtividade, devido ao desenvolvimento da produção de máquinas e implementos agrícolas, adubos, fertilizantes, etc., e à criação de novos processos de cultivo, melhoria das variedades cultivadas, eficiência no combate às pragas, combate à erosão do solo, etc. Incontestàvelmente, "na disputa que, de longa data, se estabeleceu entre a agricultura e a indústria pela posse da mão-de-obra, a vitória sempre favoreceu a indústria, onde a maior produtividade do trabalho permite o pagamento de salários mais elevados", conforme diz o Professor João Lyra Madeira, mesmo porque "a participação cada vez maior da mão-de-obra disponível na indústria, em detrimento da agricultura, constitui inicialmente uma contingência do progresso" [38] e o meio de satisfazer as necessidades que surgem cada vez em maior número à medida que o homem avança na escala econômica e social.

No Brasil, apesar do êxodo rural e do geral e intenso processo de urbanização, a produção agrícola tem aumentado mais ràpidamente do que a população ocupada na agricultura, com conseqüente aumento da produtividade, conforme mostram os dados das tabelas LIII-A e B.

A produção agrícola total apenas acompanhou o aumento da população entre 1940 e 1945, devido a dificuldades diversas que a guerra gerou para a produção das safras de exportação. A partir de 1945, porém, o aumento da produção agrícola total foi bem mais rápido do que o da população. Considerando as safras domésticas separadamente, verifica-se que a sua expansão foi muito mais rápida do que a da população em todos os períodos assinalados.

---

[38] Veja-se "Aspectos econômicos de algumas características demográficas", João Lyra Madeira — *Revista Brasileira de Estatística, ano XIV, n.º 56*, CNE, 1953.

[39] Produção "per capita".

Em suma, observa-se que, enquanto a população ocupada na agricultura cresceu de 16% entre 1939 e 1952, a produção agrícola total aumentou de 35% e a de safras domésticas de 56%.

Tabela LIII-A

Comparação entre o aumento da produção agrícola e o da população 1940/1952

PERÍODO	NÚMEROS ÍNDICES (1939 = 100)		
	Produção agrícola (1)		População ocupada na agricultura
	Safras domésticas e de exportação	Safras domésticas	
1940	97	97	101
1945	103	118	107
1948	115	137	111
1950	129	154	113
1952	135	156	116

FONTE: — Op. cit. na nota 36.

[1] O índice da produção agrícola foi calculado pela fórmula de LASPEYRES. Entram na sua composição 19 principais produtos agrícolas dos quais 14 de consumo interno (safra doméstica) e 5 destinados principalmente à exportação (café, algodão, cacau, fumo e mamona).

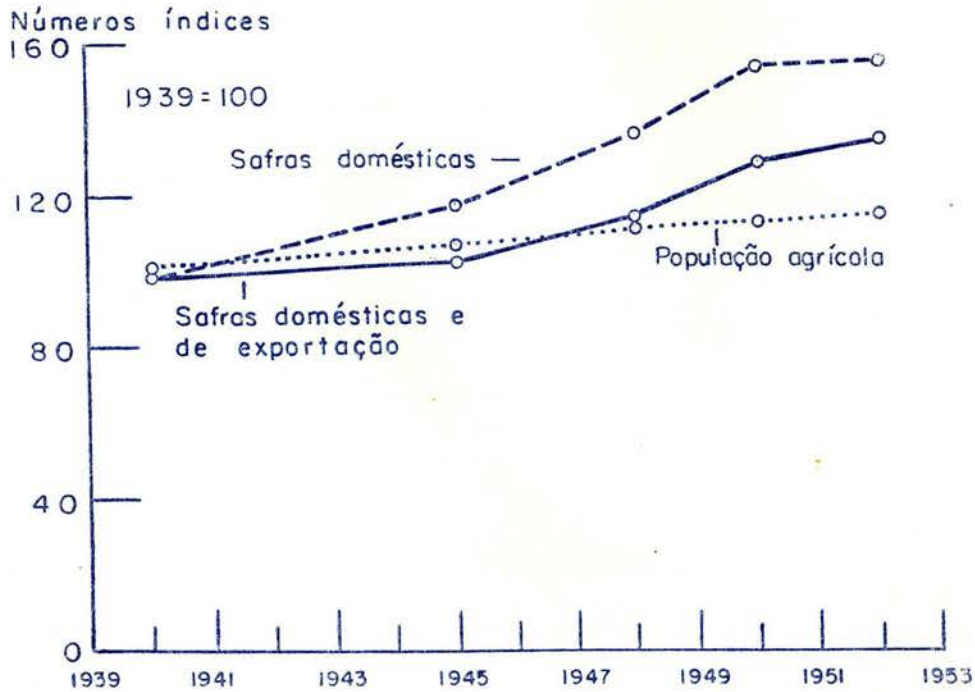

Fig. 40 — *Comparação eatre o aumento da produção agrícola e o da população, de 1940 a 1952*

Dados recentes confirmam ter sido mais rápido o desenvolvimento da produção agrícola destinada ao consumo humano do que o crescimento demográfico, no perído de 1952 a 1958.

Tabela LIII-B

Comparação entre o aumento da produção agrícola e o da população — 1952/1958

ANO	NÚMEROS NDICES (1953 = 100)						
	Produção agrícola (1)						População total
	Cereais	Raízes e tubérculos	Legumes e hortaliças	Leguminosas	Frutas frescas	Todos os grupos	
1952.....	96,1	93,8	89,6	83,1	97,2	93,6	97,7
1953.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1954.....	111,5	105,7	108,2	111,9	106,6	109,9	102,4
1955.....	119,8	111,0	111,2	106,6	109,4	115,3	104,8
1956.....	114,7	116,6	131,5	100,4	119,5	114,2	107,3
1957.....	128,1	117,5	132,8	114,6	126,5	124,5	109,9
1958.....	119,0	117,4	145,8	105,9	127,4	118,7	112,5

FONTE: — Laboratório de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[1] Os índices da produção agrícola foram calculados pela fórmula de LASPEYRES. Os grupamentos de produtos agrícolas considerados são assim constituídos: Cereais — milho, arroz com casca, trigo, cevada; Raízes e tubérculos — mandioca, batata-inglêsa, batata-doce; Legumes e hortaliças — tomate, cebola, alho; Leguminosas — feijão, feijão soja, fava; Frutas frescas — banana, laranja, uva, manga, abacaxi, tangerina, melancia, abacate, limão, pêssego.

Enquanto a população total cresceu de 12,5% entre 1953 e 1958, a produção agrícola de subsistência aumentou mais fortemente, de 18,7%. Entretanto, o desenvolvimento da produção não foi contínuo, pois que ela sofreu um ligeiro retrocesso em 1956 e um retrocesso bastante pronunciado em 1958.

O desenvolvimento da produção de cada grupamento específico de produtos agrícolas (cereais, raízes e tubérculos, etc.) também foi mais rápido do que o da população, com exceção do grupamento das leguminosas. O desenvolvimento da produção das leguminosas apenas acompanhou o da população no período considerado. A forte queda da produção, em 1956, foi compensada, em partte, pela melhora verificada em 1957, mas em 1958 registrou-se nova e acentuada queda.

Em suma, apesar das vicissitudes da produção das leguminosas nos últimos anos, o aumento bastante mais rápido da produção agrícola de subsistência do que da população no período de 1952 a 1958, denota uma melhora da disponibilidade "per capita" dos alimentos considerados, e, provàvelmente, do padrão alimentar do povo. Não quer isso dizer, entretanto, que essa produção seja suficiente, ou, em outras palavras, que ela já ofereça um número de calorias adequado por habitante.

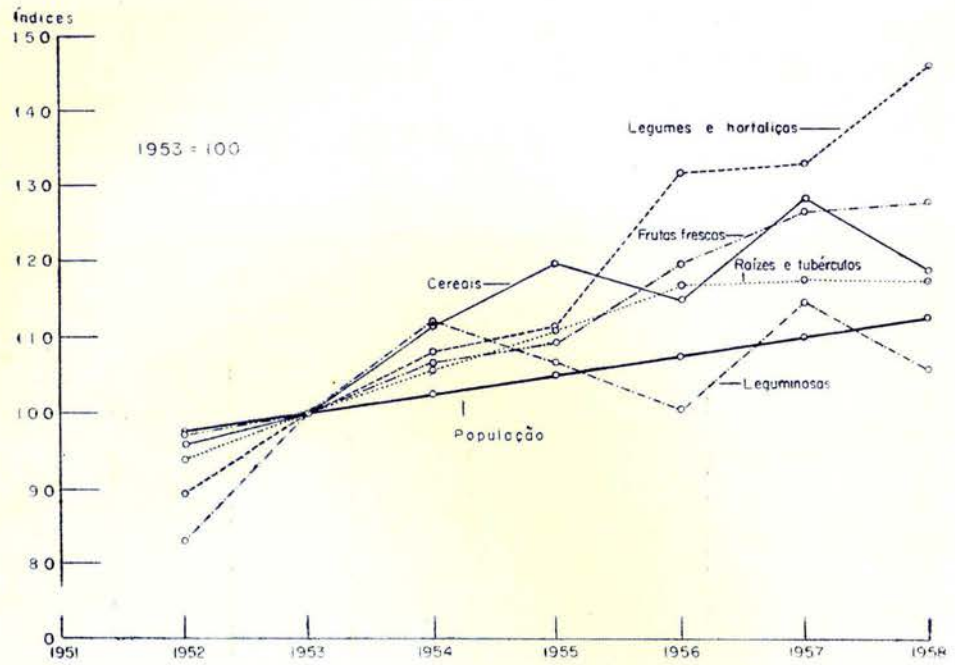

Fig. 41 — *Comparação entre o aumento da produção dos principais grupamentos de produtos agrícolas destinados ao consumo humano e o da população, de 1952 a 1958.*

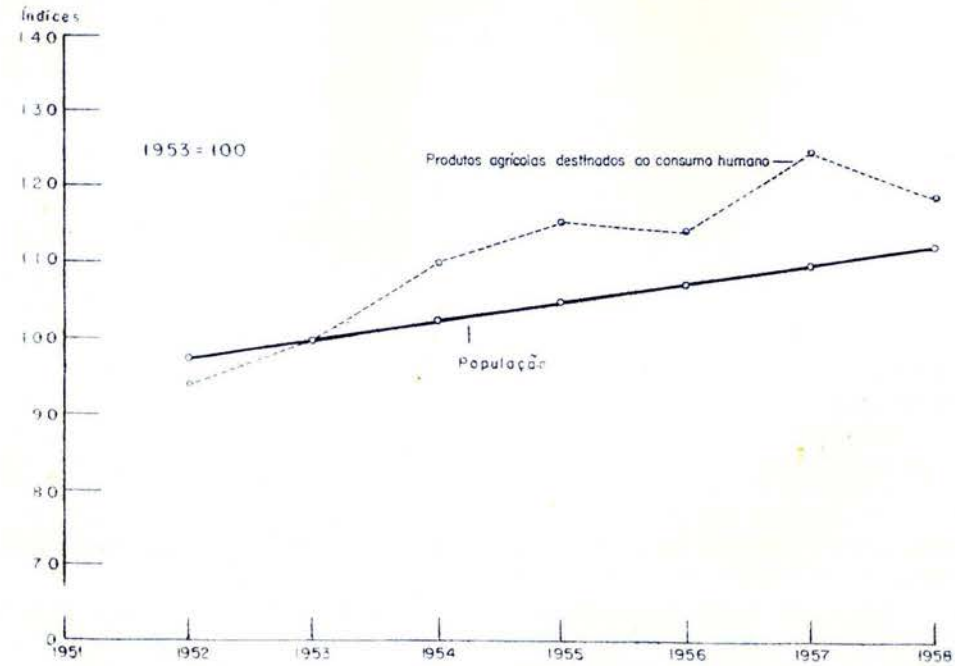

Fig. 42 — *Comparação entre o aumento da produção do conjunto dos principais produtos destinados ao consumo humano e o da população, de 1952 a 1958.*

O processo de aumento da produção agrícola se tem realizado, porém, em virtude da ampliação das áreas das lavouras e não do aumento do rendimento unitário dessas mesmas áreas. Enquanto o rendimento das culturas agrícolas se manteve pràticamente estacionário entre 1940 e 1952, verificou-se uma ampliação das áreas das lavouras da ordem de 40%. Confirma-se assim, uma vez mais, o fato já anteriormente salientado de que "a vastidão do Brasil tem permitido o notório esbanjamento de terras utilizáveis na lavoura, preferindo-se, geralmente, o desbravamento de novas áreas ao revigoramento do solo e emprêgo de processos mais modernos na atividade agrícola".[36]

Embora tenha sido nulo o progresso no rendimento unitário das áreas de cultura, algum progresso se tem verificado na produção "per capita" do trabalhador agrícola, a qual aumentou, de 1940 à 1952, de 16% — levando-se em consideração o total da produção agrícola — e de 34% — considerando-se apenas as safras domésticas.[36] Os produtos de maior importância para a alimentação humana — milho, arroz, trigo, mandioca, feijão e batata-inglêsa — experimentaram um expressivo aumento de produção da ordem de 64% entre 1940 e 1950, enquanto a população total do País crescia apenas de 26%. Verificou-se, portanto, uma sensível melhoria da disponibilidade dos citados alimentos, cuja quantidade por habitante aumentou de 30%, aproximadamente, entre 1940 e 1950.

Pode-se, pois, afirmar que o crescimento da produção agrícola "per capita" vem se processando simultâneamente com a transferência das populações rurais para as cidades e com a industrialização do País. Entretanto, êsse desenvolvimento normal não se tem observado em tôdas as Unidades da Federação. O Estado do Rio de Janeiro, principal fornecedor de imigrantes para o Distrito Federal, sofreu uma pronunciada redução, de quase 36%, no volume físico de sua produção dos cinco principais alimentos entre 1940 e 1950, acompanhada de um forte decréscimo da produtividade, da ordem de 31%. No Rio Grande do Norte e no Espírito Santo, ambos Estados de emigração, como o do Rio de Janeiro, não houve decréscimo de produção, porém o aumento conseguido não pôde acompanhar o crescimento da população, registrando-se, em conseqüência, queda da produtividade. Já no principal Estado de emigração, Minas Gerais, a transferência da mão-de-obra para as atividades fabris foi acompanhada de um moderado incremento da produção agrícola dos cinco principais produtos alimentares, que foi de 24% no decênio 1940/1950, bem como de uma elevação razoável da produtividade, que ultrapassou de pouco 18% no mesmo período. Também nas demais Unidades de emigração, com as exceções anteriormente apontadas, o êxodo rural vem se processando de maneira mais ou menos regular, sem agravamento do problema da alimentação do povo.

No trato da questão das migrações interiores, há pois que distinguir as que representam pura manifestação fisiológica, por assim dizer, de um organismo em crescimento, das que constituem manifestação patológica, seja pelos males que causam ao lugar de onde partem os imigrantes, seja, principalmente, pelos que provocam, ou agravam, no lugar para onde êles se dirigem. Lutar, porém, indiscriminadamente, contra o êxodo rural, é contrariar e retardar o processo natural de desenvolvimento do País. Conforme faz notar o Professor Lyra Madeira, "se não houver essa transferência do trabalhador da agricultura para a indústria, permitindo o desenvolvimento de novas atividades produtivas, então todos êles ficariam no campo, como ficaram no Extremo-Oriente — e na China, em particular — trabalhando com os recursos quase exclusivos das suas próprias mãos e dos seus próprios músculos, caminhando para o superpovoamento e para a miséria".[38]

A elevada proporção de trabalhadores na agricultura e, portanto, de população rural, é uma característica dos países subdesenvolvidos. Os dados da tabela LIV permitem averiguar que há uma estreita correlação inversa entre o desenvolvimento econômico e a proporção de trabalhadores na agricultura.

Tabela LIV *Proporções de trabalhadores na agricultura, indústria e outras atividades, em vários países*

PAÍS	AGRICULTURA (%)	INDÚSTRIA (%)	OUTRAS ATIVIDADES (%)	TOTAL (%)
Reino Unido	6,0	40,0	54,0	100,0
Bélgica	17,0	41,9	41,1	100,0
Estados Unidos	17,6	30,1	52,3	100,0
Alemanha	27,1	38,9	34,0	100,0
França	36,5	27,4	36,1	100,0
Itália	47,1	26,4	26,5	100,0
Espanha	51,7	22,4	25,9	100,0
Peru	62,5	17,2	20,3	100,0
México	65,4	10,9	23,7	100,0
BRASIL	67,4	10,0	22,6	100,0
Egito	70,7	9,8	19,5	100,0
Colômbia	72,7	11,6	15,7	100,0
Nicarágua	73,1	11,2	15,7	100,0
Tailândia	88,6	1,9	9,5	100,0

FONTE: — Op. cit. na nota 38.

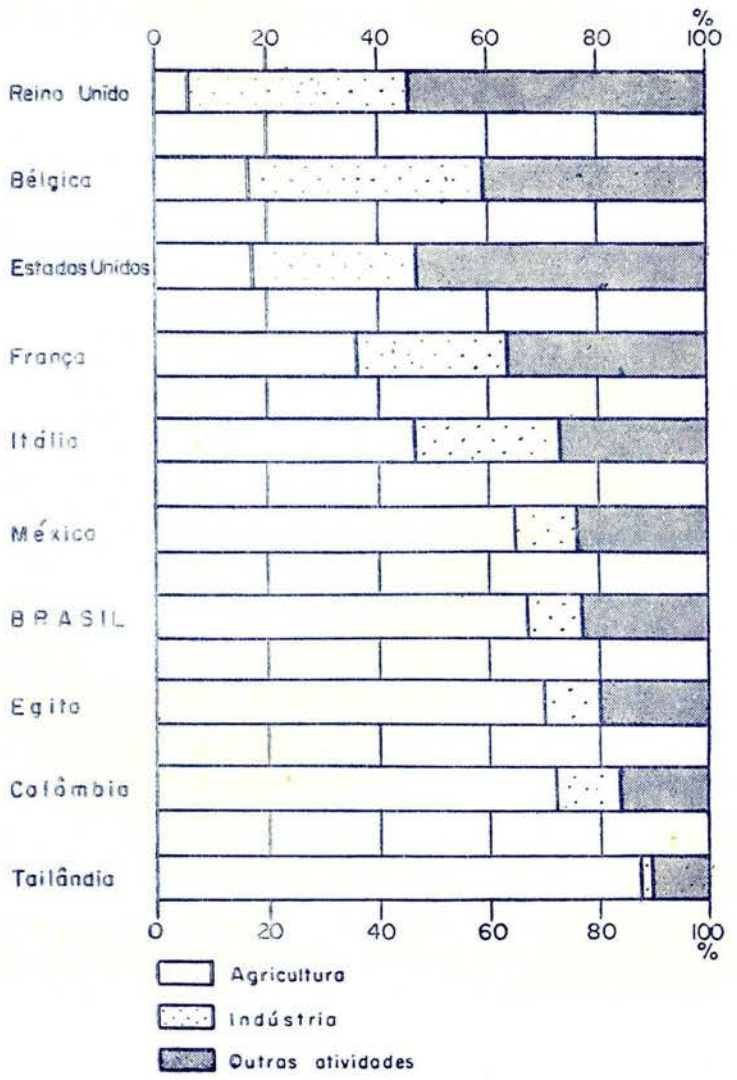

Fig. 43 — *Proporções de trabalhadores na agricultura, indústria e outras atividades, em diversos países*

Tabela LV-*A*

Produção "per capita" dos principais produtos agrícolas de subsistência em 1940 e em 1950 (1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO FISIOGRÁFICA	PRODUÇÃO "PER CAPITA"			
	Em relação à população total		Em relação à população ocupada na agricultura	
	1940	1950	1940	1950
NORTE	*235,7*	*323,0*	*1 689,8*	*2 718,3*
Acre	565,8	478,6	6 818,1	6 773,3
Amazonas (3)	102,9	97,0	832,5	903,0
Pará (4)	269,3	411,3	1 777,0	3 248,3
NORDESTE	*242,6*	*338,3*	*1 075,1*	*1 604,8*
Maranhão	151,2	375,0	657,1	1 683,9
Piauí	72,1	318,8	303,8	1 376,8
Ceará	201,9	370,4	886,3	1 706,0
Rio Grande do Norte	279,7	233,5	1 154,8	1 115,5
Paraíba	220,6	270,8	899,4	1 216,7
Pernambuco	323,6	341,4	1 559,4	1 788,7
Alagoas	371,8	413,8	1 736,0	2 037,1
LESTE	*370,5*	*390,2*	*1 915,2*	*2 318,6*
Sergipe	592,5	652,9	2 934,4	3 548,6
Bahia	356,1	480,6	1 565,5	2 377,3
Minas Gerais (5)	454,3	484,8	2 018,5	2 389,3
Espírito Santo (5)	515,2	471,3	2 265,5	2 182,4
Rio de Janeiro	339,0	175,5	2 089,6	1 435,2
Distrito Federal	—	—	—	—
SUL	*421,2*	*640,0*	*2 252,8*	*3 981,5*
São Paulo	176,8	381,6	975,1	2 698,8
Paraná	776,2	784,5	3 577,4	3 781,8
Santa Catarina	877,6	1 248,0	4 454,6	7 212,2
Rio Grande do Sul	655,6	905,7	3 554,6	5 182,5
CENTRO-OESTE	*663,6*	*673,7*	*2 877,5*	*3 053,7*
Mato Grosso (6)	843,3	594,3	4 427,3	3 319,6
Goiás	569,6	710,2	2 263,8	2 936,3
BRASIL	*359,6*	*466,8*	*1 812,3*	*2 650,4*

FONTE: — Veja-se a tabela *C anexada*, em apêndice, no fim dêste trabalho.

1 Produtos de maior importância para a alimentação humana (milho, arroz, trigo, mandioca, feijão e batata-inglêsa). 2 Apenas a população masculina, em vista das diferenças dos critérios de classificação das mulheres quanto à atividade nos censos de 1940 e 1950. 3 Inclusive o Território do Rio Branco. 4 Inclusive o Território do Amapá. 5 Inclusive a região da Serra dos Aimorés, atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo. 6 Inclusive o Território de Rondônia.

Tabela LV-*B*

Índices comparativos da evolução da produção agrícola de subsistência, total e "per capita", e do crescimento demográfico — 1940/1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÃO FISIOGRÁFICA	NÚMEROS ÍNDICES (1940 = 100)				
	Produção agrícola (1)	População total	População ocupada na agricultura (2)	Produção "per capita"	
				Em relação à população total	Em relação à população ocupada na agricultura (2)
NORTE	*170,2*	*123,6*	*105,3*	*137,1*	*160,9*
Acre	121,7	143,9	122,5	84,6	99,3
Amazonas (3)	120,1	121,5	105,5	94,2	108,5
Pará (4)	187,7	122,9	102,7	152,7	182,8
NORDESTE	*174,7*	*125,3*	*117,0*	*139,4*	*149,3*
Maranhão	317,9	128,1	124,0	248,0	256,3
Piauí	565,6	127,9	124,5	442,2	453,2
Ceará	236,5	128,9	122,9	183,5	192,5
Rio Grande do Norte	105,2	126,0	108,9	83,5	96,6
Paraíba	147,9	120,4	109,3	122,7	135,3
Pernambuco	133,2	126,3	116,2	105,5	114,7
Alagoas	127,9	114,9	109,0	111,3	117,3
LESTE	*127,4*	*121,0*	*105,2*	*105,3*	*121,1*
Sergipe	130,9	118,8	108,3	110,2	120,9
Bahia	166,5	123,4	109,7	135,0	151,9
Minas Gerais (5)	124,1	116,3	104,8	106,7	118,4
Espírito Santo (5)	111,6	122,0	115,8	91,5	96,3
Rio de Janeiro	64,4	124,3	93,6	51,8	68,7
Distrito Federal	—	134,8	96,4	—	—
SUL	*200,0*	*131,6*	*113,1*	*151,9*	*176,7*
São Paulo	274,8	127,3	99,2	215,8	276,8
Paraná	174,0	172,2	164,7	101,1	105,7
Santa Catarina	188,3	132,4	116,3	142,2	161,9
Rio Grande do Sul	173,3	125,4	118,3	138,1	145,8
CENTRO-OESTE	*143,1*	*140,9*	*134,8*	*101,5*	*106,1*
Mato Grosso (6)	91,1	129,3	112,2	70,5	75,0
Goiás	183,3	147,0	141,3	124,7	129,7
BRASIL	*163,6*	*126,0*	*111,9*	*129,8*	*146,2*

FONTE: — Veja-se a tabela C anexada, em apêndice, no fim dêste trabalho.

[1] Produtos de maior importância para a alimentação humana (milho, arroz, trigo, mandioca, feijão e batata-inglêsa). [2] Apenas a população masculina, em vista das diferenças dos critérios de classificação das mulheres quanto à atividade nos censos de 1940 e 1950. [3] Inclusive o Território do Rio Branco. [4] Inclusive o Território do Amapá. [5] Inclusive a região da Serra dos Aimorés, atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e na de 1/3 ao Espírito Santo. [6] Inclusive o Território de Rondônia.

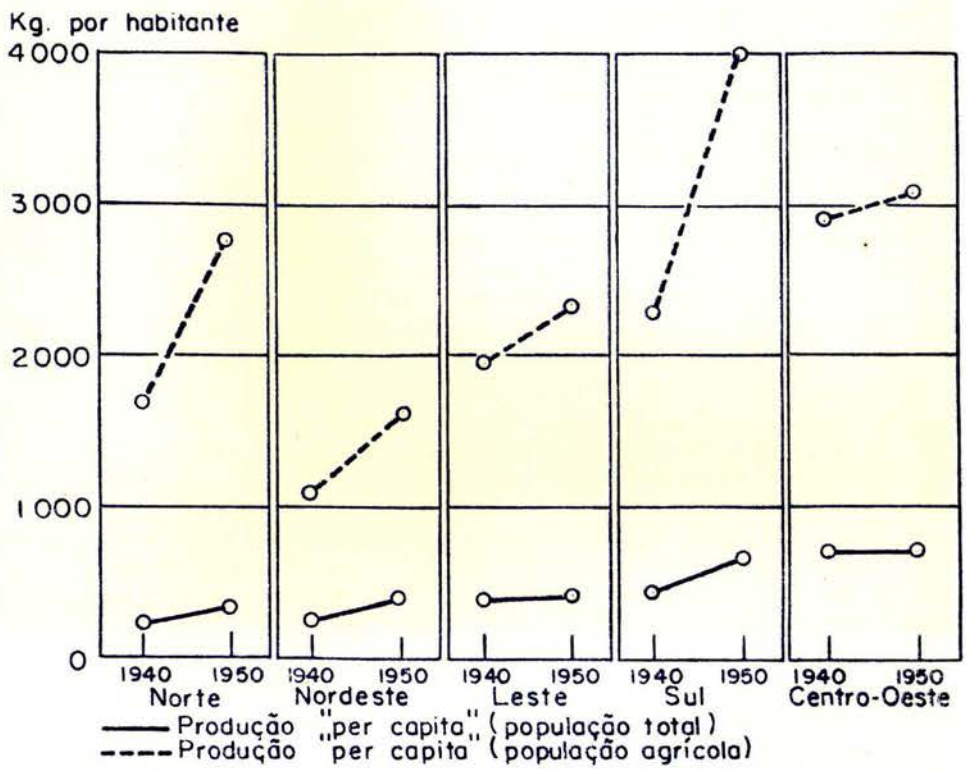

Fig. 44 — *Aumento da produção agrícola "per capita", nas diversas regiões fisiográficas, entre 1940 e 1950*

8. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A DEFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OU DE UTILIDADE COLETIVA NAS SEDES MUNICIPAIS

MESMO deixando de lado as vilas e povoados, que em geral possuem menor importância demográfica, para levar em consideração apenas as sedes municipais, verifica-se uma acentuada deficiência de serviços públicos ou de utilidade coletiva no interior do País. De acôrdo com os dados publicados pela Seção de Atividades Urbanísticas do antigo Ministério da Educação e Cultura, era esta a situação em 31 de dezembro de 1954: das 2 399 sedes municipais existentes no Brasil, 1 080 não possuíam qualquer espécie de pavimentação, 1 354 não dispunham de serviço de abastecimento de água potável, 1 939 careciam de esgôto sanitário e 349 não contavam com os benefícios da iluminação elétrica. Em mais da metade, portanto, das sedes municipais (ou seja, 56,4%) faltava o abastecimento d'água, em cêrca de quatro quintos (80,8%) o esgôto sanitário, e em quase um sétimo (14,5%) a iluminação elétrica.

Também em algumas Capitais a situação não era melhor: não havia canalização de água potável em Rio Branco, nem esgôto sanitário nessa mesma cidade e nas de Boa Vista, Teresina, Maceió e Cuiabá.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do País ainda estão longe de suficientes os melhoramentos urbanos existentes. No Leste, eram em número de 295, 557 e 83 as sedes municipais que não possuíam serviços de abastecimento d'água, de esgôto sanitário e de iluminação elétrica, respectivamente; no Sul, os números das sedes municipais nessas condições se elevavam a 403, 581 e 105, respectivamente. Mais de 80% das sedes municipais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste não tinham água canalizada, enquanto os serviços de esgôto, nas mesmas, eram pràticamente inexistentes.

A falta de iluminação elétrica era bem menos acentuada do que a dos outros dois serviços de utilidade coletiva em tôdas as regiões do Brasil. Entretanto, aquêles que já viajaram pelo interior conhecem a pouca eficiência e o precário funcionamento das instalações elétricas em grande parte das sedes municipais.

No próprio Estado de São Paulo, o vanguardeiro do desenvolvimento econômico no Brasil, ainda existiam, em dezembro de 1954, 181 sedes municipais sem água canalizada e 286 sem esgôto, embora fôssem apenas 23 as carentes de iluminação elétrica. A tabela LVI dá o número e a proporção das sedes municipais dotadas de serviços de utilidade coletiva, para cada Unidade da Federação, permitindo o cálculo das sedes carentes dêsses melhoramentos, por subtração do total.

Mesmo que não existisse o rápido crescimento das populações urbanas no Brasil, concomitante ao processo de industrialização do País, necessário se tornava a instalação de serviços públicos, se não em tôdas, pelo menos na grande maioria das sedes municipais, a fim de melhorar as condições de saúde do homem brasileiro, aumentar-lhe a higidez e, por conseguinte, o rendimento econômico, dando-lhe, ao mesmo tempo condições de vida satisfatórias e compatíveis com os nossos foros de povo civilizado.

A necessidade e a utilidade dêsses serviços aumenta em correlação direta com o intenso e rápido processo de urbanização do País, tornando-se, assim,

premente e indispensável para o Poder Público fazer adequados investimentos na sua construção ou ampliação.

Tabela LVI

Número e proporção das sedes municipais dotadas de serviços de utilidade coletiva, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES FISIOGRÁFICAS	SEDES MUNICIPAIS						
	TOTAL GERAL	Com abastecimento d'água		Com esgotos sanitários		Com iluminação pública ou domiciliária	
		Número	% sôbre o total geral	Número	% sôbre o total geral	Número	% sôbre o total geral
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
NORTE	*122*	*21*	*17,2*	*5*	*4,1*	*97*	*79,5*
Rondônia	2	2	100,0	1	50,0	2	100,0
Acre	7	—	—	—	—	7	100,0
Amazonas	25	6	24,0	1	4,0	24	96,0
Rio Branco	2	1	50,0	—	—	1	50,0
Pará	82	10	1,2	2	2,4	59	72,0
Amapá	4	2	50,0	1	25,0	4	100,0
NORDESTE	*509*	*106*	*20,8*	*8*	*1,5*	*438*	*86,1*
Maranhão	87	5	5,7	1	1,1	62	71,3
Piauí	63	5	7,9	—	—	46	73,0
Ceará	96	23	24,0	2	2,1	76	79,2
Rio Grande do Norte	65	10	15,4	1	1,5	63	96,9
Paraíba	54	13	24,1	2	3,7	52	96,3
Pernambuco	102	35	34,3	1	1,0	99	97,1
Alagoas	41	15	36,6	1	2,4	40	97,6
Fernando de Noronha	1	—	—	—	3,7	—	—
LESTE	*817*	*522*	*63,9*	*260*	*31,8*	*734*	*89,8*
Sergipe	61	6	9,8	1	1,6	41	67,2
Bahia	170	38	22,4	12	7,1	148	87,1
Minas Gerais	485	391	80,6	195	40,2	451	93,0
Espírito Santo	41	30	73,2	17	41,5	35	85,4
Rio de Janeiro	59	56	94,9	34	57,6	58	98,3
Distrito Federal	1	1	100,0	1	100,0	1	100,0
SUL	*766*	*363*	*47,4*	*185*	*24,2*	*661*	*86,3*
São Paulo	435	254	58,4	149	34,3	412	94,7
Paraná	150	40	26,7	13	8,7	95	63,3
Santa Catarina	67	16	23,9	4	6,0	63	94,0
Rio Grande do Sul	114	53	46,5	19	16,7	91	79,8
CENTRO-OESTE	*185*	*33*	*17,8*	*2*	*1,1*	*120*	*64,9*
Mato Grosso	59	14	23,7	1	1,7	40	67,8
Goiás	126	19	15,1	1	0,8	80	63,5
BRASIL	*2 399*	*1 045*	*43,6*	*460*	*19,2*	*2 050*	*85,5*

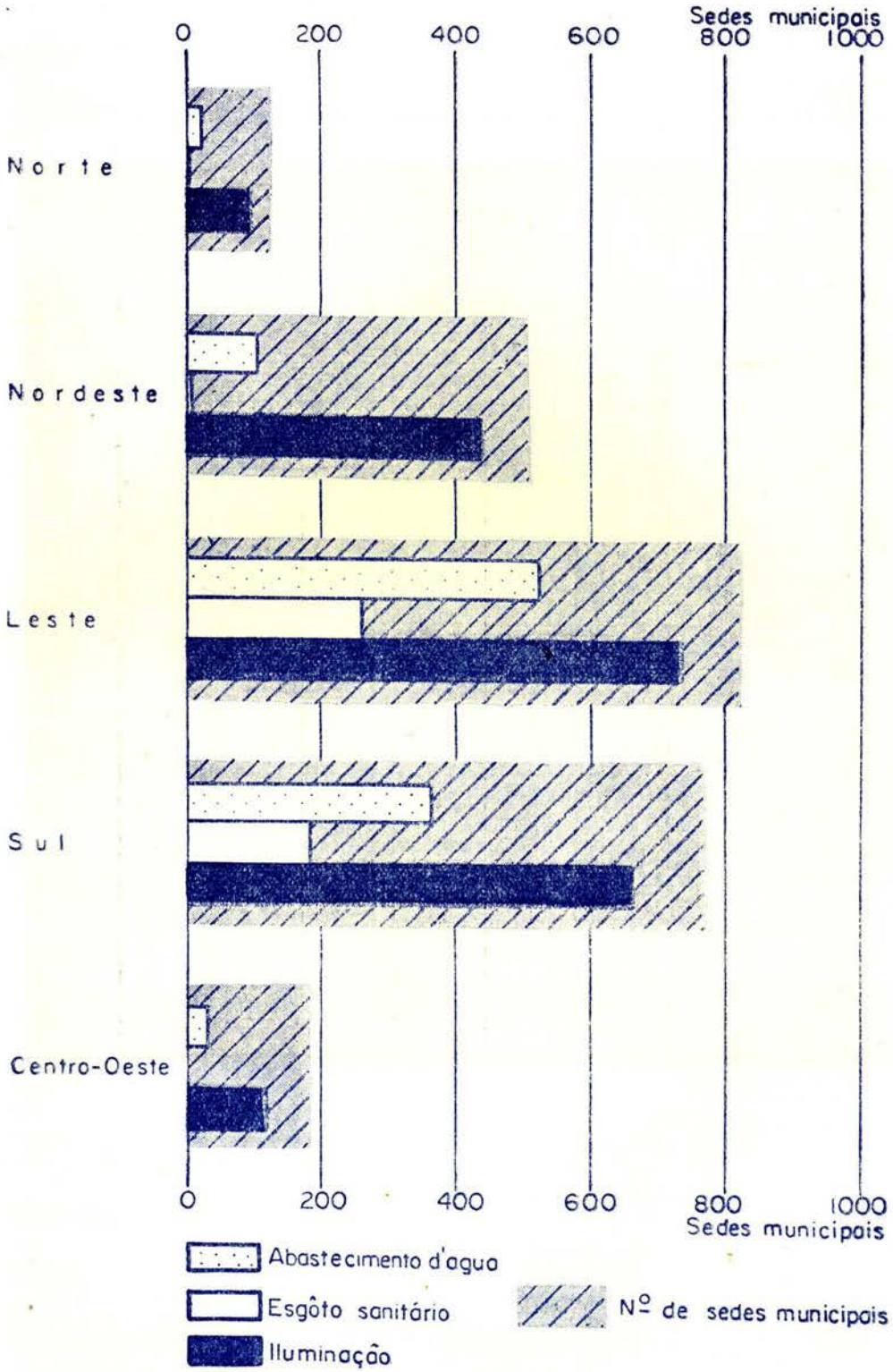

Fig. 45 — *Distribuição das sedes municipais dotadas de serviços de utilidade coletiva, segundo a espécie, por regiões fisiográficas, em 1954*

9. PREVISÕES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

ASSIM se exprime Mortara em estudo sôbre o desenvolvimento futuro da população do Brasil: "Uma larga experiência internacional mostra que as previsões demográficas de longo prazo estão fadadas ao fracasso, na maior parte dos casos, em virtude da prevalência da ação de fatôres imprevistos (e amiúde imprevisíveis) sôbre a dos previstos".[40] Acontecimentos diversos, especialmente no campo científico, como as novas descobertas, podem alterar, e têm de fato alterado os recursos ainda não aproveitados de muitos países, conforme já advertira R. Pearl, expondo as suas doutas previsões demográficas, formuladas em 1925.[41] "Meus cálculos", diz êsse eminente demógrafo, "expressam apenas o que seria o futuro das populações se as condições do século XIX permanecessem inalteradas. Para os próximos dez ou vinte anos, as previsões fornecidas pelas curvas são decerto bem aproximadas, na maior parte dos casos. Mas, previsões do mais longo prazo poderiam ser tomadas a sério sòmente por quem negar a existência de qualquer evolução".

Essas observações são feitas à guisa de advertência, para que se considerem as estimativas apresentadas em seguida simplesmente condicionais. É condição indispensável para que elas correspondam à verdade, a verificação da hipótese sôbre a qual foram levantadas. Por óbvias razões, a estimativa se torna, de modo geral, tanto menos satisfatória quanto menor o agrupamento humano e mais distante o ano a que se refere.

Previsões do desenvolvimento demográfico das Unidades da Federação e dos Municípios de algumas de suas Capitais no decênio 1950/1960

AS estimativas, quer para as Unidades da Federação, quer para os Municípios de algumas de suas Capitais aqui apresentadas, estão baseadas na hipótese da continuação, em cada caso, da taxa média geométrica anual de incremento demográfico verificada entre as datas dos censos de 1940 e de 1950.[42] As primeiras são mais satisfatórias do que as segundas, pois, como já tivemos ocasião de esclarecer, as taxas de incremento demográfico variam contìnuamente e muitas vêzes de maneira imprevisível, através do tempo, sendo essa variabilidade maior nas populações municipais.

Assim, em ambos os casos, mas especialmente quanto aos Municípios das Capitais, as estimativas têm apenas o caráter de indicações largamente aproximadas.

---

[40] "Previsões sôbre o desenvolvimento da população do Brasil na segunda metade do século XX", GIORGIO MORTARA, *Estudos Demográficos, n.º 95*, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

[41] "The Biology of Population Growth", R. PEARL — Editôra Knopf, New York, 1925.

[42] Vejam-se "Estimativas de previsão do desenvolvimento da população das Unidades da Federação no decênio iniciado em 1.º-VII-1950" e "Estimativas do desenvolvimento demográfico dos Municípios das Capitais nos anos de 1950 a 1960", Prof. ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES e Eng.º ELÍGIO ALVES, respectivamente — *Estudos Demográficos ns. 129, 166* e *166 bis*, Laboratório de Estatística, IBGE, 1956.

Tabela LVII

Estimativas de previsão da população das Unidades da Federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO EM 1.º DE JULHO DE		
	1950 (1)	1955	1960
Rondônia	36 935	48 922	64 799
Acre	114 755	138 064	166 108
Amazonas	514 099	567 351	626 120
Rio Branco	18 116	22 215	27 241
Pará	1 123 273	1 241 165	1 371 429
Amapá	37 477	49 645	65 764
Maranhão	1 583 248	1 796 280	2 037 976
Piauí	1 045 696	1 185 058	1 343 001
Ceará	2 695 450	3 066 910	3 489 562
Rio Grande do Norte	967 921	1 088 744	1 224 648
Paraíba	1 713 259	1 883 331	2 070 286
Pernambuco	3 395 185	3 823 913	4 306 778
Alagoas	1 093 137	1 173 180	1 259 084
Fernando de Noronha	581	581	581
Sergipe	644 361	703 393	767 834
Bahia	4 834 575	5 379 880	5 986 692
Minas Gerais	7 728 104	8 287 058	8 886 440
Serra dos Aimorés	160 072	249 265	388 156
Espírito Santo	861 562	924 439	991 904
Rio de Janeiro	2 297 194	2 566 040	2 866 349
Distrito Federal	2 377 451	2 766 934	3 220 225
São Paulo	9 141 928	10 329 797	11 672 013
Paraná	2 129 327	2 807 417	3 701 446
Santa Catarina	1 560 502	1 800 094	2 076 471
Rio Grande do Sul	4 164 821	4 673 197	5 243 628
Mato Grosso	522 044	582 503	649 963
Goiás	1 214 921	1 477 888	1 797 773
BRASIL	*51 975 994*	*58 633 264*	*66 302 271*

[1] População recenseada.

Tabela LVIII

Estimativas de previsão da população dos Municípios de algumas Capitais

CAPITAL	POPULAÇÃO EM 1.º DE JULHO DE		
	1950 (1)	1955	1960
Rio Branco	28 246	37 665	50 226
Manaus	139 620	160 307	184 059
Belém	254 949	293 557	338 012
São Luís	119 785	142 117	168 613
Teresina	90 723	105 330	122 289
Fortaleza	270 169	331 959	407 881
Natal	130 215	142 367	196 370
João Pessoa	119 326	134 473	151 543
Recife	524 682	647 102	798 086
Maceió	120 980	140 416	162 976
Aracaju	78 364	90 506	104 529
Salvador	417 235	496 730	591 372
Belo Horizonte	352 724	453 481	583 019
Vitória	50 922	55 995	61 574
Niterói	186 309	210 594	238 045
Rio de Janeiro	2 377 451	2 766 934	3 220 225
São Paulo	2 198 096	2 841 940	3 674 373
Curitiba	180 575	215 723	257 712
Florianópolis	67 630	81 579	98 405
Pôrto Alegre	394 151	475 758	574 262
Cuiabá	56 204	59 376	62 726
Goiânia	53 389	74 781	104 745

[1] População recenseada.

Previsão do desenvolvimento demográfico do Brasil até o ano 2000

APRESENTAM-SE, a seguir, duas séries de estimativas de desenvolvimento da população do Brasil entre 1950 e o ano 2000.

A primeira, constante da coluna (*a*) da tabela LIX, está baseada na hipótese de que a proporção média anual do incremento demográfico do Brasil se mantenha, na segunda metade do século XX, no mesmo nível observado na primeira metade dêsse século (aumento de 18 para 52 milhões, com uma taxa média geométrica anual de incremento de 21,40 por 1 000 habitantes).

A segunda, constante da coluna (*b*), está baseada na hipótese de que a proporção média anual do incremento demográfico se mantenha no mesmo nível observado entre 1940 e 1950 (taxa média geométrica anual de incremento de 23,78 por 1 000 habitantes).

Tabela LIX

Estimativas de previsão da população do Brasil

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA (Milhares)	
	1.º Cálculo (*a*)	2.º Cálculo (*b*)
1950	52 000	51 976
1955	57 806	58 456
1960	64 261	65 743
1965	71 437	73 939
1970	79 414	83 157
1975	88 281	93 524
1980	98 139	105 184
1985	109 097	118 297
1990	121 280	133 045
1995	134 822	149 631
2000	149 877	168 286

Comentando as previsões acima, Mortara observa que no período entre 1940 e 1950 a imigração exterior contribuiu em proporção desprezível para o incremento da população do Brasil, enquanto nos últimos anos a sua contribuição aumentou e provàvelmente se tornará ainda maior nos próximos lustros. [43]

Ajunta, em seguida: "cumpre, ainda, lembrar que entre 1940 e 1950 se ampliou a margem entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, em conseqüência da sensível diminuição desta, acompanhada por uma diminuição menor daquela. É possível que essa margem tenda a ampliar-se mais durante alguns anos, pois que ainda não aparecem sinais de uma larga difusão da limitação voluntária da prole, fora das maiores cidades. Todavia, a crescente concentração dos habitantes nas cidades tende a acelerar o declínio da taxa de natalidade, enquanto a descida da taxa de mortalidade acabará por retardar-se, até cessar"...

E conclui: "um resultado interessante dos cálculos realizados é o seguinte: mesmo não aumentando após 1950 a margem entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, e mantendo-se relativamente desprezível a imigração, o número dos habitantes do Brasil no fim dêsse século atingiria e excederia 150 milhões". [44]

[43] "Previsões sôbre o desenvolvimento da população do Brasil na segunda metade do século XX", GIORGIO MORTARA — *Estudos Demográficos, n.º 95*, Laboratório de Estatística, IBGE, 1954.

[44] A um valor dessa mesma ordem (151,6 milhões), chega, pela aplicação da curva logística determinada com o auxílio dos seis censos brasileiros, o Prof. JOÃO LYRA MADEIRA, no *Mensário Estatístico Atuarial* do IAPI, de dezembro de 1953, pág. 17.

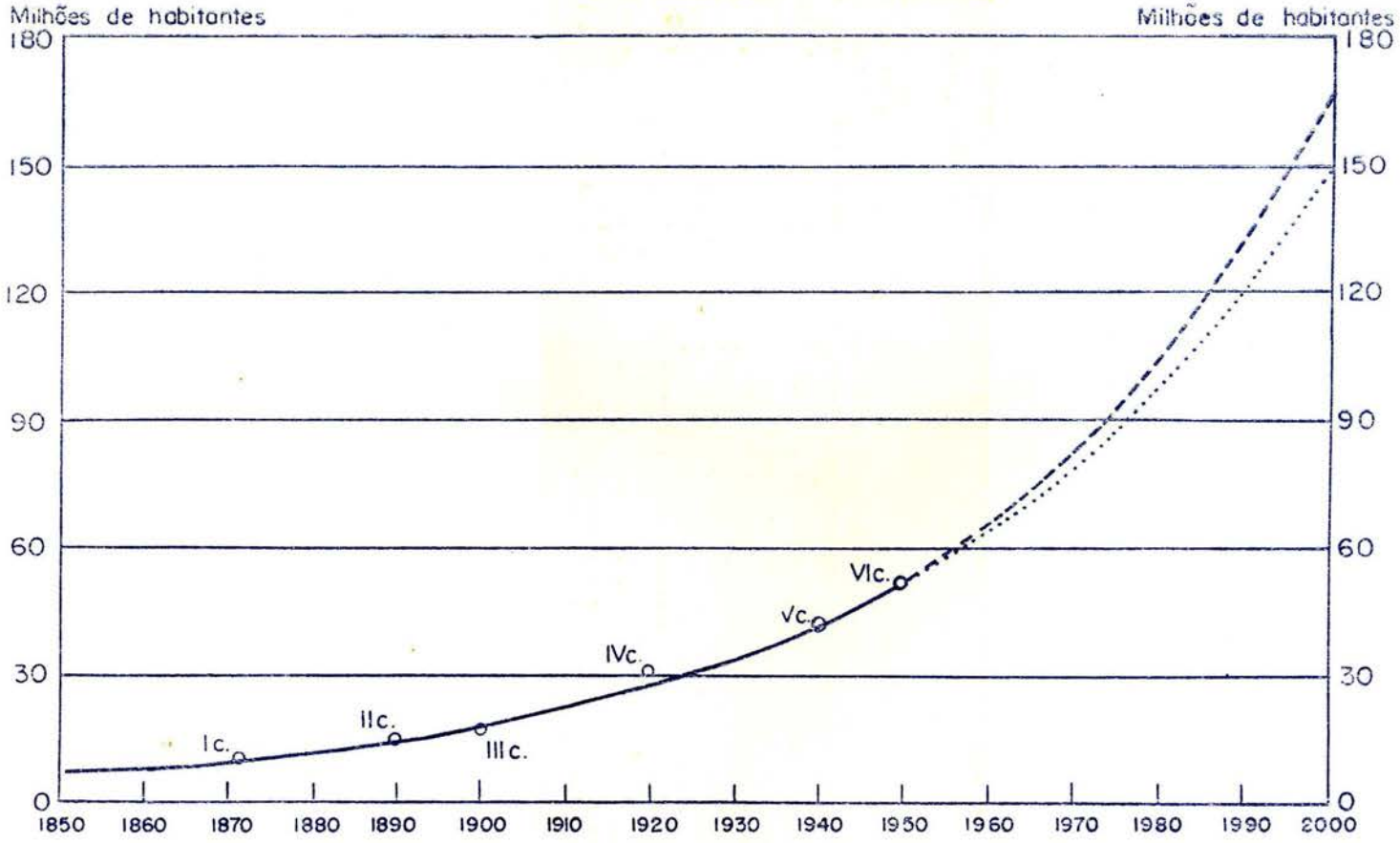

Fig. 46 — *Desenvolvimento da população do Brasil, observado no período de 1850 a 1950 e estimado para o de 1950 a 2000*

10. TENDÊNCIAS DA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO (1950/1980)

TENDO em vista o rápido crescimento da população do Brasil, torna-se da maior importância considerar se êsse extraordinário crescimento tenderá a acentuar ou a atenuar as disparidades existentes na sua distribuição territorial.

Entre as várias tendências possíveis, dependentes da interação de múltiplos e variáveis fatôres demográficos, econômicos e sociais — por exemplo, a influência das migrações internas sôbre a economia de uma certa região, ou vice-versa, a atração de uma certa região de grande potencial econômico sôbre as correntes migratórias — uma das mais aceitáveis, para um prazo relativamente breve, é a que consiste na continuação da marcha do povoamento do solo verificada no passado.

Na hipótese da continuação da marcha seguida entre 1920 e 1950, observar-se-á, no intervalo de 1950 a 1980, uma expansão notável de áreas com densidade superior a 25 habitantes por km², a permanência de áreas com menos de 1 habitante por km², e algumas modificações nas áreas com densidades intermediárias.

A comparação entre a distribuição territorial da população segundo grandes divisões administrativas, em 1950 e em 1980, respectivamente, revela o seguinte:

1 — A área de densidade superior a 25 habitantes por km², que na primeira data abrange os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal, estender-se-á, na segunda data, ligeiramente para o norte, incorporando o Estado do Espírito Santo, e ininterruptamente para o sul, abrangendo mais os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

2 — A área de densidade também superior a 25 habitantes por km², que na primeira data compreende os Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, estender-se-á em direção ao norte, abrangendo, na segunda data, mais os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará;

3 — A área de densidade compreendida entre 5 e 25 habitantes por km², que na primeira data abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao sul, Rio Grande do Norte e Ceará, ao nordeste, e Minas Gerais e Bahia, ao leste, na segunda data tornar-se-á ainda mais densa, expandindo-se em direção ao norte pela incorporação do Maranhão e do Piauí à faixa que compreende Minas e Bahia;

4 — A área de densidade contida nos limites de 1 a 5 habitantes por km², que na primeira data abrange os Estados de Maranhão, Piauí e Goiás, sofrerá uma redução na segunda data, passando a conter apenas êste último Estado;

5 — A área de densidade de menos de 1 habitante por km², que na primeira data compreende os territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá, e os Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, não sofrerá modificação alguma na segunda data, continuando a abranger as mesmas Unidades.

Duas grandes zonas de povoamento denso e contínuo surgirão, portanto, em futuro próximo, no Brasil.

A primeira, abrangendo tôda a região Sul e já invadindo substancialmente a Leste, estender-se-á, em 1980, sôbre 900 000 km² e contará uma população

de 53 milhões de habitantes (em 1950, esta zona ocupava 400 000 km² e tinha uma população de 14 milhões).

A segunda zona, ocupando quase tôda a região Nordeste e invadindo ligeiramente a Leste, compreenderá 400 000 km² e possuirá 20 milhões de habitantes (em comparação com 200 000 km² e 7 milhões de habitantes, em 1950).

De outro lado, é importante notar que permanecerá imutável a área quase desabitada do Norte e do Centro-Oeste do Brasil, até 1980.

Essa área, que compreende os quatro Territórios e mais os Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, e se estende por 4 800 000 km² (isto é, 56,7% do território nacional), com uma densidade de menos de 1 habitante por km², em 1980 continuará a abranger as mesmas Unidades, a cobrir a mesma superfície e a sofrer os efeitos da mesma baixa densidade demográfica.

Em outras palavras, isto significa que, na hipótese da continuação da marcha de povoamento do território verificada nos últimos 30 anos, a frente pioneira, que se situa, de norte a sul, nos limites ocidentais dos Estados do Maranhão, Goiás, São Paulo e Paraná, não avançará sensìvelmente, em direção oeste, nos 30 anos futuros.

Evidentemente, essa situação poderá modificar-se de um momento para outro, bastando, para tanto, que apareçam, nessas solitárias e longínquas paragens do Brasil centro-setentrional, alguns focos de forte e contínua atração econômica.

De outro lado, pode-se perguntar se o aparecimento de dois grandes focos populacionais, um no sul e outro no nordeste, cada qual comparável, em número de habitantes e em território, às maiores nações da Europa, resultará em pressão demográfica.

Técnicos das Nações Unidas assim se manifestam à respeito: "nas partes situadas mais ao leste da América do Sul, os problemas de pressão demográfica muito difìcilmente poderão aparecer num futuro próximo. Os obstáculos ao transporte não são tão severos como na região andina e uma expansão da zona de povoamento para o interior do continente, apesar de indubitàvelmente difícil, não demanda um esfôrço supremo. Limitações naturais existem no nordeste do Brasil, onde as sêcas periódicas têm causado, freqüentemente, sérias dificuldades".[45]

Para melhor ilustrar a marcha tendencial do povoamento do território, já evidenciada pela variação das densidades, apresenta-se, a seguir, a distribuição dos habitantes do Brasil, em 1950 e em 1980, segundo a densidade das Unidades da Federação em que se achavam presentes na primeira data, ou em que se acharão, na segunda.

Tabela LX

População, em 1950 e em 1980, segundo a densidade das Unidades da Federação

(Milhões de habitantes)

ANO	POPULAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DENSIDADES				TOTAL
	De menos de 1 hab/km2	De 1 a 5 hab/km2	De 5 a 25 hab/km2	De mais de 25 hab/km2	
1950.....	2,4	3,9	25,1	20,6	52,0
1980.....	3,9	3,2	25,2	73,2	105,5

FONTE: — *The Population of South America, 1950/1980,* United Nations, 1955.

[45] *The population of South America, 1950/1980,* United Nations, 1955.

De 1950 a 1980, a população do Brasil duplicará, crescendo de 52,0 para 105,5 milhões. Entretanto, caso não haja modificação na marcha do povoamento, nas áreas de densidade muito baixa, baixa e moderada, estarão presentes, em 1980, aproximadamente, o mesmo número de habitantes de 1950. Pràticamente, todo o aumento da população do Brasil será absorvido no crescimento e expansão de áreas de relativamente denso povoamento; em vez de 20,6 milhões, como em 1950, as áreas com densidade superior a 25 habitantes por km^2 deverão abranger uma população de 73,2 milhões em 1980. Em 1950, tais áreas continham cêrca de dois quintos da população do Brasil; em 1980, elas deverão conter, aproximadamente, três quintos de sua população total.

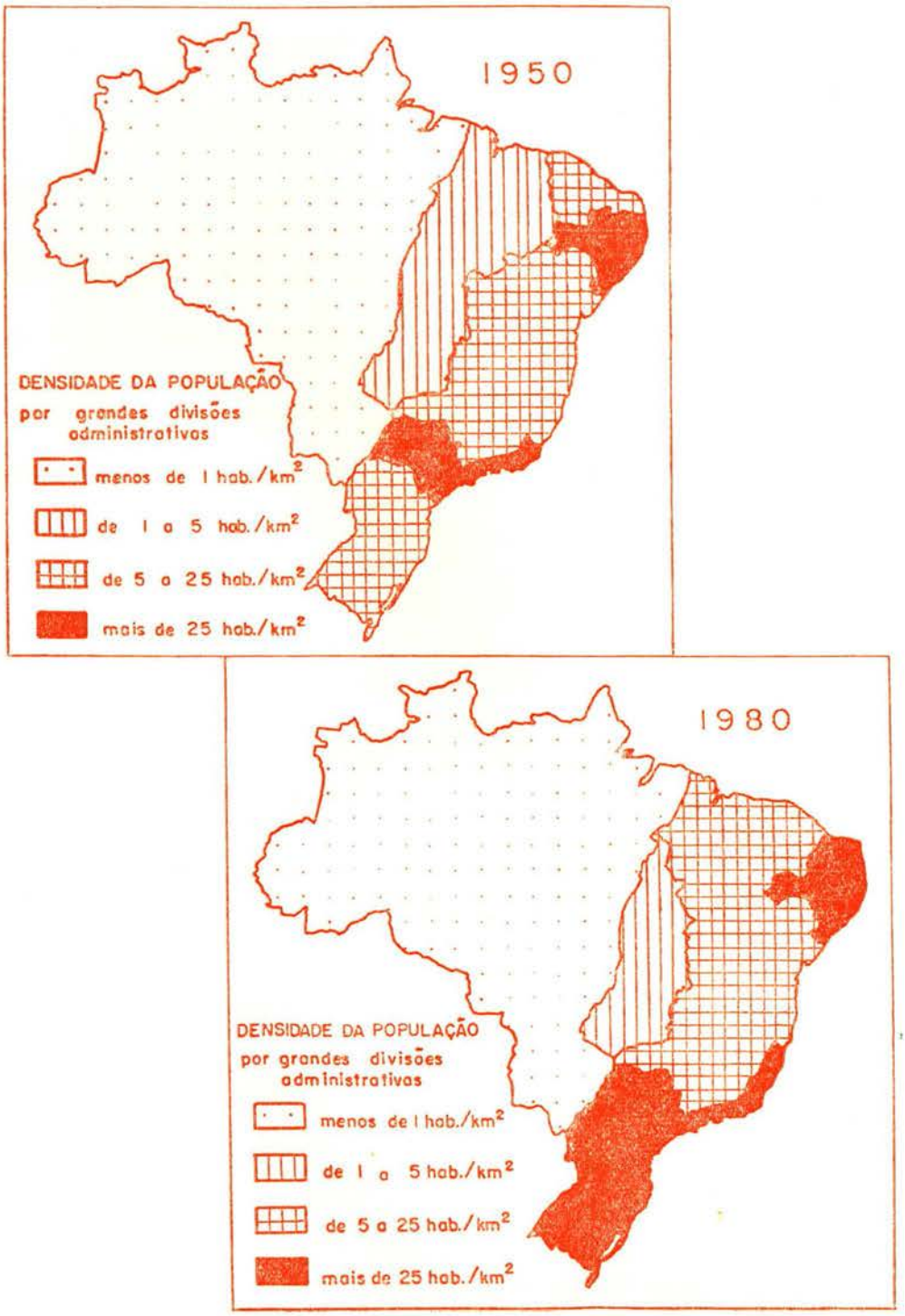

Fig. 47 — *Densidades demográficas do Brasil em 1950 (observada) e em 1980 (estimada)*

11. CONCLUSÕES

A POPULAÇÃO brasileira, no presente estádio de seu desenvolvimento, já pode ser considerada de primeira ordem do ponto de vista quantitativo, mas apresenta sérias vulnerabilidades no que se refere à sua distribuição, estrutura e valor qualitativo.

País de baixa densidade demográfica, o Brasil vê os seus problemas de efetiva ocupação do solo agravados pelo adensamento da população na orla litorânea, ficando desertas ou quase despovoadas as vastas regiões mediterrâneas, bem como as fronteiriças, ao norte e ao oeste, de três colônias e sete países estrangeiros.

A população urbana não chega a um têrço do total. A maioria dos grandes centros urbanos se situa no litoral ou em suas imediações.

A população continua crescendo ràpidamente devido principalmente ao forte excedente dos nascimentos sôbre os óbitos, conseguido mercê da elevada natalidade, apesar do nível ainda bastante alto da mortalidade, para o qual concorre, sobretudo, a miséria e a ignorância. Em conseqüência, é muito reduzida a duração média da vida, bem como do período da mesma em que o homem se dedica às atividades produtivas.

A imigração exterior foi, nos últimos lustros, apenas um fator muito secundário do incremento demográfico.

Em dependência das características do seu crescimento, a população do Brasil apresenta aproximado equilíbrio numérico dos sexos, elevada proporção de crianças e adolescentes, baixa proporção de velhos e reduzida proporção de estrangeiros. É alta, portanto, a proporção entre os habitantes que em razão da idade não estão habilitados a contribuir para as atividades econômicas (ou só podem contribuir com menor eficiência) e os que podem contribuir para essas atividades. Evidentemente, a elevada proporção de elementos econômicamente passivos (crianças, principalmente, e velhos) representa uma considerável carga para a economia nacional.

São intensos os movimentos de migração interior, especialmente do Nordeste e do Leste para o Sul e o Centro-Oeste, e das zonas rurais para as cidades, tendendo a aumentar a proporção de população urbana.

As atividades predominantes são as agropecuárias; a importância das atividades de transformação industrial é ainda pequena, mas está em fase de franca expansão.

A instrução pública está ainda bastante atrasada, havendo atingido um nível mais elevado, ainda que insatisfatório, nas zonas urbanas, mostrando-se, porém, extremamente deficiente nas zonas rurais, onde se encontra a grande maioria da população do País.

Essas características têm uma influência fundamental sôbre a capacidade de utilização máxima de nossos recursos humanos, pois, as vulnerabilidades de nossa população são diretamente proporcionais às auto-limitações impostas à mobilização do potencial humano por suas próprias características estruturais e qualitativas.

É certo que do ponto de vista quantitativo, o potencial humano do Brasil já pode ser considerado de primeira ordem. Entretanto, na apreciação do

poder nacional, o número de habitantes, considerado isoladamente, leva a resultados puramente ilusórios. A êste respeito, assim se expressa Mortara: "... a afirmação de que, para um povo, o número é fôrça, tantas vêzes repetida pela propaganda dos regimes totalitários, não passa de um êrro grosseiro, se fôr interpretada no seu sentido literal e absoluto. Se ela correspondesse à verdade, os povos mais fortes do mundo seriam os mais numerosos, ou sejam os da China e da Índia"...

Continuando, elucida, entretanto, o mesmo autor: "Há porém, nessa afirmação, um sentido certo, a saber, o de que o número, sendo um dos elementos de que depende a posição de um povo, pode tornar-se fator decisivo de superioridade".

Conclui-se, assim, que o fator numérico, embora de primordial importância, tem apenas um valor relativo na gênese do potencial econômico de um país. Outros fatôres, relacionados à estrutura da população e ao seu valor qualitativo, apresentam, igualmente, fundamental importância.

Entre as causas limitativas de nossa capacidade de mobilização humana, ressalta, em primeiro lugar, a composição por idade de nossa população, que se apresenta extremamente jovem. Mais da metade da mesma, como vimos no decorrer dêste trabalho, é constituída por jovens de menos de 20 anos.

A forte proporção de crianças e adolescentes representa uma considerável carga para a economia nacional. Tivemos a ocasião de constatar que, no Brasil, a cada 1 000 adultos cabe proporcionar o sustento e a educação de 733 jovens de menos de 15 anos.

Convém relembrar, de passagem, que é tal a importância numérica do agrupamento humano dos adolescentes no Brasil que, mesmo em tempos normais, uma quarta parte dos ocupados em atividades econômicas extradomésticas se compõe de indivíduos de 10 a 19 anos de idade.

Outra séria limitação ao aproveitamento do potencial humano em nosso País é a constituída por suas condições de reduzida capacidade física. As repercussões da nossa ainda insatisfatória situação sanitária, como é óbvio, se estendem a todos os setores de atividade da vida nacional, diminuindo fortemente a produtividade média anual. Na indústria, por exemplo, o elevado índice de morbidez do operário brasileiro é responsável por uma redução de 8% a 10% das horas de trabalho.

Deve-se notar, porém, para concluir com maior justeza, que em contraste com as demais Regiões Fisiográficas, principalmente a do Nordeste, a do Sul já apresenta um padrão sanitário relativamente elevado.

Outra limitação, talvez ainda mais grave que a anterior ao aproveitamento do nosso potencial humano, é a de ordem cultural. Em nossos dias, os progressos da técnica já não mais permitem o indistinto aproveitamento do homem nas variadas funções da vida nacional; o analfabetismo e a falta de especialização impedem ou dificultam o seu emprêgo num grande número de atividades.

Ao lado do analfabetismo, concorre para o enfraquecimento do poder nacional a acentuada carência de especialistas, em geral, e em particular daqueles cujos serviços mais de perto interessam às atividades econômicas, à transmissão de conhecimentos e à defesa sanitária da população, como os engenheiros, economistas, agrônomos, professôres, médicos, enfermeiros, etc.

As vulnerabilidades citadas, oriundas, respectivamente, da composição por idade de nossa população, de seu insatisfatório padrão sanitário e de seu baixo nível cultural, constituem os aspectos negativos fundamentais de nosso potencial humano. Outras podem ser identificadas, mas, em geral, elas representam apenas desdobramentos e conseqüências das vulnerabilidades fundamentais acima mencionadas.

Assim, devido em grande parte à incultura geral e às deficientes condições sanitárias, responsáveis pelo empirismo e baixo rendimento do trabalho rural, a produção agrícola, pecuária e extrativa se apresenta escassa levando-se

em consideração o número relativamente elevado das pessoas nela ocupadas. De outro lado, o desenvolvimento das atividades de transformação industrial poderia ser maior e mais rápido, não fôra a escassez de habilitação para profissões dependentes de preparo acima do rudimentar, notadamente para as atividades técnicas e especializações que visam ao conhecimento e exploração dos recursos naturais do País. É a ignorância, igualmente — aliada a um baixo "standard" de vida —, a causa da permeabilidade de nossa população a pregações demagógicas e a tôda sorte de messianismos.

Ao enumerarmos as graves vulnerabilidades de nosso potencial humano, não perfilhamos, em absoluto, um conceito depressivo sôbre o homem brasileiro. Os males que nos afligem, inerentes ao ambiente social em que pontificam a falta de instrução, as más condições sanitárias e o baixo padrão de vida são todos de natureza tal, que podem ser eliminados, ou pelo menos atenuados, pela resolução e ação do próprio homem.

Dentre as características atuais de nosso potencial humano, algumas apresentam aspectos positivos apreciáveis, tais como a unidade de língua, a estupenda capacidade de integração racial, a grande mobilidade e intensidade das migrações internas, a frugalidade e resistência do homem às condições adversas do meio — qualidade da qual o nordestino é expressivo exemplo — e o seu apegado amor à terra comum.

Mesmo a estrutura por idade da população, cuja extrema juventude se torna desfavorável do ponto de vista econômico, vai se modificar a longo prazo. Ao progressivo povoamento de nossos espaços vazios e paulatino aumento de nossa urbanização e desenvolvimento industrial seguir-se-á uma redução da natalidade e da mortalidade, com conseqüente "envelhecimento" da população.

É preciso não nos esquecermos de que, se, por um lado, a extrema juventude de nossa população constitui, atualmente, um óbice à integração econômica, por outro, representa a garantia do prosseguimento de nosso rápido crescimento natural, fator favorável à efetiva ocupação de nosso vasto território e ao fortalecimento do potencial nacional.

Visando, diretamente, à elevação de nossa capacidade econômica, assume grande importância a fixação de sadias diretrizes de política demográfica, para o encaminhamento da solução de problemas de imigração e colonização, de assistência educacional e sanitária, de organização e racionalização da vida agrária, de difusão do ensino profissional e especializado e de intensificação das pesquisas técnicas e científicas.

Entre as medidas que precisam ser adotadas ou reforçadas para o fortalecimento do potencial nacional, deve-se assinalar, em primeiro lugar, pela sua importância, relativa facilidade de execução e prontos resultados, as que se destinam a elevar o nível cultural do povo.

Os efeitos da extensão da alfabetização são evidentes: incidem sôbre a mortalidade, diminuindo-a, sôbre a produtividade, aumentando-a; sôbre o padrão de vida, elevando-o; e sôbre a conduta geral do povo, dirigindo-a no sentido dos interêsses nacionais. O homem instruído pode mais fàcilmente prevenir e curar doenças; com o conseqüente aumento da higidez, cresce a sua capacidade de produção e diminui o desperdício das horas de trabalho por efeito da morbidez; e o resultante aumento da produtividade implica, finalmente, na elevação do padrão econômico da vida.

Em segundo lugar, sobressaem as medidas destinadas a diminuir diretamente a mortalidade, pela profilaxia das doenças infecto-contagiosas e pela assistência médico-hospitalar constante da população.

A diminuição da mortalidade geral reflete-se automàticamente na duração média da vida econômicamente ativa, aumentando-a. Além disso, verifica-se, também, que, reduzindo-se a mortalidade, o custo médio da produção do

adulto (ou seja, a despesa média total realizada, por sobrevivente, durante seus 15 primeiros anos de vida) diminui concomitantemente, favorecendo a parcela de poupança da renda nacional que é reinvertida em bens de produção, com conseqüente benefício econômico para o País.

Nas condições atuais da mortalidade, gasta-se muito no Brasil com a formação de um homem que, uma vez criado, corresponde pouco ao ônus de sua criação, produzindo apenas durante um período de tempo relativamente curto e freqüentemente interrompido pelas doenças.

No que se refere à enorme desigualdade na distribuição territorial da população do País, necessário se faz provocar a progressiva ocupação dos espaços vazios do interior por meio de uma adequada assistência governamental a certas zonas do interior, possuidoras de reais possibilidades de germinação econômica, a fim de que as mesmas possam atuar como pontos de atração sôbre as correntes de migração interna, desvindo-as, tanto quanto possível, das grandes metrópoles litorâneas, como o Rio de Janeiro, por exemplo, que não mais apresentam condições para recebê-las.

A assistência governamental a estas zonas, consubstanciada em obras destinadas a provocar e a acelerar o seu desenvolvimento econômico, provoca uma como que reação em cadeia, estimulando o seu povoamento e a conseqüente interiorização dos centros urbanos que, por sua vez, despertam nas mesmas novos surtos de progresso econômico.

Finalmente, no que se refere à política de imigração do exterior, sem entrar em considerações sôbre a grandeza dos contingentes migratórios conveniente aos interêsses do País, convém ressaltar a importância da seleção de imigrantes no sentido de assegurar técnicos e mão-de-obra especializada para o exercício das atividades mais necessárias ao nosso desenvolvimento econômico. Problema conexo, que merece igual atenção, é o relacionado à idade do imigrante, que, além de produtivo, deve ser relativamente moço, tendo assim, à sua disposição, um longo período de vida econômicamente ativa para o exercício das atividades que interessam ao País.

Em homenagem ao grande demógrafo GIORGIO MORTARA, que durante quase vinte anos emprestou o brilho e a originalidade de seu espírito às pesquisas estatísticas entre nós, transcrevemos, em seguida, as palavras com que encerrou uma de suas notáveis conferências sôbre os aspectos gerais da população do Brasil:

"A história dos últimos decênios é rica de exemplos de vitórias conseguidas pelos povos sôbre as doenças, a miséria e a ignorância. Vitórias pacíficas e silenciosas, mas destinadas a deixar traços profundos e benefícios duradouros.

Essas vitórias, porém, não se alcançam pela obra de chefes isolados. Os grandes generais precisam de estados-maiores capazes e de exércitos disciplinados; os grandes estadistas precisam de colaboradores competentes e de povos cooperadores.

É êsse espírito de cooperação que forma a atmosfera propícia às grandes realizações, mesmo onde faltam grandes meios para alcançá-las: pois, como ensina Dante, é *"l'animo che vince ogni battaglia"*.

É êsse espírito que se exige hoje no Brasil, a fim de que, firmando-se na vontade de todos a iniciativa de poucos, consiga êste nosso povo superar os obstáculos que embaraçam o seu caminho, e tornar-se maior e melhor".

APÊNDICE

TABELAS BÁSICAS

Tabela A

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios[1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (*c*)
RONDÔNIA				
Pôrto Velho		10 036	27 244	36,84
ACRE				
Rio Branco		9 371	28 246	33,18
AMAZONAS				
Manaus		89 612	139 620	64,18
Itacoatiara		5 867	30 102	19,49
Parintins		5 855	25 662	22,82
RIO BRANCO				
Boa Vista		5 132	17 247	29,76
PARÁ				
Belém	(2)	239 820	254 949	94,07
Santarém		14 061	60 229	23,35
Bragança		5 495	57 888	9,49
Abaetetuba		5 449	36 587	14,89
Soure		5 264	17 419	30,22
AMAPÁ				
Macapá		9 748	20 594	47,33
MARANHÃO				
São Luís	(3)	93 764	119 785	78,28
Caxias		14 445	107 347	13,46
Pedreiras		7 185	59 475	12,08
Codó		6 027	59 657	10,10
Rosário		5 316	24 886	21,36
São Bento		5 191	27 366	18,97
PIAUÍ				
Teresina		51 418	90 723	56,68
Parnaíba		30 174	49 369	61,12
Floriano		9 101	33 786	26,94
Campo Maior		6 992	39 927	17,51
CEARÁ				
Fortaleza	(4)	235 633	270 169	87,22
Juàzeiro do Norte		41 999	56 146	74,80
Sobral		22 628	70 011	32,32
Crato		15 464	46 408	33,32

FONTE: — Op. cit. na nota 26: "As aglomerações urbanas no Brasil segundo o censo de 1950", de ERNANI THIMÓTEO DE BARROS.

[1] Reuniram-se à aglomeração urbana do distrito-sede as aglomerações urbanas de outros distritos do mesmo Município, quando estas últimas ultrapassavam a cifra de 5 000 habitantes. Observe-se também que houve casos em que se apresentou, não a população da aglomeração urbana do distrito-sede, porque esta não atingia a cifra referida, mas sim a população das aglomerações urbanas de outros distritos, do mesmo Município, que satisfaziam aquela condição. Todos êsses casos estão assinalados nas notas seguintes. [2] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Icoraci (8 168 habitantes) e Mosqueiro (6 434 habitantes).

[3] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Anil (8 694 habitantes) e Ribamar (5 339 habitantes). [4] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Parangaba (24 459 habitantes) e Antônio Bezerra (6 122 habitantes).

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (c)
CEARÁ (conclusão)				
Iguatu		10 063	41 922	24,00
Aracati		8 952	36 842	24,30
Camocim		8 299	33 626	24,68
Cratéus		7 391	34 227	21,59
Ipu		5 874	37 242	15,77
Russas		5 531	34 077	16,23
Quixadá		5 417	61 631	8,79
Maranguape		5 412	41 585	13,01
Baturité		5 194	37 927	13,69
Senador Pompeu		5 158	25 209	20,46
RIO GRANDE DO NORTE				
Natal		94 812	103 215	91,86
Mossoró		19 612	40 681	48,21
Caicó		7 755	24 214	32,03
Areia Branca		7 665	15 717	48,77
Macau		7 661	23 553	32,53
Currais Novos		5 179	28 433	18,21
Nova Cruz		5 131	27 565	18,61
Ceará-Mirim		5 092	25 739	19,78
Açu		5 071	27 259	18,60
PARAÍBA				
João Pessoa	(5)	96 265	119 326	80,67
Campina Grande		72 464	173 206	41,84
Mamanguape	(6)	26 108	83 112	31,41
Santa Rita	(7)	20 343	42 929	47,39
Patos		13 889	49 540	28,04
Cajàzeiras		9 832	30 918	31,80
Guarabira		9 425	81 204	11,61
Itabaiana		8 670	38 471	22,54
Sapé		7 416	47 259	15,69
Alagoa Grande		6 990	29 890	23,39
Esperança		6 857	24 021	28,55
PERNAMBUCO				
Recife		512 370	524 682	97,65
Caruaru		43 501	102 877	42,28
Jaboatão	(8)	39 574	57 278	69,09
Olinda		38 169	62 435	61,13
Paulista	(9)	32 406	48 103	67,37
Garanhuns		20 550	101 471	20,25
Vitória de Santo Antão		15 720	75 946	20,70
Limoeiro		14 122	76 527	18,45
Goiana		13 744	44 962	30,57
Pesqueira		13 124	48 584	27,01
Carpina		12 431	28 490	43,63
Moreno		11 411	23 095	49,41

[5] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cabedelo (6 748 habitantes). [6] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Rio Tinto (19 774 habitantes). [7] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Bayeux (7 981 habitantes). [8] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Muribeca dos Guararapes (5 395 habitantes). [9] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Abreu e Lima (5 554 habitantes) e Paratibe (5 609 habitantes).

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (*c*)
PERNAMBUCO (conclusão)			
Timbaúba	11 041	37 059	29,79
Gravatá	10 816	47 859	22,60
Palmares	10 055	38 318	26,24
Arcoverde	9 599	16 888	56,84
Bezerros	7 737	63 168	12,25
Barreiros	7 666	28 093	27,29
Escada	7 533	28 966	25,98
Petrolina	7 478	27 330	27,36
Catende	7 053	24 693	28,56
Belo Jardim	6 971	37 049	18,82
Nazaré da Mata	6 577	41 086	16,01
São Lourenço da Mata	(10) 6 118	33 671	18,17
Bom Conselho	6 113	66 709	9,16
Cabo	6 029	36 007	16,74
Ribeirão	5 639	20 062	28,11
Paudalho	5 360	32 148	16,67
Serra Talhada	5 353	35 192	15,21
Sertânia	5 170	21 994	23,51
ALAGOAS			
Maceió	99 088	120 980	81,90
Penedo	14 222	20 762	68,50
Rio Largo	13 524	31 354	43,13
Palmeira dos Índios	9 246	66 636	13,88
Arapiraca	8 791	37 073	23,71
União dos Palmares	6 917	58 381	11,85
Pilar	6 826	13 176	51,81
Viçosa	6 000	52 509	11,43
Água Branca	(11) 5 080	28 956	17,54
SERGIPE			
Aracaju	67 539	78 364	86,19
Estância	14 051	20 216	69,50
Propriá	12 654	17 884	70,76
São Cristóvão	6 742	17 359	38,84
Neópolis	6 086	12 705	47,90
Itabaiana	5 746	35 802	16,05
Maruim	5 009	8 013	62,51
BAHIA			
Salvador	389 422	417 235	93,33
Ilhéus	(12) 35 058	134 240	26,12
Itabuna	(13) 34 663	147 730	23,46
Feira de Santana	26 559	107 205	24,77
Alagoinhas	21 283	52 007	40,92
Jequié	20 652	90 155	22,91
Vitória da Conquista	17 503	96 664	18,11

[10] População da aglomeração urbana do distrito de Camarajibe. [11] População da aglomeração urbana do distrito de Delmiro. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes. [12] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Coaraci (7 126 habitantes) e Itajuípe (5 339 habitantes). [13] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Ibicaraí (9 312 habitantes).

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (c)
BAHIA (conclusão)			
Juàzeiro	15 896	34 416	46,19
Santo Amaro	12 258	85 739	14,30
Valença	11 492	33 057	34,76
Santo Antônio de Jesus	11 417	29 668	38,48
Nazaré	11 205	24 045	46,60
Cachoeira	10 825	26 979	40,12
Senhor do Bonfim	10 113	31 652	31,95
Maragogipe	9 744	36 868	26,43
Itambé	(14) 7 887	46 030	17,13
Muritiba	7 452	31 605	23,58
Jacobina	7 224	61 681	11,71
Ipiaú	6 981	48 056	14,53
Cruz das Almas	6 758	32 276	20,94
Serrinha	6 602	68 413	9,65
Canavieiras	6 579	53 830	12,22
Castro Alves	6 479	38 912	16,65
Itaberaba	5 896	56 990	10,35
São Félix	5 872	14 801	39,67
Barreiras	5 802	35 199	16,48
Barra	5 580	31 781	17,56
Rui Barbosa	5 574	37 317	14,94
Belmonte	5 204	33 115	15,71
MINAS GERAIS			
Belo Horizonte	338 585	352 724	95,99
Juiz de Fora	84 995	126 989	66,93
Uberaba	42 481	69 434	61,18
Uberlândia	34 866	54 984	63,41
Barbacena	24 718	68 285	36,20
Araguari	24 619	43 305	56,85
São João del Rei	24 560	50 621	48,52
Itajubá	20 627	40 465	50,97
Montes Claros	20 370	71 736	28,40
Governador Valadares	20 357	60 958	33,40
Teófilo Otôni	19 790	87 316	22,66
Divinópolis	19 701	32 361	60,88
Poços de Caldas	19 109	25 237	75,72
Sete Lagoas	18 438	24 868	74,14
Conselheiro Lafaiete	18 042	47 327	38,12
Nova Lima	17 415	21 932	79,40
Ponte Nova	15 056	60 463	24,90
Araxá	14 375	18 515	77,64
Passos	14 044	33 811	41,54
Ubá	14 022	40 516	34,61
Curvelo	13 633	42 825	31,83
Santos Dumont	13 599	33 410	40,70
Varginha	13 147	23 555	55,81
Caratinga	12 923	73 906	17,49
Cataguases	12 837	33 827	37,95
Pouso Alegre	12 509	28 731	43,54

[14] População da aglomeração urbana do distrito de Itapetinga. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (*c*)
MINAS GERAIS (conclusão)			
Lavras	12 257	27 364	44,79
Além Paraíba	12 051	26 505	45,47
Formiga	11 782	33 275	35,41
Muriaé	11 437	48 164	23,75
Patos de Minas	11 414	64 244	17,77
Rio Piracicaba	(15) 11 168	20 946	53,32
Leopoldina	10 828	40 529	26,72
São Sebastião do Paraíso	10 532	22 658	46,48
Campo Belo	10 449	26 615	39,26
Três Corações	10 025	22 465	44,62
Diamantina	9 837	56 025	17,56
Itaúna	9 254	23 812	38,86
Guaxupé	9 227	18 562	49,71
Sabará	9 183	13 310	68,99
Alfenas	9 052	19 803	45,71
Carangola	9 048	42 122	21,48
Pará de Minas	9 025	28 482	31,69
Ouro Prêto	8 751	32 859	26,63
São Lourenço	8 692	10 792	80,54
Aimorés	8 625	37 022	23,30
Pirapora	8 531	28 282	30,16
Ituiutaba	8 002	52 472	15,25
Bom Despacho	7 976	25 279	31,55
Oliveira	7 832	23 550	33,26
Caxambu	7 685	8 791	87,42
Ouro Fino	7 592	26 455	28,70
Itabira	7 357	25 274	29,11
Visconde do Rio Branco	7 357	26 179	28,10
Itabirito	7 104	12 820	55,41
Januária	7 023	49 756	14,11
Patrocínio	6 905	34 061	20,27
São João Nepomuceno	6 797	22 707	29,93
Corinto	6 678	25 668	26,02
Caeté	6 663	21 911	30,41
Viçosa	6 424	36 588	17,56
Manhuaçu	6 050	34 747	17,41
Machado	6 042	22 708	26,61
Santa Rita do Sapucaí	6 003	25 264	23,76
Paracatu	5 909	29 912	19,75
Piuí	5 736	15 736	36,45
Três Pontas	5 659	23 310	24,28
Pedra Azul	5 589	21 932	25,48
Manhumirim	5 490	27 686	19,83
Dores do Indaiá	5 475	18 441	29,69
Pitangui	5 367	34 377	15,61
Raposos	5 352	6 411	83,48
Paraisópolis	5 341	18 417	29,00
Bicas	5 241	10 214	51,31
Muzambinho	5 211	16 140	32,29
Itapecerica	5 003	35 833	13,96

[15] População da aglomeração urbana do distrito de João Monlevade. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (*c*)
ESPÍRITO SANTO				
Vitória		49 735	50 922	97,67
Cachoeiro do Itapemirim		24 021	81 082	29,63
Espírito Santo	(16)	20 558	23 127	88,89
Cariacica	(17)	6 547	21 741	30,11
Colatina		6 451	100 437	6,42
Alegre		5 159	58 968	8,75
RIO DE JANEIRO				
Niterói		170 868	186 309	91,71
São Gonçalo	(18)	101 002	127 276	79,36
Nova Iguaçu	(19)	76 568	145 649	52,57
São João de Meriti	(20)	76 462	76 462	100,00
Duque de Caxias		73 527	92 459	79,52
Campos	(21)	72 980	237 633	30,71
Petrópolis	(22)	72 007	108 307	66,48
RIO DE JANEIRO				
Barra Mansa	(23)	53 036	70 880	74,83
Nilópolis	(24)	46 406	46 406	100,00
Nova Friburgo		28 458	47 755	59,59
Barra do Piraí	(25)	25 874	45 156	57,30
Teresópolis		14 651	34 396	42,60
Três Rios		14 376	34 816	41,29
Magé	(26)	13 486	36 761	36,69
Resende	(27)	13 361	34 752	38,45
Marquês de Valença		12 469	36 126	34,52
Macaé		10 664	54 873	19,43
Itaperuna		8 819	75 011	11,76
Rio Bonito		7 318	25 157	29,09
Miracema		6 820	18 722	36,43
Cabo Frio		6 652	16 176	41,12
Paraíba do Sul		5 697	21 966	25,94
Angra dos Reis		5 277	20 929	25,21
DISTRITO FEDERAL				
Rio de Janeiro		2 303 063	2 377 451	96,87
SÃO PAULO				
São Paulo	(28)	2 041 857	2 198 096	92,89
Santos		198 405	203 562	97,47

[16] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Argolas (10 857 habitantes). [17] População da aglomeração urbana do distrito de Itaquari. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes. [18] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Neves (52 424 habitantes) e Sete Pontes (27 958 habitantes). [19] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Belford Roxo (12 933 habitantes) e Queimados (5 102 habitantes). [20] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Coelho da Rocha (21 394 habitantes) e São Mateus (11 278 habitantes). [21] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Guarus (11 347 habitantes). [22] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cascatinha (10 996 habitantes).

[23] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Volta Redonda (32 143 habitantes). [24] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Olinda (15 695 habitantes). [25] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Mendes (5 850 habitantes). [26] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Santo Aleixo (6 406 habitantes). [27] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Agulhas Negras (6 439 habitantes). [28] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de São Miguel Paulista (16 022 habitantes) e Itaquera (8 810 habitantes).

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
SÃO PAULO (continuação)			
Santo André	(29) 102 812	127 032	80,93
Campinas	99 156	152 547	65,00
Sorocaba	(30) 74 553	93 928	79,37
Ribeirão Prêto	63 312	92 160	68,70
São Caetano do Sul	55 399	59 832	92,59
Bauru	51 734	65 452	79,04
Piracicaba	45 782	87 835	52,12
Jundiaí	39 014	69 165	56,41
São José do Rio Prêto	36 942	65 852	56,10
Marília	35 742	86 844	41,16
Taubaté	35 149	52 997	66,32
Rio Claro	34 618	47 073	73,54
Araraquara	34 114	62 688	54,42
Mogi das Cruzes	31 300	61 553	50,85
São Carlos	30 830	47 731	64,59
São Vicente	28 012	31 684	88,41
Limeira	27 552	46 281	59,53
Araçatuba	26 862	59 452	45,18
Presidente Prudente	26 790	60 903	43,99
Franca	26 629	53 485	49,79
São José dos Campos	25 892	44 804	57,79
Lins	23 737	56 304	42,16
Botucatu	23 099	41 264	55,98
Barretos	22 689	50 249	45,15
Catanduva	21 604	44 431	48,62
Guaratinguetá	20 811	36 657	56,77
São Bernardo do Campo	19 960	29 295	68,13
Jaú	18 578	44 141	42,09
Tupã	17 946	56 682	31,66
Itapetininga	17 475	38 181	45,77
Assis	16 675	32 959	50,59
Itu	16 550	30 883	53,59
Guarulhos	16 261	34 683	46,88
Lorena	16 033	24 569	65,26
Bragança Paulista	16 027	51 623	31,05
São João da Boa Vista	15 837	33 874	46,75
Jacareí	15 251	27 561	55,34
Cruzeiro	14 169	19 918	71,14
Jaboticabal	13 850	30 863	44,88
Ourinhos	13 457	21 085	63,82
Pindamonhangaba	13 397	28 901	46,35
Americana	13 330	21 415	62,25
Tatuí	13 244	29 431	45,00
Birigui	12 550	31 018	40,46
Pirassununga	12 546	26 081	48,10
Garça	12 433	42 912	28,97
Araras	12 331	28 599	43,12
Avaré	12 061	27 478	43,89
Bebedouro	11 360	27 238	41,71
Itapira	10 929	31 061	35,19

[29] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Mauá (5 368 habitantes). [30] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Votorantim (5 742 habitantes).

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
SÃO PAULO (continuação)			
Mogi-Mirim	10 913	29 783	36,64
Caçapava	10 683	19 301	55,35
Amparo	10 482	26 965	38,87
Pinhal	10 103	28 805	35,07
Batatais	9 735	21 677	44,91
Andradina	9 366	48 783	19,20
Olímpia	9 245	37 906	24,39
Itararé	9 177	16 531	55,51
Pôrto Feliz	9 112	19 615	46,45
Salto	9 056	11 400	79,44
São José do Rio Pardo	8 956	32 019	27,97
Guarujá	8 954	13 203	67,82
Penápolis	8 832	34 608	25,52
Votuporanga	8 780	22 433	39,14
Aparecida	8 759	15 088	58,05
Lucélia	8 575	29 900	28,68
Adamantina	8 557	35 223	24,29
Santa Cruz do Rio Pardo	8 293	32 158	25,79
Guararapes	8 038	27 162	29,59
Mococa	7 893	30 706	25,71
Rancharia	7 884	27 355	28,82
Itatiba	7 853	17 212	45,63
Taquaritinga	7 641	23 948	31,91
Mirassol	7 620	31 375	24,29
Piquete	7 471	10 372	72,03
Casa Branca	7 373	21 123	34,91
São Roque	7 307	27 217	26,85
Tietê	7 187	17 907	40,14
Valparaíso	7 159	21 628	33,10
Capivari	7 053	23 522	29,98
Ituverava	6 926	24 563	28,20
Cachoeira Paulista	6 855	12 492	54,88
Atibaia	6 795	18 130	37,48
São Joaquim da Barra	6 714	15 766	42,59
Osvaldo Cruz	6 591	27 022	24,39
Paraguaçu Paulista	6 562	24 543	26,74
Presidente Venceslau	6 559	30 506	21,50
Cubatão	6 426	11 803	54,44
Promissão	6 376	21 770	29,29
Leme	6 365	15 480	41,12
Santo Anastácio	6 312	36 489	17,30
São Manuel	6 280	29 354	21,39
Campos do Jordão	6 270	13 040	48,08
Novo Horizonte	6 114	25 833	23,67
Ibitinga	6 113	18 836	32,45
Pederneiras	6 087	17 804	34,19
Poá	6 080	11 697	51,98
Santa Bárbara d'Oeste	6 073	15 624	38,87
Itapeva	6 072	23 546	25,79
Sertãozinho	6 070	20 357	29,82
Pompéia	6 025	39 398	15,29
Piraju	5 980	20 954	28,54

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (*c*)
SÃO PAULO (conclusão)			
Barueri	(31) 5 948	10 447	56,94
Igarapava	5 792	28 336	20,44
Franco da Rocha	5 680	26 055	21,80
Pirajuí	5 654	37 573	15,05
Indaiatuba	5 556	11 253	49,37
Fernandópolis	5 528	29 303	18,86
Dois Córregos	5 464	13 041	41,90
Suzano	5 369	11 157	48,12
Itápolis	5 216	21 216	24,59
Cafelândia	5 151	27 066	19,03
Bariri	5 145	22 030	23,35
Vera Cruz	5 136	15 851	32,40
PARANÁ			
Curitiba	138 178	180 575	76,52
Ponta Grossa	42 875	53 578	80,02
Londrina	33 095	71 412	46,34
Paranaguá	15 803	24 638	64,14
Mandaguari	(32) 13 637	101 657	13,43
Apucarana	11 981	88 977	13,47
Arapongas	11 645	58 488	19,91
Cornélio Procópio	8 662	56 394	15,36
Jacarèzinho	8 131	34 405	23,63
Rolândia	7 735	34 074	22,70
Rio Negro	7 653	28 479	26,87
União da Vitória	7 628	33 693	22,64
Irati	7 072	25 491	27,74
Cambé	6 436	19 166	33,58
Castro	6 158	29 065	21,19
Cambará	6 028	19 799	30,45
Guarapuava	5 489	67 436	8,14
Lapa	5 381	(33) 46 511	11,57
Antonina	5 151	10 991	46,87
SANTA CATARINA			
Florianópolis	48 264	67 630	71,36
Blumenau	22 627	48 108	47,03
Joinville	20 951	43 334	48,35
Itajaí	19 797	52 057	38,03
Lajes	14 596	77 234	18,90
Tubarão	11 740	67 045	17,51
Brusque	11 011	32 351	34,04
São Francisco do Sul	9 825	19 853	49,49
Laguna	9 459	38 189	24,77
Mafra	8 603	25 472	33,77

[31] População da aglomeração urbana do distrito de Carapicuíba. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes. [32] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Maringá (7 270 habitantes). [33] População retificada mediante o acréscimo de 13 780 habitantes que constituem a população estimada dos distritos de Água Azul e Antônio Olinto, para os quais, por extravio dos boletins originais do levantamento, não pôde ser realizada a apuração definitiva. A estimativa foi realizada com base na apuração preliminar, baseada nas cadernetas dos agentes recenseadores. Vejam-se os "Apontamentos sôbre a população do Brasil", do Laboratório de Estatística (IBGE, edição mimeográfica, abril de 1953).

Tabela A (Continuação)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICIPIO (b)	100 a/b (c)
SANTA CATARINA (conclusão)				
Criciúma		8 014	50 854	15,76
Caçador		6 828	23 723	28,78
Joaçaba		6 714	48 299	13,90
Rio do Sul		5 966	57 152	10,44
Canoinhas		5 705	52 556	10,86
Pôrto União		5 405	24 601	21,97
RIO GRANDE DO SUL				
Pôrto Alegre		375 049	394 151	95,15
Pelotas		78 014	127 641	61,12
Rio Grande		63 235	77 915	81,16
Santa Maria		44 949	83 001	54,15
Bagé		34 525	64 923	53,18
Canoas	(34)	33 632	39 826	84,45
Uruguaiana		32 639	48 773	66,92
Caxias do Sul		31 561	58 594	53,86
Livramento		29 099	48 411	60,11
São Leopoldo	(35)	28 098	75 601	37,17
Passo Fundo		24 395	101 887	23,94
Cachoeira do Sul		23 270	94 110	24,73
Novo Hamburgo		19 604	29 447	66,57
Alegrete		19 560	43 426	45,04
Cruz Alta		19 375	64 721	29,94
São Jerônimo	(36)	19 017	49 841	38,16
Erechim		14 418	119 529	12,06
São Gabriel		14 384	38 472	37,39
Santo Ângelo		13 573	89 601	15,15
Santa Cruz do Sul		13 161	69 605	18,91
Rosário do Sul		11 992	28 049	42,75
São Borja		11 829	38 835	30,46
Caràzinho		11 740	56 127	20,92
Dom Pedrito		11 124	25 707	43,27
Santiago		9 469	31 300	30,25
Jaguarão		9 382	16 255	57,72
Itaqui		8 814	19 162	46,00
Ijuí		8 652	49 509	17,48
Rio Pardo		8 322	40 039	20,78
Montenegro		8 123	50 385	16,12
São Luís Gonzaga		7 767	73 652	10,55
Quaraí		7 358	15 526	47,39
Taquara		7 274	51 585	14,10
Bento Gonçalves		6 920	24 933	27,75
Santa Vitória do Palmar		5 807	15 868	38,28
Cacequi		5 699	14 824	38,44
Vacaria		5 516	41 722	13,22
Lajeado		5 126	47 710	10,74
Tupanciretã		5 047	25 196	20,03

[34] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Niterói (14 480 habitantes). [35] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Esteio (9 718 habitantes). [36] População das aglomerações urbanas dos distritos de Arroio dos Ratos (10 379 habitantes) e Butiá (8 638 habitantes). A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

Tabela A (Conclusão)

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (*b*)	100 a/b (*c*)
MATO GROSSO			
Campo Grande	31 708	57 033	55,60
Cuiabá	23 745	56 204	42,25
Corumbá	18 725	38 734	48,34
Três Lagoas	7 650	18 803	40,68
Aquidauana	7 472	21 258	35,15
Bela Vista	6 090	16 436	37,05
Ponta Porã	5 152	19 997	25,76
GOIÁS			
Goiânia	39 871	53 389	74,68
Anápolis	18 350	50 338	36,45
Trindade	8 247	17 342	47,56
Ipameri	7 234	21 398	33,81
Catalão	6 088	30 652	19,86
Goiás	5 606	124 905	4,49
Rio Verde	5 395	24 731	21,81

Tabela B

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950 [1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (d)
AMAZONAS				
Manaus	66 854	89 612	22 758	34,04
PARÁ				
Belém (2)	172 755	233 386	60 631	35,10
Santarém	7 527	14 061	6 534	86,81
Vigia	6 041	4 920	1 121	18,56
MARANHÃO				
São Luís	58 735	79 731	20 996	35,75
Caxias	7 042	14 445	7 403	105,13
PIAUÍ				
Teresina	34 695	51 418	16 723	48,20
Parnaíba	22 176	30 174	7 998	36,07
Floriano	7 084	9 101	2 017	28,47
CEARÁ				
Fortaleza	140 901	205 052	64 151	45,53
Juàzeiro do Norte (3)	23 490	41 999	18 509	78,80
Sobral	13 533	22 628	9 095	67,21
Crato	11 233	15 464	4 231	37,67
Camocim	7 645	8 299	654	8,55
Iguatu	7 249	10 063	2 814	38,82
Aracati	6 731	8 952	2 221	33,00
Baturité	5 247	5 194	— 53	— 1,01
Quixadá	5 142	5 417	275	5,35
RIO GRANDE DO NORTE				
Natal	51 479	94 812	43 333	84,18
Mossoró	13 374	19 612	6 238	46,64
Macau	6 584	7 661	1 077	16,36
Areia Branca	5 792	7 665	1 873	32,34

FONTE: — Op. cit. na nota 26: "As aglomerações urbanas no Brasil segundo o censo de 1950", de ERNANI THIMÓTEO DE BARROS.

[1] Reuniram-se à aglomeração urbana do distrito-sede as aglomerações urbanas de outros distritos do mesmo Município, quando estas últimas ultrapassavam a cifra de 5 000 habitantes em 1940. Observe-se também que houve casos em que se apresentou não a população da aglomeração urbana do distrito-sede do Município, porque esta não atingia, em 1940, a cifra acima referida, mas sim, a população da aglomeração urbana de outros distritos, do mesmo Município, que satisfaziam aquela condição. Deve-se levar em conta, também, que em 1950 outros distritos-sedes e outros distritos apresentam aglomerações urbanas com população superior ao limite estabelecido. Mas na presente tabela não são consideradas essas aglomerações. A nomenclatura dos Municípios é a vigente em 1950, na data do censo. São referidas em notas as modificações de nomenclatura ocorridas entre 1940 e 1950 para os Municípios considerados. [2] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito que, na data do censo de 1940, era denominado Pinheiro e que, na data do de 1950 é denominado Icoraci. Em 1940 a população dessa aglomeração atingia 8 082 habitantes, enquanto em 1950 atinge 8 168 habitantes. [3] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Juàzeiro.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*b*)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (*c*)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (*d*)
PARAÍBA				
João Pessoa (4)	76 561	96 265	19 704	25,74
Campina Grande	33 818	72 464	38 646	114,28
Mamanguape (5)	14 346	19 774	5 428	37,84
Santa Rita	10 805	12 362	1 557	14,41
Cajàzeiras	8 146	9 832	1 686	20,70
Itabaiana	7 972	8 670	698	8,76
Patos	7 760	13 889	6 129	78,98
Guarabira	6 184	9 425	3 241	52,41
PERNAMBUCO				
Recife	323 177	512 370	189 193	58,54
Olinda	31 666	38 169	6 503	20,54
Caruaru	24 264	43 501	19 237	79,28
Garanhuns	16 279	20 550	4 271	26,24
Jaboatão	13 060	34 179	21 119	161,71
Paulista	12 843	21 243	8 400	65,41
Limoeiro	12 493	14 122	1 629	13,04
Vit. de Santo Antão (6)	12 435	15 720	3 285	26,42
Carpina	9 756	12 431	2 675	27,42
Goiana	9 681	13 744	4 063	41,97
Gravatá	8 676	10 816	2 140	24,67
Timbaúba	8 532	11 041	2 509	29,41
Pesqueira	8 472	13 124	4 652	54,91
Moreno	7 282	11 411	4 129	56,70
Palmares	7 223	10 055	2 832	39,21
Bezerros	6 772	7 737	965	14,25
Barreiros	6 055	7 666	1 611	26,61
Escada	5 651	7 533	1 882	33,30
Nazaré da Mata (7)	5 418	6 577	1 159	21,39
Bom Conselho	5 257	6 113	856	16,28
Catende	5 238	7 053	1 815	34,65
ALAGOAS				
Maceió	80 045	99 088	19 043	23,79
Penedo	12 651	14 222	1 571	12,42
Rio Largo	8 762	13 524	4 762	54,35
Viçosa	6 652	6 000	— 652	— 9,80
União dos Palmares (8)	6 102	6 917	815	13,36
Pilar	5 734	6 826	1 092	19,04
Palmeira dos Índios	5 433	9 246	3 813	70,18

[4] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cabedelo, que em 1940 atingia 5 403 habitantes, enquanto em 1950 atinge 6 748 habitantes. [5] População da aglomeração urbana do distrito de Rio Tinto, porque, em 1940, ao contrário do que se verifica em 1950, a população da aglomeração do distrito-sede não atingia 5 000 habitantes. Nesta última data, a população da aglomeração urbana do distrito-sede atinge 6 334 habitantes. [6] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Vitória. [7] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Nazaré. [8] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado União.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*b*)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (*c*)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (*d*)
SERGIPE				
Aracaju	50 306	67 539	17 233	34,26
Estância	10 324	14 051	3 727	36,10
Propriá	10 314	12 654	2 340	22,69
BAHIA				
Salvador	290 443	389 422	98 979	34,08
Itabuna	15 712	25 351	9 639	61,35
Ilhéus	15 566	22 593	7 027	45,14
Feira de Santana	14 131	26 559	12 428	87,95
Nazaré	13 382	11 205	— 2 177	— 16,27
Alagoinhas	13 317	21 283	7 966	59,82
Jequié	13 268	20 652	7 384	55,65
Santo Amaro	10 929	12 258	1 329	12,16
Juàzeiro	10 831	15 896	5 065	46,76
Cachoeira	10 374	10 825	451	4,35
Valença	9 636	11 492	1 856	19,26
Maragogipe	8 589	9 744	1 155	13,45
Santo Antônio de Jesus	8 518	11 417	2 899	34,03
Vitória da Conquista (9)	7 682	17 503	9 821	127,84
Senhor do Bonfim (10)	7 213	10 113	2 900	40,21
Castro Alves	7 208	6 479	— 729	— 10,11
Muritiba	7 095	7 452	357	5,03
São Félix	6 559	5 872	— 687	— 10,47
Belmonte	6 137	5 204	— 933	— 15,20
Canavieiras	5 587	6 579	992	17,76
MINAS GERAIS				
Belo Horizonte	177 004	338 585	161 581	91,29
Juiz de Fora	70 849	84 995	14 146	19,97
Uberaba	31 259	42 481	11 222	35,90
São João del Rei	22 551	24 560	2 009	8,91
Uberlândia	21 530	34 866	13 336	61,94
Barbacena	19 238	24 718	5 480	28,49
Nova Lima	16 321	17 415	1 094	6,70
Araguari	15 974	24 619	8 645	54,12
Itajubá	14 704	20 627	5 923	40,28
Conselheiro Lafaiete	14 352	18 042	3 690	25,71
Montes Claros	13 768	20 370	6 602	47,95
Poços de Caldas	13 751	19 109	5 358	38,96
Teófilo Otôni	11 968	19 790	7 822	65,36
Ponte Nova	11 707	15 056	3 349	28,61
Pouso Alegre	11 582	12 509	927	8,00
Santos Dumont	11 385	13 599	2 214	19,45
Passos	11 336	14 044	2 708	23,89
Lavras	11 075	12 257	1 182	10,67
Varginha	10 954	13 147	2 193	20,02

[9] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Conquista. [10] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Bonfim.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (d)
Ubá	10 911	14 022	3 111	28,51
Sete Lagoas	10 537	18 438	7 901	74,98
Araxá	10 040	14 375	4 335	43,18
Diamantina	9 663	9 837	174	1,80
São Sebastião do Paraíso	9 663	10 532	869	8,99
Além Paraíba	9 598	12 051	2 453	25,56
Divinópolis	9 593	19 701	10 108	105,37
Muriaé	9 171	11 437	2 266	24,71
Formiga	9 010	11 782	2 772	30,77
Cataguases	8 972	12 837	3 865	43,08
Ouro Prêto	8 819	8 751	— 68	— 0,77
Carangola	8 758	9 048	290	3,31
Guaxupé	8 563	9 227	664	7,75
Curvelo	7 909	13 633	5 724	72,37
Sabará	7 588	9 183	1 595	21,02
Alfenas	7 422	9 052	1 630	21,96
Pirapora	7 365	8 531	1 166	15,83
Leopoldina	7 261	10 828	3 567	49,13
São Lourenço	7 247	8 692	1 445	19,94
Ouro Fino	7 149	7 592	443	6,20
Três Corações	7 141	10 025	2 884	40,39
Campo Belo	7 094	10 449	3 355	47,29
Patos de Minas (11)	6 943	11 414	4 471	64,40
Pará de Minas	6 710	9 025	2 315	34,50
Oliveira	6 630	7 832	1 202	18,13
Visc. do Rio Branco (12)	6 526	7 357	831	12,73
Viçosa	6 326	6 424	98	1,55
Patrocínio	6 078	6 905	827	13,61
São João Nepomuceno	5 879	6 797	918	15,61
Caxambu	5 866	7 685	1 819	31,01
Januária	5 747	7 023	1 276	22,20
Governador Valadares	5 734	20 357	14 623	255,02
Bom Despacho	5 577	7 976	2 399	43,02
Machado	5 498	6 042	544	9,89
Lambari	5 438	4 840	— 598	— 11,00
Dores do Indaiá	5 377	5 475	98	1,82
Mariana	5 224	4 384	— 840	— 16,08
Santa Rita do Sapucaí	5 184	6 003	819	15,80
Três Pontas	5 116	5 659	543	10,61
Manhuaçu	5 094	6 050	956	18,77
Corinto	5 047	6 678	1 631	32,32
Itaúna	5 035	9 254	4 219	83,79
ESPÍRITO SANTO				
Vitória	42 098	49 735	7 637	18,14
Cachoeiro do Itapemirim	18 812	24 021	5 209	27,69
Espírito Santo (13)	12 680	20 558	7 878	62,13

[11] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Patos. [12] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Rio Branco. [13] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Argolas, que, em 1940 atingia 7 039 habitantes, enquanto em 1950 atinge 10 857 habitantes.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*b*)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS ENTRE 1940 E 1950 (*c*)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (*d*)
RIO DE JANEIRO				
Niterói	124 507	170 868	46 361	37,24
Nova Iguaçu (14)	104 840	206 561	101 721	97,02
São Gonçalo (15)	96 682	101 002	34 320	51,47
Campos (16)	58 031	72 980	14 949	25,76
Petrópolis (17)	52 527	72 007	19 480	37,09
Nova Friburgo	16 041	28 458	12 417	77,41
Barra do Piraí	14 846	20 024	5 178	34,88
Marquês de Valença (18)	10 614	12 469	1 855	17,48
Três Rios (19)	10 285	14 376	4 091	39,78
Teresópolis	9 747	14 651	4 904	50,31
Macaé	9 534	10 664	1 130	11,85
Barra Mansa	8 839	20 893	12 054	136,37
Itaperuna	6 697	8 819	2 122	31,69
Miracema	6 242	6 820	578	9,26
Cabo Frio	5 647	6 652	1 005	17,80
Magé	5 168	7 080	1 912	37,00
Resende	5 040	6 922	1 882	37,34
DISTRITO FEDERAL				
Rio de Janeiro	(20) 1 700 000	2 303 063	603 063	35,47
SÃO PAULO				
São Paulo	1 258 482	2 017 025	758 543	60,27
Santos	155 894	198 405	42 511	27,27
Campinas	77 779	99 156	21 377	27,48
Santo André (21)	70 280	117 404	47 124	67,05
Sorocaba (22)	53 152	74 553	21 401	40,26

[14] Inclusive, em 1940, a população das aglomerações urbanas dos distritos de Caxias, Meriti e Nilópolis, do mesmo Município. Em 1950, êsses distritos constituem a sede, respectivamente, de três novos Municípios: de Duque de Caxias, de São João de Meriti e de Nilópolis. A população das aglomerações urbanas dos distritos-sedes citados, foi, para 1950, reunida ao do de Nova Iguaçu para permitir a comparação com 1940. Dá-se abaixo a população das aglomerações referidas: Duque de Caxias (ex-Caxias) 23 707 hab em 1940 e 73 527 hab em 1950, São João de Meriti (ex-Meriti) 38 194 hab em 1940 e 43 790 hab em 1950, Nilópolis 22 341 hab em 1940 e 30 711 hab em 1950. [15] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Neves e Sete Pontes que em 1940 tinham respectivamente 34 181 e 24 017 habitantes e que em 1950 têm respectivamente 52 424 e 27 958 habitantes. [16] Inclusive a aglomeração urbana do distrito, que, na data do censo de 1940, era denominado Guarulhos e que, na data do de 1950, é denominado Guarus. Em 1940 a população dessa aglomeração atingia 6 368 habitantes, enquanto em 1950 atinge 11 347 habitantes. [17] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cascatinha, que em 1940 atingia 6 166 habitantes,enquanto em 1950 atinge 10 996 habitantes. [18] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Valença. [19] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Entre Rios. [20] Estimativa, que por ter sido realizada de acôrdo, tanto quanto possível, com os critérios adotados pelo Serviço Nacional de Recensamento de 1950, difere da apresentada anteriormente à realização do último censo demográfico. O cálculo desta segunda estimativa visa apenas a tornar, embora imperfeitamente, comparáveis os dados de 1940 com os de 1950.

[21] Inclusive, em 1940, a população da aglomeração urbana do distrito de São Bernardo (7 840 habitantes). Em 1950, êsse distrito constitui a sede do novo Município de São Bernardo do Campo. A população da aglomeração urbana dêsse distrito (19 960 habitantes) foi, para permitir a comparação, reunida à da aglomeração urbana do distrito de Santo André. [22] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Votorantim, que em 1940 atingia 5 041 habitantes, enquanto em 1950 atinge 5 742 habitantes.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO 100 (c)/(a) (d)
SÃO PAULO (continuação)				
Ribeirão Prêto	46 946	63 312	16 366	34,86
Bauru	32 796	51 734	18 938	57,74
Piracicaba	31 923	45 782	13 859	43,41
Jundiaí	29 532	39 014	9 482	32,11
Araraquara	27 724	34 114	6 390	23,05
Taubaté	27 548	35 149	7 601	27,59
Marília	24 473	35 742	11 269	46,05
São Carlos	24 366	30 830	6 464	26,53
S. José do R. Prêto (23)	23 972	36 942	12 970	54,10
Rio Claro	23 322	34 618	11 296	48,43
Franca	20 568	26 629	6 061	29,47
Botucatu	19 301	23 099	3 798	19,68
Jaú	18 201	18 578	377	2,07
Limeira	17 241	27 552	10 311	59,81
Catanduva	17 028	21 604	4 576	26,87
Barretos	16 960	22 689	5 729	33,78
Araçatuba	16 903	26 862	9 959	58,92
Lins	16 897	23 737	6 840	40,48
Guaratinguetá	15 395	20 811	5 416	35,18
Mogi das Cruzes	14 359	31 300	16 941	117,98
Itu	13 729	16 550	2 821	20,55
São José dos Campos	13 491	25 892	12 401	91,92
São Vicente	12 983	28 012	15 029	115,76
Itapetininga	12 786	17 475	4 689	36,67
Bragança Paulista (24)	12 757	16 027	3 270	25,63
Presidente Prudente	12 637	26 790	14 153	112,00
São João da Boa Vista	12 071	15 837	3 766	31,20
Jacareí	11 797	15 251	3 454	29,28
Bebedouro	11 632	11 360	— 272	— 2,34
Cruzeiro	11 618	14 169	2 551	21,96
Jaboticabal	11 592	13 850	2 258	19,48
Avaré	10 382	12 061	1 679	16,17
Tatuí	10 347	13 244	2 897	28,00
Pirassununga	10 050	12 546	2 496	24,84
Lorena	10 040	16 033	5 993	59,69
Amparo	9 954	10 482	934	9,78
Pinhal	9 320	10 103	783	8,40
Assis	8 964	16 675	7 711	86,02
Olimpia	8 694	9 245	551	6,34
Pindamonhangaba	8 642	13 397	4 755	55,02
São José do Rio Pardo	8 436	8 956	520	6,16
Batatais	8 372	9 735	1 363	16,28
Mogi-Mirim	8 295	10 913	2 618	31,56
Birigüi	8 284	12 550	4 266	51,50
Taquaritinga	8 152	7 641	— 511	— 6,27

[23] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Rio Prêto. [24] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Bragança.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (d)
SÃO PAULO (conclusão)				
Salto	8 108	9 056	948	11,69
Itapira	7 872	10 929	3 057	38,83
Mococa	7 681	7 893	212	2,76
Garça	7 669	12 433	4 764	62,12
Caçapava	7 545	10 683	3 135	41,53
Araras	7 282	12 331	5 049	69,34
Pompéia	7 160	6 025	— 1 135	— 15,85
Casa Branca	7 054	7 373	279	3,93
Mirassol	6 929	7 620	691	9,97
Tietê	6 771	7 187	416	6,14
Ourinhos	6 666	13 457	6 791	101,88
Guarulhos	6 660	16 261	9 601	144,16
Promissão	6 632	6 376	— 256	— 3,86
Penápolis	6 428	8 832	2 404	37,40
Santa Cruz do Rio Pardo	6 235	8 293	2 058	33,01
São Miguel	5 911	6 280	369	6,24
Pôrto Feliz	5 508	9 112	3 204	54,23
Capivari	5 880	7 053	1 173	19,95
Americana	5 794	13 330	7 536	130,07
Vera Cruz	5 784	5 136	— 648	— 11,20
Dois Córregos	5 591	5 464	— 127	— 2,27
Novo Horizonte	5 433	6 114	661	12,53
Bariri	5 426	5 145	— 281	— 5,18
Guarujá	5 397	8 954	3 557	65,91
São Roque	5 367	7 307	1 940	36,15
Cafelândia	5 342	5 151	— 191	— 3,58
Cachoeira Paulista (25)	5 250	6 855	1 605	30,57
Ibitinga	5 203	6 113	910	17,49
Pirajuí	5 150	5 654	504	9,79
Itatiba	5 145	7 853	2 708	52,63
Pederneiras	5 115	6 087	972	19,00
Sertãozinho	5 074	6 070	996	19,63
Itararé	5 033	9 177	4 144	82,34
Aparecida	5 016	8 759	3 743	74,62
Piquete	5 001	7 471	2 470	49,39
PARANÁ				
Curitiba	99 440	138 178	38 738	38,96
Ponta Grossa	29 360	42 875	13 515	46,03
Paranaguá	12 930	15 803	2 873	22,22
Londrina	10 531	33 095	22 564	214,26
Castro	5 796	6 158	362	6,25
Antonina	5 632	5 151	— 181	— 8,54
Rio Negro	5 326	7 653	2 327	43,69
Jacarèzinho	5 135	8 131	2 996	58,34

[25] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Cachoeira.

Tabela B (Continuação)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO 100 (c)/(a) (d)
SANTA CATARINA				
Florianópolis (26)	32 246	48 264	16 018	49,67
Joinville	16 724	20 951	4 227	25,28
Blumenau	13 652	22 627	8 975	65,74
Itajaí	13 239	19 797	6 558	49,54
São Francisco do Sul (27)	10 192	9 825	— 367	— 3,60
Laguna	8 498	9 459	961	11,31
Lajes	7 603	14 596	6 993	91,98
Mafra	7 268	8 603	1 335	18,37
Tubarão	6 830	11 740	4 910	71,89
Brusque	5 968	11 011	5 043	84,50
RIO GRANDE DO SUL				
Pôrto Alegre	259 246	375 049	115 803	44,67
Pelotas	61 985	78 014	16 029	25,86
Rio Grande	49 337	63 235	13 898	28,17
Santa Maria	39 074	44 949	5 875	15,04
Bagé	31 349	34 525	3 176	10,13
Livramento	26 623	29 099	2 476	9,30
Uruguaiana	21 365	32 639	11 274	52,77
Cachoeira do Sul (28)	17 565	23 270	5 705	32,48
Passo Fundo	17 207	24 395	7 188	41,77
Caxias do Sul (29)	17 180	31 561	14 381	83,71
Alegrete	16 227	19 560	3 333	20,54
Cruz Alta	16 028	19 375	3 347	20,88
São Leopoldo	13 876	18 380	4 504	32,46
Novo Hamburgo	12 954	19 604	6 650	51,34
São Jerônimo (30)	12 613	19 017	6 404	50,77
São Gabriel	12 288	14 384	2 096	17,06
Canoas	11 463	19 152	7 689	67,08
Jaguarão	10 660	9 382	— 1 278	— 11,99
Dom Pedrito	10 030	11 124	1 094	10,91
Santa Cruz do Sul (31)	9 489	13 161	3 672	38,70
São Borja	8 690	11 829	3 139	36,12
Santiago	8 205	9 469	1 264	15,41
Santo Ângelo	7 792	13 573	5 781	74,19
Quaraí	7 726	7 358	— 368	— 4,76
Caràzinho	7 692	11 740	4 048	52,63
Erechim (32)	7 511	14 418	6 907	91,96
Itaqui	7 121	8 814	1 693	23,77
Montenegro	7 055	8 123	1 068	15,14
Rosário do Sul (33)	6 733	11 992	5 259	78,11

[26] Inclusive, em 1940, a população da aglomeração urbana do distrito de João Pessoa (7 232 habitantes), do Município de São José. Êsse distrito foi mais tarde extinto e anexado ao Município de Florianópolis. [27] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado São Francisco. [28] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Cachoeira. [29] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Caxias. [30] População das aglomerações urbanas dos distritos de Arroio dos Ratos (6 332 habitantes em 1940 e 10 379 habitantes em 1950) e de Butiá (6 281 habitantes em 1940 e 8 638 habitantes em 1950), porque, tanto em 1940, como em 1950, a população da aglomeração urbana do distrito-sede não atinge 5 000 habitantes. [31] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Santa Cruz. [32] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado José Bonifácio. [33] Na data do censo de 1940, êsse Município era denominado Rosário.

Tabela B (Conclusão)

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º de setembro de 1940, entre esta data e 1.º de julho de 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (*a*)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (*b*)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (*c*)	INCREMENTO RELATIVO $100 \frac{(c)}{(a)}$ (*d*)
RIO GRANDE DO SUL (conclusão)				
Rio Pardo	6 365	8 322	1 957	30,75
São Luís Gonzaga	6 020	7 767	1 747	29,02
Santa Vitória do Palmar	5 702	5 807	105	1,84
Taquara	5 670	7 274	1 604	28,29
Ijuí	5 523	8 652	3 129	56,65
MATO GROSSO				
Campo Grande	23 054	31 708	8 654	37,54
Cuiabá	18 861	23 745	4 884	25,89
Corumbá	13 319	18 725	5 406	40,59
Aquidauana	5 773	7 472	1 699	29,43
Bela Vista	5 641	6 090	449	7,96
Três Lagoas	5 154	7 650	2 496	48,43
GOIÁS				
Goiânia	14 943	39 871	24 928	166,82
Anápolis	8 091	18 350	10 259	126,80
Ipameri	7 192	7 234	42	0,58
Goiás	5 905	5 606	— 299	— 5,06

BRASIL

Tabela C

Produção agrícola, população total e população masculina ocupada na agricultura, nas diversas Unidades da Federação e no conjunto do Brasil, em 1940 e em 1950

UNIDADES DA FEDERAÇÃO — REGIÃO FISIOGRÁFICA	PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1) (Toneladas)		POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO MASCULINA OCUPADA NA AGRICULTURA (2)	
	1940	1950	1940 (1.º-IX)	1950 (1. -VII)	1940 (1.º-IX)	1950 (1.º-VII)
NORTE	*344 622*	*583 934*	*1 462 420*	*1 807 720*	*203 943*	*214 814*
Acre	45 129	54 925	79 768	114 755	6 619	8 109
Amazonas (3)	45 090	51 601	438 008	532 215	54 159	57 144
Pará (4)	254 403	477 408	944 644	1 160 750	143 165	146 972
NORDESTE	*2 420 081*	*4 226 932*	*9 973 642*	*12 494 477*	*2 251 062*	*2 633 970*
Maranhão	186 781	593 711	1 235 169	1 583 248	284 253	352 579
Piauí	58 941	333 373	817 601	1 045 696	194 033	242 139
Ceará	422 080	998 353	2 091 032	2 695 450	476 249	585 214
Rio Grande do Norte	214 804	225 984	768 018	967 921	186 015	202 584
Paraíba	313 784	463 931	1 422 282	1 713 259	348 869	381 303
Pernambuco	870 040	1 159 244	2 688 240	3 395 185	557 926	648 082
Alagoas	353 651	452 336	951 300	1 093 137	203 717	222 052
LESTE	*5 789 861*	*7 376 803*	*15 625 953*	*18 903 319*	*3 023 110*	*3 181 596*
Sergipe	321 305	420 677	542 326	644 361	109 497	118 546
Bahia	1 395 135	2 323 562	3 918 112	4 834 575	891 196	977 381
Minas Gerais (5)	3 060 648	3 798 314	6 736 416	7 834 819	1 516 301	1 589 720
Espírito Santo (5)	386 419	431 186	750 107	914 919	170 570	197 572
Rio de Janeiro	626 354	2- 403 064	1 847 857	2 297 194	299 753	280 840
Distrito Federal	—	—	1 764 141	2 377 451	18 198	17 537
SUL	*5 440 463*	*10 878 627*	*12 915 621*	*16 996 578*	*2 414 934*	*2 732 285*
São Paulo	1 269 706	3 488 845	7 180 316	9 141 928	1 302 093	1 292 754
Paraná	959 643	1 670 380	1 236 276	2 129 327	268 250	441 690
Santa Catarina	1 034 140	1 947 458	1 178 340	1 560 502	232 153	270 022
Rio Grande do Sul	2 176 974	3 771 944	3 320 689	4 164 821	612 438	727 819
CENTRO-OESTE	*835 240*	*1 195 073*	*1 258 679*	*1 773 900*	*290 264*	*391 350*
Mato Grosso (6)	364 550	332 207	432 265	558 979	82 341	100 075
Goiás	470 690	862 866	826 414	1 214 921	207 923	293 864
BRASIL	*14 830 267*	*24 061 369*	*41 236 315*	(7)*51 975 994*	(8)*8 183 313*	*9 154 015*

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e Serviço Nacional de Recenseamento.

[1] Produtos de maior importância para a alimentação humana (milho, arroz, trigo, mandioca, feijão e batata-inglêsa). [2] Mais precisamente: população masculina ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura. Os ocupados na agricultura são, entretanto, francamente preponderantes. [3] Inclusive o Território do Rio Branco. [4] Inclusive o Território do Amapá. [5] Inclusive a região da Serra dos Aimorés, atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e de 1/3 ao Espírito Santo. [6] Inclusive o Território de Rondônia. [7] Inclusive 581 habitantes do Território de Fernando de Noronha, cuja população foi apurada juntamente à de Pernambuco em 1940. [8] Inclusive 17 homens ocupados na agricultura no Território de Fernando de Noronha, cuja população foi apurada juntamente à de Pernambuco em 1940.

BRASIL

Tabela D

Produtos agrícolas de maior importância para a alimentação humana nas diversas Unidades da Federação e no conjunto do Brasil, em 1940, 1950 e 1955

UNIDADES DA FEDERAÇÃO — REGIÃO FISIOGRÁFICA	ANOS	PRODUTOS AGRÍCOLAS DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A ALIMENTAÇÃO HUMANA (t)						TOTAL (t)
		Milho	Arroz	Trigo	Mandioca	Feijão	Batata-inglêsa	
NORTE	1940	*21 209*	*33 132*	—	*286 872*	*3 409*	—	*344 622*
	1950	*21 896*	*30 735*	—	*526 452*	*4 851*	—	*583 934*
	1955	*29 861*	*37 736*	—	*653 640*	*8 347*	—	*729 784*
Acre	1940	5 115	1 063	—	38 273	678	—	45 129
	1950	4 051	2 000	—	47 867	1 007	—	54 925
	1955	5 727	2 880	—	58 454	1 763	—	68 824
Amazonas (1)	1940	3 080	508	—	40 571	931	—	45 090
	1950	790	212	—	49 978	621	—	51 601
	1955	962	1 600	—	75 559	601	—	78 722
Pará (2)	1950	13 014	31 561	—	208 028	1 800	—	254 403
	1955	17 055	28 523	—	428 607	3 223	—	477 408
	1940	23 172	33 456	—	519 627	5 983	—	582 238
NORDESTE	*1940*	*299 994*	*70 652*	—	*1 926 016*	*104 719*	*18 700*	*2 420 081*
	1950	*566 098*	*211 790*	—	*3 199 252*	*238 810*	*10 982*	*4 226 932*
	1955	*611 028*	*394 272*	—	*3 824 695*	*285 179*	*13 090*	*5 128 264*
Maranhão	1940	4 783	17 815	—	163 700	483	—	186 781
	1950	51 157	115 954	—	420 359	6 241	—	593 711
	1955	80 804	262 760	—	587 922	12 140	—	943 626
Piauí	1940	10 800	14 541	—	30 000	3 600	—	58 941
	1950	30 353	32 135	—	256 376	14 509	—	333 373
	1955	54 049	50 787	—	323 214	31 614	—	459 664
Ceará	1940	39 000	13 800	—	333 680	18 600	17 000	422 080
	1950	194 513	40 182	—	685 847	77 067	744	998 353
	1955	177 097	50 284	—	725 161	99 119	574	1 052 235
Rio Grande do Norte	1940	22 614	2 766	—	170 506	18 918	—	214 804
	1950	36 723	3 092	—	162 412	23 757	—	225 984
	1955	44 787	2 816	—	162 368	29 367	—	239 338
Paraíba	1940	32 698	3 887	—	257 021	18 478	1 700	313 784
	1950	88 492	9 417	—	312 614	44 063	9 345	463 931
	1955	115 402	15 097	—	480 687	49 131	10 020	670 337
Pernambuco	1940	160 103	2 065	—	679 394	28 478	—	870 040
	1950	118 938	1 864	—	994 610	42 939	893	1 159 244
	1955	100 442	2 617	—	1 182 984	47 026	2 496	1 335 565
Alagoas	1940	29 996	15 778	—	291 715	16 162	—	353 651
	1950	45 922	9 146	—	367 034	30 234	—	452 336
	1955	38 447	9 911	—	362 359	16 782	—	427 499
LESTE	*1940*	*1 928 234*	*446 667*	*113*	*3 059 652*	*312 020*	*43 175*	*5 789 861*
	1950	*1 686 479*	*813 390*	*350*	*4 427 709*	*374 342*	*74 533*	*7 376 803*
	1955	*1 741 766*	*800 413*	*97*	*5 117 123*	*374 713*	*112 477*	*8 146 589*
Sergipe	1940	17 439	8 776	—	291 061	3 663	366	321 305
	1950	17 050	8 530	—	388 941	4 525	1 631	420 677
	1955	13 964	8 834	—	584 848	3 938	3 882	615 466
Bahia	1940	57 834	12 556	—	1 279 456	39 566	5 723	1 395 135
	1950	77 056	18 623	15	2 180 205	45 821	1 842	2 323 562
	1955	61 687	17 455	55	2 491 212	36 574	2 057	2 609 040
Minas Gerais (3)	1940	1 542 012	372 600	113	889 290	233 208	23 425	3 060 648
	1950	1 418 955	693 327	335	1 336 585	285 953	63 159	3 798 314
	1955	1 498 142	700 350	42	1 407 152	298 395	97 809	4 001 890
Espírito Santo (3)	1940	62 838	11 592	—	299 845	9 483	2 661	386 419
	1950	75 339	26 600	—	299 014	26 280	3 953	431 186
	1955	85 104	24 872	—	382 386	24 295	1 893	518 550
Rio de Janeiro	1940	248 111	41 143	—	300 000	26 100	11 000	626 354
	1950	98 079	66 310	—	222 964	11 763	3 948	403 064
	1955	82 869	48 902	—	251 525	11 511	6 836	401 643
Distrito Federal	1940	—	—	—	—	—	—	—
	1950	—	—	—	—	—	—	—
	1955	—	—	—	—	—	—	—

Tabela D (Continuação)

Produtos agrícolas de maior importância para a alimentação humana nas diversas Unidades da Federação e no conjunto do Brasil, em 1940, 1950 e 1955

UNIDADES DA FEDERAÇÃO — REGIÃO FISIOGRÁFICA	ANOS	PRODUTOS AGRÍCOLAS DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A ALIMENTAÇÃO HUMANA (t)						TOTAL (t)
		Milho	Arroz	Trigo	Mandioca	Feijão	Batata-inglêsa	
SUL	*1940*	*2 442 582*	*588 769*	*101 626*	*1 631 042*	*312 823*	*363 621*	*5 440 463*
	1950	*3 550 230*	*1 782 146*	*531 806*	*3 823 191*	*572 814*	*618 440*	*10 878 627*
	1955	*4 012 076*	*1 980 311*	*1 101 178*	*4 450 743*	*673 076*	*759 671*	*12 977 055*
São Paulo	1940	601 077	207 830	828	329 617	83 265	47 089	1 269 706
	1950	1 262 451	992 772	1 615	812 453	177 421	242 133	3 488 845
	1955	1 259 833	934 617	2 896	831 992	209 992	327 749	3 567 079
Paraná	1940	626 298	21 780	11 005	112 450	69 816	118 294	959 643
	1950	881 406	122 157	46 897	272 479	237 865	109 576	1 670 380
	1955	972 348	151 750	54 687	231 155	274 264	126 078	1 810 282
Santa Catarina	1940	268 012	49 742	16 029	648 642	38 647	13 068	1 034 140
	1950	345 202	82 190	107 537	1 331 569	45 666	35 294	1 947 458
	1955	457 404	99 488	141 760	1 776 811	73 365	40 758	2 529 586
Rio Grande do Sul	1940	947 195	309 417	73 764	540 333	121 095	185 170	2 176 974
	1950	1 061 171	585 027	375 757	1 406 690	111 862	231 437	3 771 944
	1955	1 322 491	794 456	901 835	1 670 785	115 455	265 086	5 070 108
CENTRO-OESTE	*1940*	*183 514*	*180 753*	—	*428 380*	*34 343*	*8 250*	*835 240*
	1950	*198 846*	*379 629*	*195*	*555 878*	*57 321*	*3 204*	*1 195 073*
	1955	*295 199*	*524 539*	*40*	*816 992*	*133 670*	*12 946*	*1 783 386*
Mato Grosso (4)	1940	39 000	21 000	—	290 000	9 000	5 550	364 550
	1950	51 935	62 513	38	198 828	18 677	216	332 207
	1955	69 637	100 528	—	247 078	28 263	243	443 749
Goiás	1940	144 514	159 753	—	138 380	25 343	2 700	470 690
	1950	146 911	317 116	157	357 050	38 644	2 988	862 866
	1955	225 562	424 011	40	569 914	105 407	12 703	1 337 637
BRASIL	*1940*	*4 875 533*	*1 319 973*	*101 735*	*7 331 962*	*767 314*	*433 746*	*14 830 267*
	1950	*6 023 549*	*3 217 690*	*532 351*	*12 532 482*	*1 248 138*	*707 159*	*24 261 369*
	1955	*6 689 930*	*3 737 471*	*1 101 315*	*14 863 193*	*1 474 985*	*898 184*	*28 765 078*

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

[1] Inclusive o Território do Rio Branco. [2] Inclusive o Território do Amapá. [3] Inclusive a Região da Serra dos Aimorés, atribuída na proporção de 2/3 a Minas Gerais e 1/3 ao Espírito Santo. [4] Inclusive o Território de Rondônia.

Tabela E

Quantidades produzidas de 36 produtos agrícolas, segundo grupamentos específicos, nos anos de 1953 a 1958
(Toneladas)

GRUPAMENTO — PRODUTO	1953	1954	1955	1956	1957	1958
A. CEREAIS						
1. Milho	5 984 284	6 788 794	6 689 930	6 999 329	7 763 439	7 370 101
2. Arroz com casca	3 072 374	3 366 838	3 737 471	3 488 777	4 072 051	3 829 276
3. Trigo	771 692	871 333	1 101 315	854 971	781 143	588 990
4. Cevada	27 129	28 868	34 576	30 281	28 891	25 175
B. RAÍZES E TUBÉRCULOS						
1. Mandioca	13 441 421	14 492 961	14 863 193	15 316 002	15 442 747	15 379 649
2. Batata inglêsa	814 705	815 011	898 184	1 003 098	998 993	1 016 548
3. Batata doce	895 469	958 020	1 042 321	1 042 836	1 085 626	1 052 155
C. LEGUMES E HORTALIÇAS						
1. Tomate	206 091	255 630	237 123	265 856	300 318	364 242
2. Cebola	146 207	139 898	155 186	199 713	179 468	180 180
3. Alho	18 703	19 797	21 853	22 839	25 308	25 316
D. LEGUMINOSAS						
1. Feijão	1 386 600	1 544 228	1 474 985	1 379 327	1 582 017	1 453 607
2. Feijão soja	88 226	117 321	106 884	114 938	121 501	130 893
3. Fava	39 129	41 024	38 036	38 103	39 755	37 127
E. FRUTAS FRESCAS						
1. Banana	3 701 240	3 964 000	4 085 500	4 480 700	4 665 400	4 595 060
2. Laranja	1 235 492	1 276 842	1 300 334	1 379 370	1 448 895	1 494 331
3. Uva	283 135	302 484	297 854	357 172	397 494	396 040
4. Manga	472 469	497 448	512 027	520 625	529 371	503 174
5. Abacaxi	156 956	168 023	188 430	193 439	203 547	234 204
6. Tangerina	112 056	114 973	117 968	116 495	127 085	127 743
7. Melancia	201 385	270 360	274 885	293 395	323 920	319 630
8. Abacate	49 607	49 941	52 128	55 762	58 404	61 532
9. Limão	16 391	16 917	18 473	19 973	21 933	25 811
10. Pêssego	34 417	41 307	44 249	50 979	53 913	49 100
F. PRODUTOS AGRÍCOLAS PARA FINS INDUSTRIAIS						
1. Algodão em pluma	374 913	395 229	428 474	399 591	397 131	(1) 1 143 320
2. Cana de açúcar	38 336 721	40 301 966	40 946 305	43 975 743	47 703 359	50 018 539
3. Cacau	136 970	162 947	157 921	161 093	164 556	164 186
4. Caroço de algodão	695 024	741 678	812 827	761 834	743 791	...
5. Fumo em fôlha	132 135	146 738	148 205	143 529	140 027	143 922
6. Amendoim com casca	146 499	168 002	185 856	180 911	191 621	308 268
7. Côco da Bahia	133 285	133 565	149 349	151 616	159 673	185 822
8. Mamona	160 867	169 878	163 996	160 988	200 288	173 316
9. Agave	66 411	65 638	89 798	101 670	102 320	104 845
10. Juta	20 821	23 322	24 466	31 665	32 929	31 240
G. BEBIDAS						
1. Café beneficiado	1 110 606	1 036 987	1 369 759	979 278	1 409 304	1 695 855
H. OUTROS						
1. Alfafa	206 639	212 177	205 851	225 353	217 289	223 549
2. Pimenta do reino	711	857	1 232	2 026	2 317	3 067

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.
[1] Algodão (arbóreo e herbáceo).

NOTA: Foram aplicados os seguintes coeficientes de conversão para 100 frutos: abacate = 20 kg, abacaxi = 150 kg, côco da Bahia = 50 kg, laranja = 20 kg, limão = 4 kg, manga = 30 kg, melancia = 500 kg, pêssego = 10 kg, e tangerina = 10 kg, e para banana, 1 cacho = 20 kg.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E. ESTADO DA GUANABARA, BRASIL